



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA

EM

17 DE FEVEREIRO DE 2010

ACTA Nº 4

-----Aos dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de 2010, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Ricardo João Barata Pereira Alves e com a presença dos Vereadores Senhores, Avelino de Jesus Silva Pedroso, António Gonçalves Cardoso, Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Duarte Ventura e comigo, Carla Maria Conceição Rodrigues, Coordenadora Técnica.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram dez horas e trinta minutos.-----

PERÍODO ANTES DA  
ORDEM DO DIA

-----Usou da Palavra o Senhor **Presidente**, saudando todos os presentes e referindo que "recebemos da Empresa Águas do Mondego, a calendarização relativa à construção das Etares de Barril de Alva, Vila Cova de Alva, S. Martinho da Cortiça, Pomares e Vinhó - Casal de S. João e respectivo emissário.-----

-----Relativamente às Etares de Barril de Alva e Vila Cova de Alva, o concurso para a empreitada do projecto de construção e exploração destas duas Etares, está previsto ser lançado até ao final do próximo mês de Março. Relativamente às Etares de S. Martinho da Cortiça, Pomares e de Vinhó - Casal de S. João e respectivo emissário, está previsto que esses procedimentos sejam iniciados até ao final do mês de Abril.-----

-----Gostaria de dar esta notícia aqui, na Reunião de Câmara, pois acho que são boas notícias para o concelho, nomeadamente em termos de valorização e requalificação ambiental de todo o Vale do Alva e ribeiras que desaguam no Rio Alva".-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** que, após cumprimentar todos os presentes, começou por "fazer uma referência ao Carnaval de Côja e felicitar o Grupo Mais Além, pelo sucesso alcançado por mais uma iniciativa, apesar do dia invernosso que se fez sentir.-----

-----O empenhamento e a determinação dos seus responsáveis, que lhes permite ultrapassar as dificuldades, são o garante do êxito de uma iniciativa que já faz parte do cartaz cultural e turístico do nosso Concelho, para além de promover o envolvimento de outras Entidades locais que se mobilizam de modo a marcarem presença no desfile, o que é demonstrativo da dinâmica do movimento associativo do nosso Concelho.-----

-----Ainda relativamente a Côja, gostaria de fazer uma referência ao facto de, em Outubro de 2006, ter havido necessidade de encontrar uma solução provisória para conduzir os esgotos da Vila de Côja para a margem direita do Rio, por ruptura das condutas até aí existentes, pelo que foi colocado um tubo aéreo, como solução provisória.-----

-----Sendo que a nova ETAR entrou em funcionamento em Setembro de 2009, porque razão o referido tubo continua colocado junto à ponte, conferindo uma imagem nada abonatória para o local, desvalorizando um dos quadros referência do Rio Alva?-----

-----Se tudo está a funcionar convenientemente, entendo que chegou a altura da referida estrutura ser removida.-----

-----Queria também congratular-me pela informação que o Senhor Presidente acabou de transmitir; vamos ter esperança de que, finalmente consigamos resolver um conjunto de problemas que afectam o nosso concelho, nomeadamente a valorização ambiental de todo o Vale do Alva".-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva**, que começou por saudar todos os presentes, colocando, em seguida, algumas questões:-----

-----Há dias, fui abordado, no sentido de esclarecer se o Senhor Laertes, Chefe de Gabinete do anterior Executivo, terá colocado ao Município de Arganil algum processo judicial, a propósito da liquidação de honorários referentes ao seu exercício durante o anterior mandato, que lhe são devidos. Como sobre este assunto nada sei, gostaria de ser esclarecido sobre a verdade desta matéria; se houve decisão judicial sobre o caso, o que é que a originou e se a Câmara está ou não a cumprir com algum valor pecuniário em relação ao Senhor Laertes.-----

-----A segunda questão refere-se a um incêndio que aconteceu na Sanguinheda, S. Martinho da Cortiça, no dia 26 de Janeiro de 2010, que atingiu uma habitação, tendo ficado desalojadas 17 pessoas que ali viviam - a casa, de construção antiga e dunadeira, era pertença de uma família em situação de carência económica. Gostaria de saber, uma vez que, pelo que sei, o processo foi encaminhado para o Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal, como é que o mesmo se encontra - qual foi a avaliação feita e quais as medidas que estão previstas para serem implementadas através do Município, para suprir esta situação desagradável que foi o incêndio.-----

-----Um terceiro assunto, refere-se ainda às Eólicas: na reunião anterior, no calor da discussão do tema "eólicas", foi por mim proposto avançar para um pedido de parecer





**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

jurídico à Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local / C.C.D.R. Centro, sobre a validade jurídica do referido protocolo.-----

-----Não houve nenhuma decisão colegial do Órgão sobre o assunto e nem solicitei que a proposta fosse integrada na Ordem de Trabalhos para ser votada, porque, o Senhor Presidente referiu que já existia um parecer sobre essa matéria e que era negativo quanto à validade jurídica do mesmo, ao que solicitei que me fosse facultado uma cópia do parecer.-----

-----Sobre o mesmo assunto, o Senhor Vereador António Cardoso chega a afirmar que discorda que seja solicitado outro parecer jurídico, sugerindo-me, simpaticamente, que o fizesse por conta própria, esquecendo que a situação, ou melhor, o cargo de Vereador eleito, para o Órgão do Executivo do Município de Arganil, permite solicitar, no âmbito do exercício dessas funções, as informações necessárias e convenientes que contribuam positivamente para o exercício das funções de Vereador, conforme previsto no art.º 1º e no nº 1 do art.º 2º da Lei nº 24/98 de 26 de Maio, cabendo aos Senhores Vereadores e em votação, aceder ou não à pretensão, ficando desde já bem claro que o impedimento à satisfação de pedidos que estejam contextualizados com as atribuições do Órgão e consequentemente de Vereador, constituem uma atitude reprovável e anti-democrática e representam uma tentativa de obstaculizar a busca de informação e consequentemente, da verdade.-----

-----Depois de insistência junto do Senhor Presidente, no final da reunião de câmara anterior, lembrando-o, para o envio desse parecer, o que não veio a acontecer, venho então, por força e obrigação do esclarecimento da verdade, solicitar que este assunto integre a presente Ordem de Trabalhos, para que possa ser votado.-----

-----Um outro assunto refere-se à morte prematura de um plátano: aquando da realização das obras que transformaram a área da Fonte de Amandos, uma das preocupações que prevaleceu como condicionante ao projecto foram as árvores "Plátanos" e respectivo estado de saúde.-----

-----Foram então requisitados os serviços de investigação laboratorial da Escola Beira Agueira de Mortágua, que apresentou relatório donde se concluiu que cinco dos Plátanos estavam "doentes" de entre os quais dois "já seriamente ameaçados".-----

-----Todavia, o projecto e consequentemente a obra de reabilitação da Fonte de Amandos obrigou ao abate de três plátanos, um dos quais em estado de "doente".-----

-----Dado a sensibilidade que o assunto obrigava, foram requisitados os serviços da mesma escola, para procederem à operação de poda dos Plátanos, no sentido de minimizar os efeitos da "doença" e tentar evitar a morte prematura das árvores. Os trabalhos de poda nestas condições prosseguiram anualmente, durante os meus mandatos.-----

-----Há dois anos, foi efectuada a poda das ditas árvores, por pessoal da Câmara, em princípio não habilitado para o efeito, pessoal este orientado, porque vi, assisti e constatei, pelos Senhores Engenheiro Ricardo Dias e Vereador António Cardoso. Os referidos orientadores, ora separadamente ora em conjunto, davam ordens ao pessoal da Câmara que se encontrava sobre as árvores a proceder ao corte dos ramos. Esta insistência





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

justifica o facto dos funcionários da Câmara não serem responsáveis pela poda e estarem simplesmente a cumprir ordens superiores.-----

-----O acto de poda, foi de tal forma drástico, profundo e desajustado, que para além das enormes feridas infringidas às árvores, não foi respeitado o natural crescimento da árvore que no ano seguinte apresentou folhagem muito reduzida comparativamente à corpulência das árvores. Sabendo-se que a folhagem tem um papel chave no crescimento, no desenvolvimento e na saúde das plantas, contribuindo para um ciclo vegetativo equilibrado, é evidente, que a ausência de folhagem compatível, torna a planta mais vulnerável, podendo deste modo, em caso de "doença" originar o seu enfraquecimento e conduzir à sua morte prematura.-----

-----Foi precisamente isto que terá acontecido, no momento, para uma das árvores, conforme é visível em documento fotográfico anexo.-----

-----Alerto, por isto, o Senhor Presidente e respectiva maioria e naturalmente os Senhores Vereadores António Cardoso e Avelino Pedroso, Vereador do ambiente que, qualquer intervenção futura, neste domínio e com sensibilidade idêntica ao caso presente, devem ser requeridos serviços especializados para o efeito.-----

-----Como nota complementar só para referir que é preciso saber distinguir uma poda com fins comerciais ou lucrativos, exemplo em árvores de fruto, de uma poda disciplinadora e generativa.-----

-----Ainda, na condição de Vereador do Executivo, venho solicitar que seja notificado o Senhor Eng.º Ricardo Dias para comparecer na próxima reunião do Executivo, agendada em regime ordinário para o dia 2 de Março, a fim de prestar esclarecimentos sobre dúvidas que possuo relacionadas com a actividade dos serviços da Câmara e das quais sei que o Senhor Eng.º é, possivelmente, conhecedor. Este pedido inscreve-se no dever e na obrigatoriedade de ficar esclarecido, no sentido de poder decidir em exercício pleno, o melhor para o concelho de Arganil, cumprindo igualmente os preceituados nos nºs 1 e 2 do art. 3º e também nºs 1 e 2 do art. 4º da Lei 24/98, de 26 de Maio. Mais solicito ao Senhor Presidente, que me faculte antecipadamente para o meu e-mail os dados históricos sobre a natureza do vínculo do Senhor Eng.º Ricardo Dias para com o Município, suas qualificações e respectivos graus de responsabilidade, bem como o seu posicionamento ou enquadramento na escala de valores funcionais do organograma profissional do município.-----

-----Solicito ainda informação jurídica relativa ao âmbito da aplicação do nº 1 do art. 10º da Lei 29/87, de 30 de Junho, relacionada com o direito a senhas de presença, nomeadamente no que concerne a das Comissões a que compareçam e participem. Já falei sobre este assunto, mas parece que ainda há algumas dúvidas.-----

-----Reforço ainda um pedido de documentos sobre a EN 342-4, Relatório, sobre a Pousada do Piódão, referente aos trabalhos exteriores e ainda toda a documentação relativa ao Sub-Paço.-----

-----A última questão que queria apresentar refere-se ao Boletim Municipal: sei que está na forja a elaboração de uma nova edição do mesmo, na sequência de um contacto telefónico com o Senhor Presidente, que me solicitou um texto para aí ser integrado; a oportunidade obriga-me a pedir para que nesse concurso do Boletim Municipal seja





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

também consultado o Jornal de Arganil e as tipografias que executem esse tipo de trabalho aqui, na nossa área de influência".-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente**, dizendo que "relativamente às intervenções que foram feitas queria, em primeiro lugar, associar-me ao voto de congratulação do Senhor Vereador Miguel Ventura, pela realização do Carnaval de Côja, que tem tido o apoio da Câmara Municipal. Pensamos que é uma manifestação altamente relevante e que se integra na oferta turística do nosso concelho, em termos de calendário de animação.-----

-----Relativamente à Etar de Côja, gostaria de dizer que as Águas do Mondego assumiram retirar o tubo aéreo, mal estivessem resolvidos os problemas associados com as obras na estação elevatória. A potência contratada pelas Águas do Mondego junto da EDP tem alguns problemas; foi aquilo que as Águas do Mondego nos transmitiram no entanto, temos vindo a reforçar a necessidade do problema se resolver, porque concordamos que não é bom que o tubo aéreo lá exista. Também nos parece que não é bom que haja eventuais escorrências para o Rio e, enquanto o tubo esteve sob a alçada da Câmara Municipal, apesar do seu aspecto inestético, garantimos que não havia contaminação do Rio, por causa do saneamento.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Vereador Rui Silva, devo dizer que, em relação ao anterior Chefe de Gabinete, Senhor Laertes, quando ele assumiu funções entendemos que se aplicava o mesmo princípio que se aplica aos Vereadores a tempo inteiro, ou seja, quem estiver numa situação de aposentação ou numa situação de reforma, como o caso concreto do Senhor Vereador António Cardoso, teria direito a um terço do vencimento; durante bastante tempo foi esse o nosso entendimento e foi assim que foram pagos os vencimentos ao Senhor Laertes. Entretanto foi suscitada a questão que, como não seria titular de um cargo político, à luz da Lei, teria direito ao vencimento por inteiro. Foi pedido um parecer à Secretaria de Estado da Administração Local, ao seu Gabinete Jurídico, e esse parecer foi de que a função de Chefe de Gabinete não é considerada, à luz da Lei, um cargo político – os cargos políticos, no caso das autarquias, é o Presidente e os Vereadores a tempo inteiro; nem mesmo os Vereadores a meio tempo são considerados cargos políticos; assim sendo, não se aplicaria essa regra de um terço do vencimento. Foi feito o levantamento da situação em termos financeiros daquilo que seria devido ao Senhor Laertes e a Câmara vai pagar o que deve. Que tenhamos conhecimento não há nenhuma acção em Tribunal sobre este assunto e o Senhor Laertes está a par da situação.-----

-----Relativamente à questão do incêndio na Sanguinheda, trata-se de uma família de 17 pessoas que viviam em duas habitações contíguas, em que foi afectada a cozinha de uma das habitações, e no próprio dia em que o mesmo aconteceu, pedi aos Serviços de Acção Social da Câmara para se deslocarem ao local em conjunto com a Assistente Social da Segurança Social, pois esta família tem vindo a ser acompanhada pela Segurança Social. As Técnicas dirigiram-se ao local e foi encontrada uma solução, no quadro familiar, relativamente às refeições, que era a questão que se colocava de forma mais premente. A situação está a ser acompanhada e eventualmente, há mecanismos no quadro da Segurança Social e do PDIAS que poderão ajudar a minimizar a situação.-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Relativamente às Eólicas, coloco já a votação a integração deste ponto na Ordem de Trabalhos – aprovado por unanimidade. -----

-----Relativamente à questão dos Plátanos, registo com agrado o estudo exaustivo que o Senhor Vereador fez sobre esta matéria e ter partilhado connosco esses conhecimentos que serão, seguramente, enriquecedores nesta área, pois pareceu-me que foi um estudo bastante apurado.-----

-----Quanto ao Senhor Eng.º Ricardo Dias, não o convocarei, sem saber quais são os temas que o Senhor Vereador lhe quer colocar, uma vez que quem responde pela acção da Câmara sou eu e se quiser colocar os assuntos, eu próprio verei se terei todas as condições para responder; se for necessário que o Eng.º Ricardo Dias aqui venha, eu próprio farei essa avaliação e ele aqui estará na próxima reunião de Câmara mas, primeiro, preciso de saber quais são os assuntos, porque poderei responder-lhe em primeira instância.-----

-----Relativamente à informação jurídica, peço à Drª Inês para fazer esta informação; os Relatórios ser-lhe-ão entregues brevemente.-----

-----Sobre a questão do Boletim Municipal, registei a sua intervenção e quero reiterar o pedido aos Senhores Vereadores para entregarem um texto, cada um de vós, para serem integrados no Boletim Municipal".-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **António Cardoso**, para focar dois assuntos: em primeiro lugar, relativamente às Eólicas, repito aquilo que disse e o Senhor Vereador Rui Silva vem, afinal, corroborar aquilo que eu disse, pois vem agora propor que este ponto seja votado.-----

-----Relativamente aos Plátanos, de facto, eu e o Senhor Eng.º Ricardo Dias estivemos lá; fomos lá chamados não para orientar, pois há uma informação inicial relativamente aos Plátanos, feita pelo Senhor Eng.º Florestal Fernando Vale, que indicou como é que se devia fazer a poda; dessa informação constam dois Plátanos que estavam feridos, em que tinha que ser feito um corte. Fomos lá chamados, eu e o Senhor Eng.º Ricardo Dias, porque quem estava a fazer o corte estava a fazê-lo muito fundo, até ao caule central. Nessa altura, cortou-se aquele ramo mais forte porque, segundo a orientação do Eng.º Florestal, teríamos que depois injectar uma resina em todos os buracos que existiam nos Plátanos, para estes fecharem e não entrar água. Eu e o Senhor Eng.º Ricardo Dias não fomos orientar nada; as orientações já estavam dadas pelo Eng.º Florestal".-----

-----Interveio o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa**, saudando todos os presentes e dizendo que "está a apetecer-me começar por esta questão dos Plátanos porque, de repente, estou a lembrar-me daquilo que costuma dizer o povo, na sua imensa sabedoria popular, que *não poda quem quer, poda quem sabe*; pelos vistos temos aqui mais algumas intervenções sapientes acerca da matéria e ficamos assim esclarecidos de quem é que deve podar e de quem não deve.-----

-----Relativamente ao incêndio na Sanguinheda, trata-se de duas casas encostadas uma à outra e o incêndio verificou-se na cozinha de uma delas; o que ficou danificado foi a





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

cozinha e o telhado. Como referiu o Senhor Presidente, trata-se de uma família que é acompanhada pela Segurança Social; já foram efectuadas diversas visitas, os nossos Técnicos de Engenharia Civil também já estiveram no local para verificar se há algum perigo, nomeadamente alguma derrocada estrutural e, aparentemente, não há nenhum perigo dessa natureza. O problema essencial desta família, neste momento, é a cozinha. Em relação ao alojamento, este está assegurado, embora não tendo as melhores condições, pois é uma família cronicamente complicada, do ponto de vista social; já não é uma situação de agora, é um daqueles casos que parece não ter solução definitiva. Resumindo, do ponto de vista de suporte, ele está assegurado a nível familiar contudo, interessa repor as condições de funcionamento particularmente da cozinha; os mecanismos estão já diligenciados, particularmente ao nível do PDIAS que é o programa que apoia este tipo de intervenções.-----

-----Relativamente ao Boletim Municipal, quero dizer que sempre foi uma postura deste Executivo consultar todas as entidades locais relativamente à elaboração do mesmo; fizemo-lo desde a primeira edição e fazemo-lo sempre relativamente a todos os Editais, todos os artigos publicados. Se há alguma coisa de que este Executivo não pode ser acusado é de qualquer discriminação. Nunca houve nenhuma segregação, nunca se optou por consultar apenas uma das empresas. Continuaremos a fazer a consulta ao Jornal de Arganil, como sempre fizemos nas anteriores edições do Boletim Municipal".-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva**, referindo que "não trouxe aqui a questão do Boletim Municipal levemente, mas sim porque alguém me disse que não tinham sido consultadas as duas empresas, na altura em laboração, Comarca e Jornal de Arganil. Fico satisfeito por saber que a mentira, afinal, está do lado de lá e não relativamente ao Município de Arganil.-----

-----Relativamente aos Plátanos, não sou nenhum "expert" em árvores, mas sou um curioso e interessado-me nesse sentido. Quando se opera uma poda e se corta a parte regeneradora de folha, sendo esta a responsável pela respiração da planta, equivalente em nós, aos pulmões, a planta vai reagir com maior debilidade e, se estiver doente, pode ser facilmente atacada. Para curarmos problemas de saúde, vamos ao médico e para curarmos os problemas das árvores, temos que ir ter com pessoas qualificadas para o fazerem, embora também possam fazer asneiras, como é evidente - fica-nos a consciência tranquila, na certeza de que tomámos a atitude certa".-----

-----Relativamente às Eólicas, na altura eu pedi para que fosse votado e isso não aconteceu.-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Vice-Presidente** que saudou todos e referiu que "relativamente às árvores, há um facto inexorável na vida para o bem e para o mal; os seres vivos, incluindo as árvores, nascem, crescem, vivem e morrem; certamente que o Senhor Vereador trouxe aqui esta questão no interesse público, no interesse dos munícipes; este argumento também serviu na altura em que foi Presidente deste Município, para abater alguns dos Plátanos que ali se encontravam, para fazer a rotunda - corroboro o interesse público que essa medida teve. Quanto a estas árvores, não sou





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

também um "expert" em botânica mas, quanto me foi dado a ver, foram tomadas todas as medidas no sentido de preservar duas questões importantes: a segurança pública, devido ao risco de queda de ramos de grandes dimensões e a preservação da saúde dessas árvores.-----

-----Relativamente à questão do saneamento e do tubo aéreo, em Côja, aí presidiu um critério importantíssimo, que era a questão de preservar, tanto quanto possível, a qualidade das águas do rio e isso conseguiu-se, em boa medida. Há uma coisa que me preocupa e já várias vezes tem sido aqui referido, que é o Rio Alva; nós sabemos que há muita coisa a melhorar e, em termos de saneamento do Rio Alva e dos seus efluentes, há medidas que já estão em curso e outras que se programam. Há muita coisa a melhorar, como digo mas, até agora, tanto quanto nós sabemos, no que diz respeito ao nosso concelho, as águas do Rio não se têm pautado por índices de qualidade péssimos, mas sim por índices de qualidade bons e razoáveis. Também faz parte da nossa acção tentar emitir essa imagem para o exterior, de modo que o nosso concelho não seja preterido ou prejudicado por esses argumentos que, em termos de opinião pública, podem traduzir uma má imagem".-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** referindo que "ainda relativamente a esta questão do Rio, eu questionei, principalmente a nível estético, não tanto em termos ambientais, pois estava convicto de que o problema, desde Setembro de 2009, ou seja desde que entrou em funcionamento a nova Etar de Côja, estaria resolvido em termos do melhor tratamento das águas e também porque desde que a solução provisória foi colocada, não se notou tanto essa mesma poluição no rio. Fiquei um pouco apreensivo com as palavras do Senhor Presidente, de que a Etar não estará ainda a funcionar nas melhores condições.-----

-----Relativamente a um aspecto que o Senhor Vereador Rui Silva referiu, da contratação pública e dos procedimentos da mesma, lançava aqui um repto à Câmara Municipal: com as últimas alterações do Código de Contratação Pública, há um conjunto significativo de entidades que anteriormente não estavam obrigadas ao seu cumprimento, e agora estão; falo de entidades privadas, uma vez que na Câmara e nas Juntas de Freguesia, os serviços acompanham o assunto com muita atenção. Seria interessante que a Câmara pudesse, numa atitude pedagógica, alertar essas mesmas instituições para esta questão pois, no nosso concelho, a maior parte delas, sem o saberem, estão obrigadas a estes procedimentos e a obedecer ao Código de Contratação Pública".-----

-----O Senhor **Presidente** referiu ainda que "a Etar de Côja está a funcionar em pleno; a questão prende-se com a Estação Elevatória, onde ainda se estão a usar os meios que se usavam antes para elevar e encaminhar os esgotos para a Etar; não está em causa o tratamento do efluente, mas a sua elevação. Gostava também de dizer que todos concordamos que aquele tubo é inestético, mas a verdade é que naquele momento, entendemos que era preferível a sua colocação do que deixar que o efluente corresse livremente no Rio, como noutras circunstâncias já tinha acontecido. Foi essa a nossa







**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

opção, que comporta inconvenientes, mas que resolveu o problema essencial, do efluente não desaguar directamente no rio".-----

-----O Senhor Vereador **António Cardoso** referiu que "ainda relativamente à poda das árvores, todo o trabalho foi feito, como já referi, com orientação do Senhor Eng.º Fernando Vale e recorde-me que uma primeira informação que foi feita tendia para o abate de uma das árvores que estava em pior estado; veio depois, alguém de fora, a convite do Senhor Eng.º Fernando Vale, e chegou-se à conclusão que era melhor cortar alguns ramos um pouco mais rente e insuflar referido produto, porque era possível elas regenerarem – isto foi há 2 ou 3 anos e a árvore parece estar boa".-----

**ORDEM DO DIA**

-----O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**Capítulo Primeiro – Aprovação de Acta;**-----

-----**Capítulo Segundo – Diversos;**-----

-----**Capítulo Terceiro – Expediente;**-----

-----**Capítulo Quarto – Requerimentos Diversos;**-----

Capítulo Primeiro

**Aprovação de Acta**

-----**PRIMEIRO:** Discussão e aprovação da **Acta nº 3**, correspondente à reunião ordinária realizada no dia **2 de Fevereiro de 2010**.-----

-----Lida que foi em voz alta, analisado o seu conteúdo e produzidos os esclarecimentos necessários, deliberou-se, por unanimidade aprovar a acta nº 3, correspondente à reunião ordinária, realizada no dia 2 de Fevereiro de 2010. -----

Capítulo Segundo

**Diversos**





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

### -----PRIMEIRO: Projecto de Regulamento Geral e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Arganil.-----

-----Presente um exemplar do Projecto de Regulamento em apreço, que se dá por reproduzido para todos os efeitos e se anexa cópia à acta.-----

-----O **Senhor Presidente** usou da palavra referindo que "como é do conhecimento dos Senhores Vereadores, existe um novo Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais; a sua implementação foi inicialmente prevista para o início do ano de 2009, mas entretanto foi prorrogado o prazo até Dezembro de 2009 e, mais recentemente, foi novamente prorrogado até Abril de 2010, face a proximidade das eleições autárquicas, que impediu as Câmaras Municipais de poderem proceder à elaboração dos novos Regulamentos com base neste novo Regime de Taxas das Autarquias Locais.-----

-----Este novo Regime traz uma novidade que é o Estudo Económico/Financeiro sobre cada uma das taxas e, portanto, a determinação dos custos efectivos do Município e introduz a possibilidade dos Municípios criarem incentivos ou desincentivos a determinado tipo de operações, que têm depois, como consequência prática, as Taxas. Esse estudo foi feito e está distribuído pelos Senhores Vereadores, relativamente a todas as operações que são realizadas na Câmara Municipal e gostaria de justificar aquilo que foi a nossa opção em termos da proposta que hoje aqui vamos submeter: desse estudo resulta que há um conjunto significativo, e claramente predominante, em que o custo para a Câmara Municipal de determinado tipo de operações é claramente superior às taxas cobradas actualmente e existem situações em que o inverso também é verdade, ou seja, o custo é inferior à taxa cobrada.-----

-----Atendendo ao período de crise em que vivemos, em que na discussão que tivemos aqui sobre a questão do IRS e a questão do IMI, tinha dito que considerava que um não aumento das taxas face ao ano anterior, que seria uma medida mais positiva e mais justa relativamente a todos os munícipes e por isso, independentemente do resultado do estudo económico-financeiro, que vos é presente, e considerando uma perspectiva de justo equilíbrio entre não aumentar a carga financeira para os munícipes e, ao mesmo tempo, garantir que a Câmara também não tem perdas em termos financeiros para poder continuar a desenvolver as políticas públicas, particularmente na área social, a nossa proposta vai no sentido de mantermos os valores das taxas ao nível daquilo que aconteceu em 2009.-----

-----Naturalmente que estão previstas outras taxas, há uma da qual eu gostaria de falar porque me parece importante, que tem a ver com a questão dos processos de obras, onde, algumas vezes, acontece não se cobrar nada a princípio, e depois há um custo administrativo, um custo de análise e não são levantadas as respectivas licenças; no futuro, isto é para inverter e, de alguma forma, pagar-se algo no início e depois pagar um valor final resultante da emissão somente da autorização de utilização.-----

-----Neste primeiro ano a opção é não cobrar nada no início e manter o valor igual à taxa de 2009. A proposta de manter os valores das taxas ao nível de 2009 tem a ver com isto; não aumentar a carga fiscal relativamente aos munícipes e, ao mesmo tempo, garantir que





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

a Câmara Municipal não tenha nenhuma perda de receita de modo a poder desenvolver as políticas públicas locais, nomeadamente na Área Social".-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Rui Silva** dizendo ao Senhor Presidente que "parece que isso não é legal, acho eu, porque se é preciso um estudo económico, este assunto terá que ser remetido para o Diário da República e tem que estar 30 dias em consulta pública, "inquérito público", e depois é que vai à Assembleia Municipal. Quanto aos valores das taxas, ou se aponta para esses valores ou duvido que possamos fazer daquela forma; mas ainda há tempo, porque agora vamos deliberar enviar para o Diário da República, e não vamos aprovar taxa alguma; o que só poderá ser pós Diário da República; leia por favor a Lei, veja bem porque em tempos era assim, o inquérito público era baseado na publicação no Diário da República e contavam-se os prazos a partir daí. Fica um alerta, eu também não tenho a certeza, mas alerta para esse facto".-----

-----É por isso que acho não ser plausível, haver uma redução de taxas, quando, efectivamente, aparece o valor. Nesta fase de inquérito público, é possível fazer um quadro em que puséssemos a taxa actual e a que vem do estudo e fazer um quadro comparativo?"-----

-----O Senhor **Presidente** referiu que "tem o custo apurado, a taxa de 2009 e a taxa proposta para 2010. E também está previsto na Lei que podem existir critérios de incentivo ou de desincentivo a determinado tipo de operações; objectivamente, vamos ter aqui nesta proposta, algumas operações em que há incentivo e outras em que há desincentivo. Eu fiz esta introdução inicial para dizer que o incentivo ou desincentivo de cada uma das taxas nada tem a ver com uma análise particular, tem a ver com esta análise geral, de manter o valor das taxas de 2009 e a Câmara Municipal não perder receita".-----

-----Interveio o Senhor Vereador **Miguel Ventura** dizendo que "dá para verificar que as taxas surgem como um incentivo, ou seja, a Câmara assumir parte do custo; quanto às taxas onde há o tal desincentivo, ou seja a taxa que é superior ao custo, existe aqui algum caso concreto?"-----

-----O Senhor **Presidente** explicou que "são marginais, mas existem alguns casos. Relativamente ao próximo ano, aquilo que se pretende é fazer uma avaliação caso a caso; não vai ser possível, seguramente, repercutir imediatamente a questão dos valores dos custos, mas teremos que fazer, eventualmente, um regime progressivo durante 3 ou 4 anos, no sentido de procurar que as taxas reflectam aquilo que são os custos da Câmara Municipal. Haverá muitos casos em que sobem e haverá alguns casos em que descem".-----

-----O Senhor Vereador **Miguel Ventura** disse que "no art. 15º, refere-se que as taxas têm que ser pagas na Tesouraria da Câmara Municipal; não seria possível colocar aqui a possibilidade deste pagamento ser efectuado em outros locais do concelho, para evitar que algumas pessoas tenham que vir a Arganil de propósito para pagar as taxas? Com certeza, às vezes, fica mais caro ao Município a deslocação do que propriamente a taxa. Com a





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

colaboração das Juntas de Freguesia não seria possível estas taxas serem pagas em locais mais próximos das populações?"-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **António Cardoso**, referindo que "quando se apresenta o requerimento, pessoalmente, automaticamente é emitida a guia para a pessoa pagar na Tesouraria; nestes casos, não faz sentido; mas, por exemplo o pagamento do lixo e da água, poderá eventualmente ser feito assim".-----

-----Interveio o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa**, referindo que "estava a lembrar-me de uma coisa: esta legislação poderá ser pertinente não tanto no presente, mas no futuro, isto é, aquilo que está preconizado em termos de modernização administrativa é a possibilidade dos munícipes ou dos cidadãos em geral, poderem aceder a alguns serviços, a alguns requerimentos, a algumas licenças, através da Internet, através do Portal; se houver esta possibilidade, naturalmente que também faz sentido o pagamento ser feito por outra via. Acho que esta sugestão, não tanto em termos de presente, mas de futuro próximo, faz sentido".-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** dizendo que "talvez possamos aqui acrescentar *na Tesouraria ou pelos meios electrónicos disponíveis*. Neste momento, no âmbito da modernização administrativa, uma das coisas que se pretendia implementar era a questão de alguns serviços on-line; porventura vai ser possível, no futuro, que as pessoas possam fazer os pagamentos por caixa directa on-line, ou por multibanco; o BCP tem esses mecanismos, bem como o BES e o BPI. Esta questão podia ficar aqui consagrada, para prevenir o futuro, porque pode ser mais rápido do que a nova alteração que faremos de 2010 para 2011. Vamos tentar arranjar uma redacção que seja suficientemente abrangente e que consagre estas possibilidades.-----

-----Eu tinha feito uma leitura prévia, mas há aqui um artigo que me chamou a atenção, que é o artigo 39, que fala das zonas geográficas para efeitos de compensação, em que estão definidas 3 zonas: uma que inclui os aglomerados de Arganil e Côja, a segunda zona diz respeito às áreas urbanas dos aglomerados das sedes de freguesia e as povoações de Sarnadela, Portela da Cerdeira, Malhada Chã, Vale Matouco, Pisão, S. Pedro e Carvalhas e uma terceira zona com as restantes povoações. Esta definição já vem do Regulamento anterior e, na altura, julgo que foi justificada pela população e também pelo número de habitações. Parece-me que talvez faça sentido mantermos a zona A com Arganil e Côja, colocarmos uma zona B só com as sedes de freguesia e retirar as outras povoações e incluí-las no terceiro grupo; parece-me que, neste momento, não há grandes razões para que estas povoações não apareçam no terceiro grupo".-----

-----Interveio o Senhor Vereador **Miguel Ventura**, colocando outra questão: "se na zona B, ficarem apenas as sedes de freguesia, estamos aqui a pôr uma área que hoje é uma área urbana de Arganil, no critério C, com uma diferença muito grande entre a vila de Arganil e depois duas zonas, S. Pedro e Carvalhas, que, praticamente, estão inseridas na malha urbana da sede do concelho, em que a diferença ainda é mais gritante, que é





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

passarmos do escalão A para o escalão C; S. Pedro e Carvalhas passam do critério B para o C, ou seja, entre a zona onde está a vidreira e 100 metros após a mesma, passa do escalão A para o C".-----

-----O Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** referiu que deveria seguir-se o critério do IMI, que já está definido.-----

-----O Senhor **Presidente** perguntou se estavam todos de acordo com esta proposta, de reformular este quadro de acordo com aquilo que está previsto no zonamento do IMI.-----

-----Concluída que foi a análise do projecto em apreço, efectuadas as alterações necessárias, deliberou-se, por unanimidade, aprová-la e submete-la a apreciação pública nos termos e para os efeitos consignados no artº 118º do CPA. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

### -----**SEGUNDO: Projecto de Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Arganil.**-----

-----Presente um exemplar do Projecto de Regulamento em apreço, que se dá por reproduzido para todos os efeitos e se anexa cópia à acta. -----

-----Interveio o Senhor **Presidente** referindo que "neste caso concreto, no caso da água e no caso do saneamento, é possível fazer contas mais fiáveis relativamente àquilo que é o custo para a Câmara Municipal e o valor a pagar pelos munícipes. Neste caso concreto, o custo é de 3,2€; os particulares pagam 1,25€ por mês, o comércio paga 2,40€ e a indústria paga 3,55€".-----

-----O Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** explicou ainda que "apenas queria reforçar aquilo que acabou de dizer há pouco: houve em tempos uma perspectiva relativamente ao IMI e relativamente ao IVA, de não mexer nesses impostos e o entendimento foi que uma mexida nesses impostos iria aproveitar essencialmente os agregados familiares mais abastados e com menos dificuldades e, de facto, aqui nesta questão dos resíduos sólidos, fica demonstrado um apoio extensivo a todo o concelho que não é desprezível; nós estamos a falar só naquilo que diz respeito ao preço, não estamos a falar de celebração de contratos e coisas do género, isso no fundo são amendoins, mas naquilo que diz respeito ao serviço, estamos aqui a falar de um financiamento mensal a cada agregado familiar, de 1,95€ que representa cerca de 207 mil euros ao final do ano, financiados pela Câmara, às famílias, só a título de resíduos sólidos urbanos".-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Concluída que foi a análise do projecto em apreço, efectuadas as alterações necessárias, deliberou-se, por unanimidade, aprová-la e submete-la a apreciação pública nos termos e para os efeitos consignados no artº 118º do CPA. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

### -----**TERCEIRO: Projecto de Regulamento Municipal do Serviço de Distribuição/ Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Concelho de Arganil.**-----

-----Presente um exemplar do Projecto de Regulamento em apreço, que se dá por reproduzido para todos os efeitos e se anexa cópia à acta. -----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para "chamar a atenção para o custo do saneamento, pois o valor que é cobrado é de 1,25€, e o custo apurado é de 5,50€; e isto, quando pagamos apenas às Águas do Mondego a manutenção da ETAR de Arganil – a ETAR de Côja ainda não está a ser cobrada. Relativamente à água, uma vez que ainda é a Câmara a fazer a gestão, a situação é menos dramática; esse será outro dossier que nos próximos tempos teremos que aqui analisar, que é a questão da eventual transferência da rede em baixa, para as Águas do Mondego; é um dossier que em breve analisaremos para tomarmos uma decisão final".-----

-----O Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** referiu que, "à semelhança da minha intervenção no ponto anterior, em relação às Águas, a situação não é muito dramática, nós temos uma receita média por metro cúbico de 52 cêntimos e meio, para um custo médio por metro cúbico de 57 cêntimos; tendo em consideração o número de m3 vendidos, isto representou, no final de 2009, tal como representará, previsivelmente, no ano de 2010, cerca de 30 mil euros de financiamento suportado pela Autarquia. No caso do saneamento a situação é mais gritante, temos aquele défice que foi sinalizado pelo Senhor Presidente de 4,25€ por mês, por agregado e, tendo em consideração, que são 5.785 os agregados servidos, estamos a falar de quase 300 mil € por ano de financiamento, que é assegurado pela Autarquia.-----

-----Em conjunto, Águas, Saneamento e Resíduos Sólidos, representam cerca de 530 mil € e portanto acho que esta manutenção de preço faz sentido num ano particularmente difícil como aquele que estamos a atravessar e que, como disse há pouco, aproveita a todos, particularmente àqueles que mais precisam e daqui também a minha concordância com a proposta que está a ser apresentada".-----





**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

-----O Senhor Vereador **Rui Silva** referiu que era bom que "fique claro que nós não estamos a baixar taxas, estamos simplesmente a manter os valores de 2009".-----

-----O Senhor **Presidente** referiu ainda que "o antigo Regulamento previa uma actualização, que nós achámos por bem não aplicar logo, houve um benefício".-----

-----Concluída que foi a análise do projecto em apreço, efectuadas as alterações necessárias, deliberou-se, por unanimidade, aprová-la e submete-la a apreciação pública nos termos e para os efeitos consignados no artº 118º do CPA. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

-----**QUARTO: Apreciação e votação do estudo relativo à actual situação financeira e respectivo plano de saneamento financeiro.**-----

-----Foi presente um exemplar do estudo relativo à actual situação financeira e respectivo plano de saneamento financeiro, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e se anexa cópia à acta.-----

-----Foi ainda presente a informação nº 3, DAGF E, datada de 12/02/2010, elaborada pela Técnica Superior, Economia, Sara Rodrigues, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

----- "No dia 14 de Julho de 2006 a Aldeia Histórica de Piódão foi assolada por uma grave intempérie. Da chuva torrencial e queda de granizo resultou uma grande enxurrada de pedras e lama, que provocou danos pessoais a lamentar (morte de um turista apanhado na enxurrada), bem como avultadíssimos prejuízos materiais. -----

----- Entre obras de reposição de transitabilidade e obras de requalificação dos espaços exteriores da Aldeia Histórica de Piódão tornou-se impreterível investir aproximadamente 2.300.000,00€ (dois milhões e trezentos mil euros). -----

----- A Administração Central, primeiro na pessoa do Senhor Governador Civil do Distrito de Coimbra, e depois na pessoa do então Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local manifestaram a sua solidariedade e prometeram ajudar na reparação dos estragos causados. -----

----- Tais promessas deveriam consubstanciar-se em dois eixos distintos, em relação aos quais foram criadas elevadas expectativas: -----

- Candidatura a contrato-programa de cooperação técnica e financeira com a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), tendo em vista repor a transitabilidade da rede viária afectada. Esta candidatura viria a ser aprovada e o respectivo contrato-programa assinado em 30 de Janeiro de 2008.





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

- Candidatura ao Eixo I do QCA III – P.O. Centro, tendo em vista a requalificação de espaços exteriores e redes viárias de Piódão. Esta candidatura viria a merecer a homologação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

----- Contudo, e pese embora os múltiplos contactos de sensibilização, a verdade é que das candidaturas acima referidas, o Município de Arganil apenas recebeu cerca de 110.000,00 euros, no âmbito do contrato-programa com a DGAL. -----

----- Pese embora as diversas empreitadas estejam actualmente fisicamente concluídas, o elevado investimento efectuado não obteve as participações financeiras contratualizadas. Ou seja, face ao incumprimento das expectativas criadas, o Município de Arganil viu-se confrontado com uma situação absolutamente desastrosa para a respectiva tesouraria. -----

----- Entre o valor investido e os valores recebidos a título de participações, registou-se um saldo negativo de cerca de 2,2 milhões de euros. -----

----- Porque em todo o processo sempre se acreditou que a Administração Central cumpriria com os seus compromissos (o que na prática não se verificou), o Município de Arganil não recorreu a qualquer operação de empréstimo para investimento. -----

----- Paralelamente à situação atrás exposta, em 2009 foi necessário iniciar a ampliação da Zona Industrial da Relvinha. Efectivamente, face à expectativa (concretizada) de instalação do maior investimento privado jamais realizado no concelho, tornou-se premente proceder à aquisição de terrenos, bem como proceder à execução de diversas infra-estruturas, como rede viária, águas, saneamento, electricidade e gás. -----

----- Considerando que não foi possível arrecadar algumas receitas previstas em orçamento, do esforço financeiro exigido ao Município resultou um claro desequilíbrio de tesouraria. Também nesta capítulo – e estando actualmente a execução física concluída – não houve recurso a qualquer operação de empréstimo para investimento. -----

----- Ora, as duas operações atrás relatadas – ao não terem sido suficientemente balanceadas pelas correspondentes receitas – geraram uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural.

----- Nesta sequência, nos termos da Lei .º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, solicitamos a apreciação e aprovação dos seguintes pontos: -----

1. Estudo relativo à actual situação financeira e respectivo plano de saneamento financeiro nos termos do disposto nos n.º 2 e 3 do art. 40º;
2. Consulta às Instituições de Crédito, a seguir referidas, para apresentação de propostas para a contratualização de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 6 do art. 40º - Aprovação dos termos e condições da mesma.
  - Caixa Geral de Depósitos;
  - Millennium BCP;
  - Caixa de Crédito Agrícola;







## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

- Banco BPI;
- BES – Banco Espírito Santo.

----- Assim, relativamente ao ponto n.º 1, junto segue em anexo o documento enunciado, propondo desde já a sua apreciação e aprovação. -----

----- Relativamente ao ponto n.º 2 propomos, após deliberação de aprovação do ponto anterior, que seja autorizada a realização de uma consulta às Instituições de Crédito referidas a fim de se avaliar as melhores condições para a celebração de um contrato de empréstimo de médio e longo prazo, tendo por base os seguintes termos e condicionantes que a própria Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, no seu art. 6º impõe: -----

1. **Montante Máximo a Contratar:** Até ao montante de 4.100.000,00€ (quatro milhões e cem mil euros)
2. **Prazo Legalmente Imposto:** 12 anos;
3. **Período de Utilização e Carência:** 3 anos
4. **Reembolso:** em 10 prestações anuais, com excepção dos meses de Junho e Novembro, vencendo-se a primeira um mês após o final do período de utilização;
5. **Pagamento de Juros:** Mensais Postecipados;
6. **Garantias:** As legais de acordo com o tipo de operação;
7. **Cláusula Particular:** O mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão;
8. **Proposta a apresentar deverá incluir os seguintes elementos:** Montante, taxas de juros, plano de amortização para o período global do contrato e estimativas anuais de juros.

----- À consideração superior, -----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Engº Ricardo Pereira Alves, datado de 12.02.2010; "À Reunião de Câmara."**-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente**, fazendo uma breve apresentação do assunto em apreço: "Como é sabido, em 2005 ocorreu no Piódão, um incêndio de grandes proporções que de alguma forma motivou que, em 2006, as enxurradas provocassem prejuízos assinaláveis, não só na rede viária, mas também no antigo Parque de Estacionamento que servia de apoio à própria aldeia, enquanto destino turístico de qualidade no nosso concelho. Logo nessa altura, a seguir ao dia 14 de Julho de 2006, o Senhor Governador Civil do Distrito de Coimbra, teve oportunidade de visitar a aldeia histórica do Piódão, e observar *in loco* aquilo que eram os prejuízos emergentes do resultado da enxurrada de 2006 e assumiu logo, em nome do Governo, a vontade do Governo apoiar a comparticipação das obras de requalificação e de recuperação, resultante das intempéries. A própria Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

Centro manifestou o seu total empenhamento, no sentido de garantir os mecanismos necessários de apoio para a Câmara Municipal poder fazer e desenvolver todos os procedimentos necessários às intervenções que se impunham.-----

-----Foram realizadas obras ao nível da rede viária, nomeadamente entre Piódão e Chãs d'Égua, entre Foz d'Égua e Piódão e no troço principal de acesso ao Piódão, Formarigo – Penedos Altos – Piódão. Nesse contexto o Senhor Secretário de Estado da Administração Local de então, Dr. Eduardo Cabrita, homologou, em Janeiro de 2008, um Contrato – Programa celebrado entre a Câmara Municipal e a Direcção Geral das Autarquias Locais.----

-----Foram também desenvolvidos trabalhos e uma empreitada de intervenção, designada "Beneficiação dos Espaços Exteriores e Redes Viárias no Piódão", que integrava a recuperação e a refuncionalização dos acessos já na proximidade da aldeia, bem como na recolocação de um Parque de Estacionamento, que de alguma forma dê suporte àquilo que são os milhares de visitantes que temos por ano na aldeia histórica do Piódão. Para isso foi feita uma candidatura ao Eixo 1.1, ainda no âmbito do QCA 3, que foi aprovada, e que foi homologada pelo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.-----

-----O resultado do investimento global realizado no Piódão, é de 2,3 milhões de €; até hoje o município de Arganil recebeu cerca de 110.000,00€, resultado do Contrato – Programa estabelecido com a Direcção Geral das Autarquias Locais.-----

-----Foi também em 2009 desenvolvido e acelerado o processo de ampliação da Zona Industrial da Relvinha, que permitiu a realização do maior investimento privado de sempre, jamais realizado no concelho, de cerca de 16 milhões € já efectuados em 2009 e 4 milhões de € que serão efectuados em 2010 e que levou à instalação da empresa Pinewells, do grupo Visabeira no nosso Concelho. Como era necessário andar depressa, o Município teve que fazer aqui um investimento bastante significativo, no valor de 779.172,38€, resultante da aquisição dos terrenos para esta ampliação e também das infra-estruturas públicas que foi necessário fazer, nomeadamente a construção do acesso a esta ampliação da Zona Industrial, e as infra-estruturas eléctricas de gás, de saneamento, de águas e de águas pluviais que lá foram realizadas.-----

-----Neste contexto, face a estes grandes investimentos feitos, particularmente no Piódão e na Zona Industrial da Relvinha que, neste último caso, teve que ser um investimento significativo porque era importante garantir que esta empresa se fixasse no concelho, o qual criou uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, associado a problemas de Tesouraria.-----

-----Estes investimentos assumem um número bastante elevado e têm uma comparticipação praticamente residual por parte das entidades estatais. Por outro lado, há aqui uma clara e inequívoca quebra de compromisso por parte do Governo, face àquilo que eram as dificuldades que o município tinha, nomeadamente na questão do Piódão, em que foram criadas grandes expectativas sobre a recepção de um conjunto de comparticipações que não se vieram a verificar.-----

-----Neste contexto, a única alternativa viável e possível é a contracção de um empréstimo para Saneamento Financeiro, que propomos se cifre no valor de 4,1 milhões de €. Aliás, este é também o caminho apontado pela Lei das Finanças Locais, da responsabilidade do Governo do Partido Socialista, que é a Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, e que no seu artigo





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

quadragésimo, aconselha os municípios que têm uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural a optarem pela via da contracção de um empréstimo para saneamento financeiro.-----

-----Como resultado deste Plano de Saneamento Financeiro, e que se consubstancia na contracção de um empréstimo para saneamento financeiro, os resultados que esperamos são a reposição do equilíbrio financeiro e o cumprimento integral perante empreiteiros e fornecedores, mantendo a imagem da Câmara como uma pessoa de bem.-----

-----Quero apenas referir e reforçar a ideia de que a contracção deste empréstimo não aumenta o endividamento líquido do município; aquilo que se trata é de converter dívida de curto prazo em dívida de médio a longo prazo, que se trata de uma medida de boa gestão, consagrada na Lei das Finanças Locais".-----

-----O Senhor Vereador **Miguel Ventura** usou da palavra, referindo que "na reunião de 5 de Janeiro de 2010 efectuei uma declaração em que manifestava uma preocupação com o excessivo aumento do endividamento líquido do Município no ano 2009, em cerca de 58% face ao ano anterior.-----

-----Na altura referi que os atrasos no recebimento dos apoios do Estado e de projecto co-financiados pelo QREN poderiam explicar parte dessa derrapagem, embora ficasse a sensação de que a causa era mais profunda, o que o documento agora apresentado vem demonstrar e comprovar.-----

-----Nessa mesma reunião questionei, não me tendo sido dada qualquer resposta, os seguintes aspectos que reproduzo, os quais pretendo ver agora esclarecidos:-----

-----Qual o montante em dívida por parte da Administração Central face aos compromissos tidos com o Município? E qual o montante dos pedidos de pagamento já apresentados? -----

-----Qual o montante de participações que estão por receber do QREN, relativos a pedidos de pagamento já formalizados? -----

-----Pergunto também qual o montante global envolvido na aquisição dos terrenos para alargamento da Zona Industrial da Relvinha e se os mesmos já foram pagos aos proprietários. Qual o preço pelo qual foi concretizada a venda aos investidores?"-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **Rui Silva**, dizendo que "estava a aguardar uma intervenção do Senhor Vereador Luis Paulo, que tem sempre nestes casos tomado a dianteira em termos da explicação, mas já que assim não foi, queria tecer alguns considerandos: para já, associar-me às apreensões manifestadas pelo Senhor Vereador Miguel Ventura, no que respeita à questão da dívida, e na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, dizer que a grande justificação que está na base deste pedido de empréstimo, assenta na envolvência financeira do município, face ao acidente ocorrido no Piódão. O desastre trágico do Piódão ocorreu em Junho de 2006, se não me falha a memória, e para aliviar os estragos, a Câmara Municipal, a Administração Central e os Fundos Comunitários, colaboraram financeiramente nas obras de recuperação da seguinte forma (dados recolhidos dos vários mapas referentes às GOP's, já que no das Grandes Opções do Plano, para 2007, nada consta que se refira às obras de recuperação):-





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Relativamente ao Piódão, encontra-se exclusivamente inscrita a verba de 600 mil €, referente à empreitada da ligação Formarigo – Penedos Altos – Piódão, financiada em 60% pelos Fundos Comunitários. Isto, em 2007. No entanto, em 2008, aparecem outros investimentos, um, intitulado beneficiação de acessibilidades ao Piódão, em que está inscrita a verba de 450 mil €, com uma comparticipação de 60%, isto já no âmbito do Contrato Programa, penso eu. Em 2009, para esta mesma obra, estão realizados 23.944,00 € e prevê um investimento de 680 mil €, mantendo a comparticipação nos 60%. O estranho é, em 2010, considerar-se que não se fez nada, quando se fez entre 2007 e 2008, na mesma obra, e só estão previstos 200 mil € a uma taxa de 36%; não percebo. Na verdade, isto é a reprodução do Plano e da obra, ao longo dos anos.-----

-----Entretanto aparece mais uma que é acessibilidades ao Piódão, parte II que não tem financiamento, em que só foram realizados cerca de 83 mil € em 2007 e estava previsto um investimento de 110 mil € no ano de 2008; não aparece em 2009, pressupõe-se que terá sido feito e realizada essa obra na totalidade, ou em parte. Depois aparece no QCAIII a requalificação dos espaços exteriores e rede viária do Piódão, onde em 2007 não aparece nada, está inscrita verba de 1.200.000,00 €, aliás esse valor até consta do estudo, com uma comparticipação de 70%. Em 2009, portanto obras já realizadas em 2008 e incluídas no GOP de 2009, estão realizados 294 mil €, em números redondos e inscreve-se para realização no ano de 2009 mais 800 mil €; a obra de 1 milhão e 200 mil que foi no GOP de 2008, em 2009 está em 1 milhão e 100 mil, é um valor aproximado, mantendo a comparticipação de 70%; o curioso é, pela descrição do texto, que esta obra afinal é comparticipada em 65%, portanto andou-se a viver à custa em 5% a mais nos anos anteriores, em termos de inscrição de receitas, que não corresponderam à realidade. E o curioso é que para a mesma obra, em 2010 está previsto mais um investimento de 715 mil € que ou é para pagar dívida de obra já feita ou é para realizar, estando dados como realizados nos anos anteriores 209 mil €.-----

-----Ainda neste seguimento, em 2008, estavam realizados cerca de 294 mil euros e em 2009 aparecem 209 mil euros, o que quer dizer que deitaram abaixo parte da obra. Depois existe uma 3ª candidatura, acessibilidades ao Piódão parte III, que só aparece no GOP no ano de 2009, com 150 mil € de inscrição de verbas, para depois em 2010 prever um investimento de 60 mil e ter sido feito em 2008 74.878,00 €. Foi com alguma curiosidade que eu fui ver estes valores porque todo este pedido de empréstimo se baseava muito nesta obra; é evidente que pela leitura dos dados não temos nada sobre a questão da zona da Relvinha, mas o Senhor Presidente já o referiu, um investimento de 779.172,00€ de aquisição de terrenos e de infra-estruturas.-----

-----A análise do resultado nos mapas demonstra uma grande confusão; na pior das hipóteses o investimento no Piódão, por força da enxurrada de 2006, foi na ordem de 1,4 milhões de €, com uma comparticipação correspondente a receber de 0,88 milhões de € e que a Câmara afirma só ter recebido 0,11 milhões e isto eu não ponho em dúvida. Aliás, já me manifestei, anteriormente, que se o Estado assume responsabilidades tem que as cumprir; pelo que o financiamento a cargo da Autarquia será, neste pressuposto, de 1,4 menos 0,88, dá 0,52 milhões ou, noutra hipótese, 1,4 menos 0,11, que é 1,29 milhões e não 2,2 milhões como é afirmado no Estudo. Já estou a considerar que os 200 mil mais os





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

715 mil € de obra que estão em Plano, são para pagamento de dívida e a obra já está feita – está a ser considerado isso, para estes resultados.-----

-----Há aqui como que uma artimanha habilidosa; o Senhor Vereador Luis Paulo, pretende dar uma música que sinceramente eu não sei dançar, e nem para aí estou muito virado. Acho que todo o enredo da história do pró – empréstimo que está vertida neste documento está mal composta e o período é incoerente – esta é uma primeira abordagem sobre esta questão”.-----

-----Interveio o Senhor **Presidente**, dizendo que “gostaria de registar que aquilo que preocupa o Senhor Vereador Rui Silva não é que o Governo pague aquilo com que se comprometeu e assuma os 70% da candidatura dos Espaços exteriores ao Piódão e a questão do Contrato – Programa; a preocupação é se a comparticipação é de 65% ou de 70%; ficámos esclarecidos quanto ao interesse do Senhor Vereador Rui Silva”.-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa**, referindo que “Senhor Presidente, louvo-lhe a capacidade, porque se o Senhor ficou esclarecido, eu sinceramente não fiquei esclarecido! O Senhor Vereador Rui Silva fez aqui há tempos uma intervenção onde disse que, se calhar, o problema era dele, mas não percebia aquilo que os economistas e os juristas diziam. Pois pode ter a certeza que ter um engenheiro civil a falar de finanças é ainda mais confuso e mais difícil de perceber, mesmo para quem é da área; da maior parte daquilo que disse, eu não consegui perceber, se calhar o problema também pode ser meu. Daquilo que percebi o Senhor Vereador falou de GOP’s, das grandes opções do plano, quer dizer, as Grandes Opções do Plano são um instrumento previsional, se calhar talvez valha a pena olhar para as prestações de contas, e teremos oportunidade brevemente de olhar para isto, e veremos aquilo que é previsão e aquilo que é a concretização – é nos instrumentos de prestação de contas que se vê o investimento efectivo. Em relação aos 2,3 milhões de € que foram efectuados de investimento no Piódão, em diversas empreitadas, aquilo que lhe pedia era que não colocasse em dúvida com essas suas contas que, essas sim, são umas contas habilidosas, que não têm qualquer tipo de fundamento porque os 2,3 milhões de € de investimento efectuado no Piódão, são concretos; podemos indicar-lhe empreitada a empreitada, item por item, quais foram os valores investidos, de uma forma incontestável e sem quaisquer artimanhas como, de uma forma que penso que terá sido irreflectida, referiu”.-----

-----O Senhor **Presidente** referiu que “gostaria de voltar a Outubro de 2005; em Outubro de 2005, quando assumimos funções, encontrámos uma situação do ponto de vista financeiro, absolutamente desastrosa e um ambiente entre a Câmara Municipal e os empreiteiros e os fornecedores lamentável. Não eram poucos os fornecedores e empreiteiros que não queriam trabalhar com a Câmara, não fiavam nem um prego à Câmara. Essa era a imagem que nós tínhamos em 2005. Avançámos para um empréstimo para saneamento financeiro, que mereceu o voto contrário do Partido Socialista, aliás, não se compreende a contradição de terem votado contra esse empréstimo e mais tarde, no caso da Câmara de Lisboa, era exactamente esse o caminho que queriam prosseguir; aliás





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

o Partido Socialista teve ocasião, mais tarde, de fazer a *mea culpa* e dizer claramente que tinha sido uma boa opção fazer o empréstimo para saneamento financeiro. Mas essa situação nunca foi reconhecida pelo Partido Socialista e em particular pelo Senhor Vereador Rui Silva, porque sempre se recusaram a fazer auditorias financeiras, como o PSD tinha proposto e nós próprios, é bom dizê-lo, realizámos na altura uma auditoria financeira, que temos realizado recorrentemente todos os anos porque, contrariamente àquilo que acontecia antes, todas as nossas prestações de contas são acompanhadas por um Relatório da Auditoria Financeira que é realizada às contas em permanência. Aqui fica bem clara a diferença entre a nossa forma de governação e a vossa. Há outra questão que eu gostaria de focar: existindo um problema de desequilíbrio financeiro conjuntural, nós não enterramos a cabeça na areia e não nos recusamos a ver isto como um problema; e como não enterramos a cabeça na areia, procuramos soluções e é essa solução que hoje estamos aqui a apresentar. Os Senhores terão toda a legitimidade para discordar, para dizer que havia outro caminho, mas há uma coisa que eu gostaria que ficasse bem clara: este documento que aqui está é o resultado exacto da situação da Câmara; não há aqui facturas escondidas, como no passado acontecia, não há aqui números escondidos ou forjados; isso não existe! Este é o resultado exacto da situação financeira da Câmara Municipal. Apresentamos aqui a solução para ultrapassar esse problema que é motivado, sobretudo, pelo incumprimento do Governo relativamente à matéria das obras realizadas no Piódão".-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **Rui Silva**, dizendo que "quando faço esta intervenção e quando refiro valores do GOP, não querendo ensinar nada ao Senhor Vereador Luis Paulo, é para lhe dizer que o GOP para o ano a que se refere é previsional, muito obrigado por essa lembrança, mas as verbas do executado não são previsionais, são correctas e essas têm que estar correctas. É previsional no investimento do próximo ano a que se refere, mas nas verbas inscritas desse projecto, executadas anteriormente, são correctas e têm que estar certinhas; se não estiverem certinhas não está bem, como é evidente. O Senhor Presidente referiu aqui umas coisas sobre a minha conduta, que eu estou muito preocupado sobre os 65% ou 70%; quando referi estes valores foi para realçar que não há sequência lógica; não é de qualquer forma que se aplica num Plano que isto é financiado a 36% e logo a seguir se altera para 70%; ou é 36%, ou é 70% ou é outro valor; de certa forma tem que se ter cuidado; mas eu tenho aqui os documentos, pode confirmar que o que eu estou a dizer é verdade. Por outro lado essa ideia de que quando entrou na Câmara encontrou isso que disse, só para lhe dizer que nunca conheci a Câmara com facilidades financeiras e já sou Vereador há muitos anos e sempre encontrei a Câmara com problemas financeiros; nunca viveu uma situação folgada. Mas quero dizer ao Senhor Presidente, que nunca me cortaram a luz. Se o Senhor fizer um bocado de história, há pessoas do seu próprio Partido, a quem foi cortada a luz por falta de pagamento, e isso nunca aconteceu nos meus dois Executivos. Houve sempre dificuldades, certamente, e neste momento estamos numa situação perfeitamente igual; dificuldades a toda a prova em que a medida era contrair um empréstimo. Os argumentos desse empréstimo, saldar 4 milhões e cem mil euros por causa do Piódão, é que não está bem, nem com a Zona





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

Industrial; podem somar as duas e não dá metade desse valor; aliás, o Piódão não justifica os 2,3 milhões de euros; a estrada de Formarigo não pertence a essa situação, provocada pelos temporais; Formarigo aos Penedos Altos é a reparação de uma estrada, não tem nada a ver com os temporais, não tem lógica nenhuma; o que tem lógica são os trabalhos onde incidiu a enxurrada, não vamos fazer colagens desse tipo porque não é lícito".-----

-----O Senhor **Presidente**, dirigindo-se ao Senhor Vereador Rui Silva disse que "o que eu esperava era que fizesse aqui o acto de contrição, da forma como deixou a Câmara em 2005. Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte, já que o Senhor apela à memória: porventura o Senhor Vereador nunca teve empreiteiros e fornecedores a chorar no seu gabinete; devolhe dizer que o período que vivi na Câmara mais difícil, desde que sou Presidente, foi o período inicial, porque tive empreiteiros e fornecedores a chorar no meu gabinete, porque não tinham possibilidades; e os Senhores nunca reconheceram isto e o ambiente à volta da Câmara Municipal em 2005 era bem diferente do que é hoje. Apesar da situação que temos, não há um empreiteiro nem um fornecedor que não queira vender à Câmara, o que não acontecia em 2005. Por outro lado, o Senhor vem aqui falar de que há obras que ainda não estão pagas, é verdade, mas a grande obra emblemática do seu mandato, que é a ligação do Sobreiral ao Maladão, quem teve que a pagar fomos nós. Os senhores falaram várias vezes das participações mas a verdade é que não a tinham pago e deixaram-nos uma série de problemas, aliás coisas que eu acho fantásticas, como o acesso ao Maladão ter sido feito por uma estrada que tinha 2,5m e que nós tivemos que resolver; a ligação entre a Ponte do Maladão e os Covais, que não estava prevista na empreitada e as sucessivas alterações ao projecto que a obra teve; acho que nessa matéria o Senhor Vereador deve fazer o seu acto de contrição, a sua reflexão e ver a forma como geriu o concelho, particularmente nos últimos 4 anos dos seus dois mandatos. A situação é muito clara: relativamente aos investimentos que foram feitos no Piódão e na Relvinha, eles são exactos, não há aqui nada escondido e relativamente à beneficiação, já vi que o Senhor Vereador leu os documentos, mas porventura não leu tudo, porque relativamente ao Contrato - Programa que foi celebrado entre a Câmara Municipal e a Direcção Geral das Autarquias Locais, no âmbito desse Contrato - Programa, há a recuperação da rede viária afectada pelas intempéries e no caso concreto, como lhe disse há pouco, ligação Piódão - Chãs d'Égua; Foz d'Égua - Piódão e Formarigo - Penedos Altos - Piódão, que também foi afectada pelas intempéries; se o Senhor Vereador andou mais desatento, a estrada várias vezes ficou cortada resultado dessas intempéries. Todas estas intervenções estão incluídas no processo de recuperação de acessibilidades às redes viárias do Piódão. Gostaria ainda de dizer o seguinte: ao longo dos anos, tudo foi considerado *acessos ao Piódão* no âmbito de candidaturas. Tivemos uma auditoria da União Europeia, já durante este mandato, de uma estrada que ia para a Benfeita e que os senhores consideraram que era acesso ao Piódão. O que eu lamento é que o nome do Piódão foi usado para muitos financiamentos e a verdade é que relativamente à estrada principal, Formarigo - Penedos Altos - Piódão, a primeira grande intervenção foi feita por nós".-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa**, referindo que "nesta segunda intervenção do Senhor Vereador Rui Silva, percebi a razão do equivoco dele: é que aquilo que está nas GOP em termos de executado, o Senhor Vereador certamente também referiu isso, em tom quase ofendido, pelo facto de eu ter dito o que disse; Senhor Vereador, aquilo que está executado nas GOP é aquilo que está executado financeiramente e não tem relação nenhuma com aquilo que está executado fisicamente. Aquilo que está executado fisicamente, são dois milhões e trezentos mil €, obviamente que a execução financeira é diferente, é aquela que está reflectida nos documentos; esse pressuposto que utilizou nas suas contas habilidosas é um pressuposto errado e parece-me que deverá ser corrigido. Falou aqui também num outro assunto, e eu não venho aqui para defender ninguém, essa missão não é minha, de nunca lhe terem cortado a luz; tenho a dizer-lhe uma coisa: nunca lhe cortaram a luz, por uma razão muito simples: aquilo que entretanto no seu mandato, a EDP pagava à Câmara, a título de renda de concessão, era suficiente para compensar as facturas que a Câmara tinha a pagar à EDP; foi só por isso; não foi por mais nada; foi só porque houve compensação e antes não havia".-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura**, referindo que "o Senhor Presidente precipitou-se um pouco quando há pouco, disse que já conhecia a posição de voto que os Vereadores poderiam assumir hoje; pretendo referir também que a virtude dos políticos está no reconhecimento de alguns erros e nas mudanças de opinião que possam surgir e o PS já fez essa *mea culpa* em relação ao empréstimo, como o Senhor Presidente referiu e, de facto, o empréstimo que na altura foi contratado para consolidação de todas as dívidas da Câmara Municipal, foi uma boa opção de gestão; na altura o PS votou contra, mas estamos aqui para reconhecer os nossos lapsos e é essa a virtude que temos, assim outros tivessem a mesma atitude. Uma vez mais eu pedia ao Senhor Presidente se era possível responder às questões que coloquei no início, na minha primeira intervenção, para depois poder tecer mais algumas considerações sobre esta matéria. Mas quero associar-me à intervenção do Senhor Vereador Rui Silva, porque o Piódão, tal como o Senhor Presidente acabou de referir, serviu de desculpa e de fundamento para muitas intervenções ao longo dos anos, e não nos mandatos anteriores, foi nos mandatos da responsabilidade do PSD, em que tudo servia para ser acessos ao Piódão. E continuamos com essa lógica, já que também o Piódão está aqui a servir para a contratação deste empréstimo, e o Senhor Presidente sabe bem que a intervenção do Formarigo até aos Penedos Altos não tem nada a ver com as intempéries de 2006. A ligação a Chãs d'Égua e a Foz d'Égua, isso sim, a Câmara teve aí grandes encargos, mas a do Formarigo é puxar muito para a poder integrar aqui. Mais referiu que associado ao investimento da Pinewells houve receitas que resultaram da venda dos terrenos à empresa, que naturalmente vieram reduzir os encargos da responsabilidade da Câmara e o seu esforço financeiro e sobre isso nada nos foi dito".-----

-----O Senhor **Presidente** interveio novamente dizendo que "provavelmente os Senhores não vivem no mesmo concelho que eu, porque a estrada foi cortada uma série de vezes, resultado das intempéries, na zona da Fonte do Pião e noutras zonas, e provavelmente ou







## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

os senhores estão desatentos ou não se aperceberam de que a estrada foi reparada e está integrada no Contrato - Programa e por isso não consigo compreender esta intervenção dos Senhores Vereadores.-----

-----Relativamente às questões que colocou, eu não tenho aqui os dados exactos, relativamente aos pedidos de pagamento, mas vou providenciar. Relativamente à Zona Industrial da Relvinha, o valor de venda foi de 3,00€ o m<sup>2</sup>".-----

-----Interveio o Senhor **Vice-Presidente**, para "realçar uma questão que aqui já foi referida e que foi a situação em que encontrámos o Município, quando assumimos funções; era constrangedor, nem termos uma viatura para deslocar o pessoal, havia uma única viatura para deixar o pessoal nos vários pontos do concelho. Não termos um equipamento de máquinas à altura e não termos um metro de areia para gastar. Nessa altura, a preocupação foi honrar os compromissos e assumir a contratação de um empréstimo que possibilitasse um desafio e uma melhor relação com fornecedores e munícipes. O que está também subjacente na contratação deste empréstimo, é essa preocupação da Câmara continuar a ter um bom nome no mercado, a corresponder aos seus compromissos e a ser uma pessoa de bem; isso, no essencial, é o que nos preocupa e aquilo que nós pugnaremos para conseguir".-----

-----O Senhor **Presidente** referiu que, "para além do património em espécie que tínhamos em 2005, na conta principal da Câmara tínhamos somente 3.500,00€".-----

-----O Senhor Vereador **Rui Silva** disse já ter ouvido "essa versão várias vezes mas, atempadamente, eu trago aqui os elementos todos, para falarmos sobre isso. O Senhor Presidente disse que chegaram à Câmara Municipal e os empreiteiros todos iam ao seu gabinete, grande parte dos empreiteiros a chorar, e que a Câmara, liderada pelo Senhor Presidente, como que por um toque de varinha mágica, resolveu o problema imediatamente; mas resolveu-o como? Contraindo um empréstimo; e porque é que lhe foi aceite o empréstimo? É isso que tem que explicar: foram buscar dinheiro através do empréstimo, tal qual eu teria ido buscar outro, simplesmente eu entendi que foram buscar um empréstimo de 6 milhões, em 2006, porque a Câmara tinha capacidade financeira e teve capacidade financeira para a contratação do empréstimo, já a Câmara de Lisboa não teve e por isso foi reprovado, esta é a verdade, entraram os 6 milhões e os Senhores só fizeram uma operação financeira, não houve nada de mágico para resolver essa situação. Agora o Senhor fez aí umas acusações muito graves, que eu tinha obras minhas, como a estrada da Benfeita, no complexo do Piódão - isso está registado. E eu quero-lhe dizer o seguinte: se isso aconteceu, e aconteceu, agora afirmo-lhe eu que aconteceu, não foi no meu mandato; é bom que o Senhor quando faz essas acusações não faça referência só ao meu mandato; veja que há outras pessoas, outros mandatos anteriores, que fizeram isso; e não foi só a da Benfeita, foi a da Mata da Margaraça também e há mais outras. Houve essas estradas, que foram incluídas. Eu também reparei e não andei para aí a papaguear coisa nenhuma; o Senhor é que levantou esse problema, e isto vai para a acta. Eu não estou aqui a desconfiar que estes valores estão errados, mal de mim; simplesmente,





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

aqueles valores todos que referi nas minhas intervenções, são retirados de documentos, não são inventados, nem estou a pôr em dúvida a veracidade destes documentos. Que fique explícito que não estou a torpedear valores nenhuns.-----

-----Em relação à questão das viaturas, que também já me chegou ao conhecimento, estou a fazer o levantamento das viaturas da Câmara Municipal quando nós saímos, pois o Senhor Presidente diz que não tinha viaturas; se calhar foram todas roubadas, ninguém se deslocava, antigamente! Duas viaturas de transporte de alunos, que ainda não tinham rodado, também não estavam lá. Mas o tema principal que está aqui a ser focado é precisamente a questão do empréstimo; a minha apreensão é que o pedido de empréstimo assenta numa justificação que não é verdadeira".-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente**, referindo que "relativamente à questão dos empréstimos, e eu não sou economista, mas tenho o hábito de estudar os dossiers com profundidade e, já ouvi este argumento, da parte do Senhor Vereador Dúlio, que tinha obrigação de saber um pouco mais sobre o assunto, uma vez que era uma pessoa da área. Dizer-se que, relativamente à contracção do empréstimo só aconteceu porque havia limite ao endividamento, é uma inverdade absoluta. Há uma capacidade de endividamento definida para cada município; todos os anos somos informados de qual é o nosso limite de endividamento, mas isso é para aumentar o endividamento. Neste caso concreto, o saneamento financeiro só se aplica quando há um desequilíbrio financeiro conjuntural, que era o que se passava em 2005, ou seja, a Câmara Municipal não aumentou em 2005, como não vai aumentar agora, se esse empréstimo vier a ser aprovado, o seu nível de endividamento líquido. O que se faz aqui, é converter a dívida de curto prazo em dívida de médio/longo prazo. Foi isto que aconteceu em 2005 e é isto que acontecerá agora; isto nada tem a ver com os limites ao endividamento, isto tem a ver com desequilíbrio financeiro conjuntural, que é resolvido desta forma. Aliás, a Lei das Finanças Locais, expressa claramente qual é o caminho nestas situações. Não confundamos as coisas: a Câmara não recorreu ao crédito por haver limite ao endividamento; o limite ao endividamento era bem menor que os 6 milhões de euros que a Câmara pediu. O valor absoluto do endividamento líquido, não foi aumentado em 2005, com o empréstimo para saneamento financeiro, como não será aumentado agora".-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa**, dizendo que "penso que o Senhor Vice-Presidente, quando falou da questão das viaturas, não afirmou que ninguém se deslocava; naturalmente que as pessoas se deslocavam; havia uma carrinha que ia levar os operários a Pombeiro da Beira, depois ia ao Estaleiro levar os funcionários a Folques, depois voltava ao Estaleiro e ia levar os funcionários a Côja e aquilo que acontecia - e são situações factuais - é que, provavelmente quando estavam a chegar a Côja, eram 11 horas; entretanto almoçavam e a seguir as viaturas faziam o regresso para estarem todos no Estaleiro às 4 horas. Aquilo que acontecia era haver várias equipas para uma viatura, que é de facto uma medida eficaz e eficiente para a aplicação dos recursos públicos; era uma gestão notável, esse tipo de situação.-----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Em relação à questão da capacidade financeira, obviamente que aquilo que foi feito em 2005, com a aprovação da contracção do empréstimo, em 2006, com a contracção efectiva, não houve nada de mágico, aliás, é uma natural decisão de boa gestão, aquilo que já é um bocado absurdo, é ter-se chegado à situação que se chegou, de haver facturas da década de 90, que continuavam por pagar, muitas com dois e três anos de vigência e isso era irrazoável e absurdo, até por não ser uma solução mágica, não se compreende porque é que não tenha sido tomada antecipadamente".-----

-----O Senhor Vereador **Rui Silva** interveio, dizendo "não queira saber a data que tinham muitas facturas, quando eu entrei a primeira vez para a Câmara – muitos anos! Isto não é um caso novo, isto passa-se, é evidente que esse empréstimo veio para resolver e para serenar, em termos de contas públicas, tudo o que estava agitado. Aquilo que eu quero salientar aqui é que não foi nada de extraordinário ou de transcendente, que se operou, em termos de contratação; mal seria se eu, em final de mandato, tivesse promovido um pedido de empréstimo; em final de mandato não o iria fazer, como é evidente, assim como não o fiz; aguentei a situação toda, fui contra a opinião de muita gente, que queriam que fosse contraído um empréstimo ao que eu me opus por entender que estávamos à beira do final do mandato e devíamos deixar essa decisão para os próximos autarcas; foi assim que a questão foi equacionada".-----

-----Interveio o Senhor Vereador **António Cardoso**, referindo que "eu gostaria de apelar para nos centrarmos naquilo que estamos aqui a discutir que é a operação de saneamento, e com base no seguinte pressuposto: desde que tomámos posse, o nosso objectivo foi honrar os nossos compromissos; estamos com um problema em que se põe em causa pagar e honrar esses mesmos compromissos e, como até agora, temos colocado a Câmara em posição de ser considerada como uma pessoa de bem, gostaríamos de continuar nesse sentido. Também me apraz registar que o Senhor Vereador Rui Silva disse que os valores que aqui são apresentados não estão errados; simplesmente, na sua apresentação, fez uma leitura com certeza errada dos próprios números e pelas explicações que foram dadas pelo Senhor Vereador Luis Paulo, penso que as coisas estão correctas. Há razão para fazer tudo isso, os argumentos que estão apresentados são verdadeiros e eu penso que, neste momento, usando as suas palavras, não há aqui nenhuma artimanha habilidosa na apresentação do documento; não existe confusão e parece-me que a música que, como disse, lhe estamos a dar, pode mesmo ser dançada à vontade, porque é verdadeira, não tem altos e baixos, está correcta".-----

-----O Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** disse que "seria louvável a atitude da não contracção de um empréstimo, em final de mandato, se se tratasse de um empréstimo para constituir nova dívida, ou seja um empréstimo de investimento; neste caso não estamos a falar de nova dívida, o Senhor Vereador enquanto Presidente deixou cá aquela dívida, não deixou nem mais um tostão, nem menos um tostão pelo facto do empréstimo, certo? Não era por ter contraído um empréstimo para pagar a dívida que deixou, que a





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

situação seria pior, antes pelo contrário, o volume da dívida seria precisamente o mesmo e deixaria a Câmara com outra imagem que efectivamente não deixou".-----

-----O Senhor Vereador **Miguel Ventura** referiu que "acho que, quando estão em causa os interesses do nosso município, deveremos baixar as bandeiras partidárias; neste sentido e o motivo que me levou a questionar o montante dos pedidos de pagamento tem a ver com o seguinte: será que a Câmara está neste momento em condições de receber os montantes devidos pela Administração Central? É que se pode dar o caso de não haver essas condições e os pedidos de pagamento não estarem devidamente apresentados, porque das informações que nos chegaram, eu verifiquei que foram apresentados cerca de 209 mil euros, de pedidos de pagamento que estão neste momento submetidos e que correspondem ao que já foi recebido. Atendendo ao facto de que o concelho de Arganil é mais importante que as questões partidárias, eu proponho aqui e vi que foram feitos um conjunto de ofícios para a DGAL no sentido de pressionar o pagamento dos montantes em dívida associados ao contrato programa, que a própria Câmara insista junto do Governo para esse mesmo pagamento e estou disponível para votar favoravelmente essa proposta no sentido de reforçarmos o pedido e a insistência para o pagamento. Estou a propor, se o Senhor Presidente entender novamente insistir junto da Administração Central, a pedir celeridade no pagamento das transferências que estão em atraso, estou disponível para dar essa força ao Senhor Presidente e insistirmos com esse pagamento. Agora é justo que saibamos também reconhecer tudo quanto o Governo do PS tem feito no concelho de Arganil, nos últimos anos, porque nós estamos aqui a alertar e a chamar a atenção para uma situação que está a correr menos bem, mas temos que reconhecer que se algo tem sido feito pela Administração Central no concelho de Arganil, esse investimento é da responsabilidade dos Governos do PS. Iria já tecer outras considerações sobre o Plano Financeiro que nos é proposto e não posso deixar de realçar a clareza do documento que nos foi apresentado, que é um instrumento precioso para análise e para a tomada de posição que assumirei em relação a este ponto. Da análise a este estudo, cumpre-me tecer as seguintes considerações:-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Ventura fez a seguinte declaração de voto:-----**

### **Declaração de Voto**

----- "Da análise ao estudo relativo à actual situação financeira da Câmara Municipal e respectivo plano de saneamento financeiro, cumpre-me tecer as seguintes considerações que fundamentam a opção pelo meu voto: -----

----- 1. Todo o ónus da actual situação financeira da Câmara é colocado em três situações distintas: a obra de requalificação do Piódão, o alargamento do Pólo Industrial da Relvinha e um nível de execução da receita inferior ao esperado.-----

Entendo que é muito pouco para os montantes que são apresentados, já que outras intervenções realizadas durante o ano 2009, em período pré-eleitoral, contribuíram significativamente para esta realidade. -----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

----- 2. Este facto é reconhecido pelo próprio Executivo quando refere que foram assumidos compromissos no ano 2009 que se revelaram inoportáveis do ponto de vista financeiro e responsabilidade desproporcionadas face à capacidade financeira do Município, denotando um erro de cálculo ao avançar para novas intervenções e projectos quando já eram conhecidas as dificuldades para as pagar, no que se traduziu na redução da capacidade do Município em honrar com os seus compromissos. -----

----- 3. Relativamente aos compromissos da Administração Central associados à intervenção no Piódão que ainda não foram liquidados, os mesmos representam cerca de 20% do total do passivo a curto prazo, pelo que, sendo uma componente importante, não resolve por si só a situação evidenciada no documento. -----

O não recebimento das verbas em dívida não podem explicar todos os atrasos de pagamento da Câmara a quem lhe presta serviços e vende bens, tanto mais que excluindo o compromisso do Governo perante a intervenção no Piódão, todas as outras intervenções surgem de uma opção tomada exclusivamente pelo Executivo Municipal. --- Sendo de difícil compreensão o atraso verificado no pagamento das ajudas previstas no Contrato-Programa, não podemos deixar de acreditar que o Estado, sendo uma pessoa de bem, irá cumprir com os seus compromissos, assim como a Câmara Municipal de Arganil irá com certeza responder afirmativamente perante os seus fornecedores que também se vêem confrontados com problemas de tesouraria. -----

----- 4. Por outro lado, e tal como foi alertado pelo PS aquando da discussão do Orçamento para 2010, é reconhecida e comprovada a existência de um empolamento das receitas previstas, que depois não são recebidas ao longo do ano, criando um desequilíbrio nas contas do Município, pelo que um maior realismo na elaboração destes documentos deve ser um factor a ter em consideração no futuro para que posteriormente não surjam "surpresas". -----

----- 5. Aliás não se compreende a opção por novos investimentos avultados, a não ser com os fins eleitoralistas que na altura foram denunciados, quando é reconhecida a esmagadora dependência das receitas da Câmara face às transferências do Orçamento do Estado, pelo que, sendo estas antecipadamente conhecidas, era possível saber qual o limite máximo de despesa comportável pelo Município. -----

----- 6. É interessante verificar que, após tanta polémica em 2005 sobre o montante do passivo que o Executivo anterior tinha deixado, o passivo total actual tenha aumentado em 28,7% em relação a esse ano. Faz-nos pensar no velho ditado popular "olha para o que eu digo e não para o que eu faço". -----

No entanto, convém realçar que em 2005 ficaram projectos aprovados no âmbito do QCA III que tinham associado um significativo montante em participações que foram posteriormente recebidas após os pagamentos efectuados com o empréstimo então contraído. -----

----- 7. Aliás os vários indicadores económicos estão ao mesmo nível de 2005, pelo que todo o esforço de melhoria da situação financeira do Município que foi uma das bandeiras do Executivo PSD em anos anteriores, se traduziu apenas numa situação transitória, sem qualquer grau de sustentabilidade. O nível do endividamento líquido da Autarquia é deste facto um exemplo. -----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----8. Face a este quadro financeiro é proposto um conjunto de medidas no sentido de inverter a actual situação; sendo fundamental que, no curto prazo, se assuma como prioritária optimização dos recursos do Município, de modo a aumentar a sua eficiência e rentabilidade, sem colocar em causa os serviços prestados. -----

É fundamental dar corpo a essas propostas de racionalização da actividade do Município, impondo um maior rigor na sua acção, obtendo-se também por este meio, ganhos adicionais em termos da redução da despesa e aumento da receita do Município. -----

----- 9. Quanto à proposta de contrair um novo empréstimo no montante de 4,1 milhões de euros, tal medida coloca-nos algumas dúvidas: -----

9.1 Devemos ter a consciência de que com esta solução estamos a hipotecar o futuro. Um empréstimo é tido como um compromisso com as gerações futuras, que sem o seu aval terão de abdicar de parte dos seus recursos para pagar os compromissos assumidos por outros, ou seja, estamos a consumir hoje mais do que aquilo que temos disponível e aquilo que não é nosso e isso responsabiliza-nos a todos. -----

9.2 Este facto é tanto mais evidente quanto esta proposta apresenta um período de carência do pagamento do capital de 3 anos, ou seja, será o próximo Executivo que irá ter a responsabilidade de começar a pagar os encargos que outros constituíram. -----

9.3 Por outro lado e considerando que este empréstimo não vai aumentar o endividamento liquido actual, tal como está plasmado no documento apresentado, de que forma pensa o actual Executivo executar as grandes intervenções que estão previstas nas GOP para 2010, nomeadamente a Cerâmica Arganilense? Com recurso a novos empréstimos? -----

Tal como já referimos anteriormente, este é o momento para repensar esse Projecto, nomeadamente quanto ao seu financiamento e à sua sustentabilidade, de modo a que a sua concretização não venha futuramente a criar problemas adicionais à situação financeira do Município. -----

9.4 Por ultimo, considero que as soluções encontradas pelo Executivo responsabilizam-no pelos impactos que possam vir a implicar na actividade presente e futura do Município. As desculpas com o passado deixaram de ter razão de ser. -----

-----**Apesar das considerações anteriores, reitero a disposição de cumprir um mandato com sentido de responsabilidade e de modo construtivo.** -----

----- Neste sentido, face à delicada situação financeira em que se encontra a Câmara Municipal, a qual está a contribuir para o agravamento das dificuldades por que passam muitos dos seus credores, sobretudo as pequenas empresas, quero fazer parte da solução, pelo que me abstenho na votação do plano de saneamento financeiro proposto pela maioria do PSD. -----

----- Tendo em conta que o atraso dos pagamentos das participações do Estado para as obras de requalificação do Plódão, é o principal motivo invocado para a necessidade desta operação, proponho que o Executivo assumira o compromisso de amortizar parcialmente este empréstimo, assim que sejam recebidas as referidas transferências, reduzindo as suas responsabilidades perante terceiros. -----





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

----- Arganil, 17 de Fevereiro de 2010. -----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **Luis Paulo Costa**, referindo que "a minha intervenção vem na sequência da intervenção do Senhor Vereador Miguel Ventura, naturalmente que face à extensão da mesma não apanhei todas as questões, de qualquer forma, associo-me à proposta de efectuar pressão junto da Direcção Geral das Autarquias Locais, para que honre os seus compromissos. Contudo, em relação a isto queria ainda dizer o seguinte: nos múltiplos contactos e alguns deles escritos, que constam da documentação anexa ao Plano de Saneamento, houve também outros contactos telefónicos que foram efectuados com a DGAL. E houve algumas respostas que foram estranhas; quando o organismo que, por norma, é quem emana as regras para a Administração Local, diz que aquele contrato em concreto, não estava cabimentado, é caso para dizer que alguma coisa vai mal nesta República, porque o Município, bem ou mal, não vou discutir se há muitas receitas pouco previsíveis ou se são completamente previsíveis, mas pelo menos no caso na Administração Local, e aí de quem não o fizer, todas as despesas têm que estar cabimentadas; no caso da Administração Central, particularmente de quem emana as regras, pelos vistos isso não acontece.-----

-----Quero ainda dizer o seguinte: o pagamento que foi recebido dos quase 110 mil € foi na altura para aprovar aquele Plano para pagar a tempo e horas, em que também a Direcção Geral das Autarquias Locais, recebeu um pacote financeiro que, de outra forma, não teria recebido. E andámos um ano e meio para receber aqueles 109 mil €. Faz sentido estabelecermos este tipo de pressão, mas não tenho dúvidas nenhuma de que isto vai andar mais dois ou três anos para esse valor ser recebido.-----

-----Em relação à questão do QCAIII, aí já é uma situação mais complicada, porque pese embora as expectativas que foram criadas, também todos sabemos que o QCAIII está neste momento em fase de encerramento e portanto as perspectivas de vir a receber daí alguma coisa, são cada vez mais remotas.-----

-----Em relação à questão dos atrasos nos pagamentos, nós temos feito um esforço no sentido de não dilatar estes prazos e, por isso, é que trazemos aqui neste momento esta solução; dizer-lhe que aquilo que é um atraso na dívida, remonta a Setembro, as facturas de Agosto estão pagas e portanto é uma situação que está relativamente controlada, embora aquilo que seja a nossa perspectiva é que os pagamentos não devem por norma exceder os 60 dias, este nosso princípio está neste momento a ser impossibilitado, mas não é uma situação que seja muito grave – tenderá para isso se não for aprovada esta medida.-----

-----Em relação à questão de se hipotecar o futuro, sinceramente não concordo com isso, porque da mesma forma que se fez em 2005, aquilo que estamos a fazer agora é a pagar dívidas; não há aqui nenhuma situação superveniente. Mesmo do ponto de vista financeiro e o Senhor Vereador é da área, é muito fácil concluir que esta é a medida viável, por uma razão muito simples: estamos aqui a falar grosso modo de 4 milhões de €; se não os pagarmos, como disse, coloca imensos fornecedores e empreiteiros em dificuldades, mas mais: tem responsabilidades também por essa situação, nomeadamente juros de mora cuja





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

taxa está nos 8%. Naturalmente que é mais fácil negociar outro financiamento com taxas muito mais reduzidas do que estes 8%. Qualquer que seja o cenário ou de defesa ou de não penalização dos parceiros, ou do ponto de vista estritamente financeiro, esta é a medida de gestão mais equilibrada, não há nenhuma alternativa mais equilibrada que esta.-----

-----Em relação às despesas eleitoralistas – e face àquilo que disse na parte final da sua intervenção, já tenho dúvidas se devo colocar-lhe esta questão; mas entenda isto como uma provocação - e eu gostava de saber das despesas eleitoralistas que foram feitas, quais é que serão as despesas que não teria realizado se fosse Presidente de Câmara”.-----

-----Interveio o Senhor **Presidente** referindo que “relativamente à intervenção do Senhor Vereador Miguel Ventura, gostaria de dizer o seguinte: a situação não é a mesma de 2005, porque em 2005 foram necessários 6 milhões de € para fazer o saneamento financeiro e hoje o que estamos a propor são 4,1 milhões de €. Só por aí vemos que a situação é diferente. Quero também dizer que a nível de obra, é necessário comparar o conjunto de investimentos que foram feitos nos últimos 4 anos com os investimentos que tinham sido feitos para trás, sem colocar em causa que também foram feitos alguns investimentos antes. Finalmente, dizer que toda a discussão que possa ser feita à volta disto, naturalmente que implica que haja posições de um lado, posições do outro, absolutamente normal, mas registo com agrado, não quero deixar de dizer isto, o voto de abstenção relativamente à viabilização deste Plano de Saneamento Financeiro, que consideramos que é a receita correcta para fazer face ao problema que temos em mãos. Podemos discutir sobre a natureza do problema, com visões diferentes, mas de facto registo com apreço e com agrado essa posição do PS de através da abstenção viabilizar esta proposta do Plano de Saneamento Financeiro”.-----

-----Analisada que foi a informação bem como o estudo financeiro acima mencionado, a Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Miguel Ventura e com o voto contra do Senhor Vereador Rui Silva, aprová-lo.-----

-----Deliberou ainda, por unanimidade, submete-lo, para aprovação à digna Assembleia Municipal nos termos do nº 6 artº 38, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, bem como o disposto na al. d), do 2º, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/02, de 11 de Janeiro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

-----**O Senhor Vereador Rui Silva fez a seguinte declaração de voto:**-----

### **Declaração de Voto**







MUNICÍPIO DE ARGANIL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----"O documento ora presente é um embuste político/financeiro, sustentado em considerações e parâmetros que escamoteiam a verdade e reflectem uma farsa, no que se refere ao descontrolo financeiro, especialmente, durante estes últimos dois anos, e que a manter-se, conduzirá ao descalabro, num futuro muito próximo. -----

-----Seguidamente apresento as justificações que sustentam esta afirmação:---

### 1 – Enquadramento

No ano de 2006 o anterior executivo, sendo Presidente o Senhor Ricardo Pereira Alves e sendo responsável pela pasta financeira o Senhor Vereador Luís Paulo, funções e lugares que detêm no actual executivo, promoveram a contracção de um empréstimo para saneamento financeiro, que foi aprovado, no valor de seis milhões de Euros, €6.000.000,00.-----

Cumpre-me lembrar que, o pedido deste empréstimo e sua aprovação, obrigatória, pelo Tribunal de Contas, garante que, ao tempo, a situação financeira do município era aceitável e reunia as condições para que o mesmo fosse aprovado, e, pese embora e muito ao PSD admitir, tal facto deveu-se, única e exclusivamente ao "mérito" do anterior executivo, 2002 a 2005. -----

No final do ano de 2005, com publicação da responsabilidade do actual executivo, a dívida total do Município de Arganil, era de €6.592.604,00 ( ver ponto 3.1), pelo que, o referido empréstimo, terá resolvido, praticamente, a globalidade do "deficit" financeiro, ficando com os encargos de **Serviço de Dívida**, até ao ano de 2018, conforme quadro anexo, extraído do documento justificativo, deste ponto da Ordem de Trabalhos, página nº 14 de 64. -----

Quadro IV

Plano de Amortização de Empréstimos a Médio e Longo Prazos				
	Reembolso de Capital	Juros	Encargos Anuais	Varição Anual
2005	367.966,38	65.802,67	433.769,05	
2006	2.386.797,07	156.238,31	2.542.035,38	488,03%
2007	588.505,22	248.576,35	837.081,57	-67,07%
2008	577.306,08	258.045,80	836.351,88	-0,09%
2009	550.236,86	142.112,22	692.349,18	-17,22%
2010	532.155,31	49.224,88	581.380,29	-16,03%
2011	525.584,89	51.850,83	577.435,72	-0,88%
2012	521.752,04	66.565,52	588.317,56	1,88%
2013	521.752,04	61.367,02	583.119,06	-0,88%
2014	521.752,03	48.762,27	570.514,30	-2,16%
2015	511.780,38	36.176,93	547.957,31	-3,95%
2016	508.664,26	23.779,92	532.444,18	-2,83%
2017	508.664,29	11.416,55	520.080,84	-2,32%
2018	200.000,00	1.017,50	201.017,50	-61,35%

O actual executivo, ainda nem quatro anos passados, vem propor a contratação de um novo empréstimo de saneamento financeiro, no valor de €4.100.000,00, depois de terem





**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

sido saldadas as dívidas em 2006, por empréstimo, e de ter feito gala, publicamente, que estava a cumprir com os pagamentos, em tempo oportuno, e a efectuar um controlo financeiro das contas públicas da Autarquia, dentro dos parâmetros do rigor e da transparência, como tal tivesse sido mérito seu. -----

**Todavia a realidade é bem diferente e muito penosa e direi mesmo catastrófica para a situação financeira do Município que a continuar desta forma conduzirá, num futuro, não muito longínquo, a, eventualmente, ver-se impedido de poder pagar os vencimentos aos seus próprios funcionários.** -----

**2 - Apreciação do documento:**

**2.1 – Valor do pedido de Empréstimo de €4.100.000,00,**

O estudo de justificação do pedido de empréstimo para saneamento financeiro, **Relatório:** baseia-se em dois pressupostos, que terão provocado o desequilíbrio financeiro do Município, para o qual é necessário o presente empréstimo, a saber: -----

- A** - Temporais que assolaram o Piódão em cuja DGAL e QCA III se comprometeram a financiar obras, páginas 7 e 8 de 64 e até hoje só foram recebidos €110.000,00;-----
- Contrato programa pela DGAL, financiado em 50% do investimento global, €764.000,00, ou seja , um co-financiamento de €382.000,00.-----
  - Uma candidatura ao QCA III, financiada em 65% do investimento global, €1.100.000,00, ou seja, um co-financiamento de €717.000,00. -----

**Conclusão:**

**Destes dois investimentos o Município pode reclamar, caso tenha efectuado a totalidade das obras e enviado os respectivos pedidos de pagamento, o valor dos co-financiamentos aprovados e não liquidados, como sejam novecentos e oitenta e nove mil euros (382.000 + 717.000 – 110.000 = 989.000,00) e não de 2,2 milhões de euros, conforme se pretende demonstrar no relatório.** -----

- B** – Ampliação da zona industrial da relvinha, cujas despesas foram referentes à aquisição de terrenos e construção de infra-estruturas, não especificando o seu valor, página 8 de 64. -----

Esta justificação não tem qualquer cabimento, porque não constituiu uma despesa excepcional, pelo menos, da mesma natureza que a do Piódão, resultante de intempéries. -----

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2009, realizado em finais de 2008, já previam uma verba de €500.000,00 para aquisição de terrenos e pelo que sei, em termos de construção de infra-estruturas o investimento não foi assim tão relevante, porquanto o referido documento, GOP, previa, simplesmente, um investimento de €15.000,00. -----





**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**Conclusão:**

**A justificação não satisfaz minimamente. -----**

**Assim sendo, num pedido de empréstimo de €4.100.000,00, onde plausivelmente só se detectam justificados com substância, €989.000,00, é seguramente insuficiente, constituindo, por isso, um embuste e uma farsa financeira. -----**

**Deste modo é meu entendimento que a justificação, tal como está apresentada e desde logo, pelo atrás exposto, não respeita o preceito legal, para este tipo de empréstimo, saneamento financeiro, nomeadamente, o nº 2 do art.º 40º da Lei 2/2007 de 15 de Jan. -----**

**2.2 – Características do Empréstimo e suas implicações futuras;**

Na página 41 de 64 é apresentado um estudo, simulação financeira, que condiciona o empréstimo em três anos de carência, só pagamento de juros, pagável em 12 anos e com liquidações em 10 meses por ano e taxas indexantes previsionais. -----

Se procedermos à colagem dos valores das prestações referentes ao empréstimo existente e o proposto, teremos as seguintes liquidações anuais: -----

Anos	Valores das prestações Anuais de Liquidação dos Empréstimos em € (capital e juros)		
	Existente	Proposto	Global
2010	581.380,00	20.773,00	602.153,00
2011	577.435,00	49.856,00	627.291,00
2012	588.317,00	49.856,00	638.173,00
2013	583.119,00	220.204,00	803.323,00
2014	570.514,00	387.402,00	957.916,00
2015	547.957,00	383.248,00	931.205,00
2016	532.444,00	379.093,00	911.537,00
2017	520.080,00	374.938,00	895.018,00
2018	201.017,00	370.783,00	571.800,00
2019		366.629,00	366.629,00
2020		362.474,00	362.474,00
2021		358.319,00	358.319,00
2022		354.165,00	354.165,00
2023		350.010,00	350.010,00
2024		345.855,00	345.855,00
2025		205.727,00	205.727,00





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----A ser assim, verifica-se que o empréstimo proposto terá as maiores implicações financeiras a partir do ano de 2014 até ao ano de 2017, isto é, correspondente ao período do próximo mandato Autárquico, que sairá do acto eleitoral a realizar-se no final do ano de 2013. -----

----- **Esta proposta é no mínimo absurda, desleal, irresponsável e condicionará o desenvolvimento e progresso futuro do Concelho.** -----

-----Se considerarmos as receitas do Estado, para correntes, na ordem dos €4.200.000,00 e as relacionarmos com a despesa corrente obrigatória, proveniente dos empréstimos, que no ano de 2014 se aproxima de €1.000.000,00 e a somarmos às despesas para vencimentos e afins, que totalizam cerca de €4.200.000,00, perfazendo assim os €5.200.000,00, fica-nos a certeza que estamos perante um cenário de **FALÊNCIA ANUNCIADA.** -----

**3 – Os desajustamentos e as apreensões, ligados ao pedido de Empréstimo e que reforçam o meu voto de rejeição.**

### **3.1 – Endividamento:**

O histórico recente da dívida do município, permite-nos concluir que o endividamento/ano tem crescido ao longo dos anos, em média;-----

No final de 1993 a dívida da Câmara situava-se nos 765.291.000\$00, ou seja **€3.826.455,00** (anexo 1), início do Mandato de Dr. Armando Dinis Cosme. -----

No final de 2005 a dívida da Câmara situava-se nos **€6.592.604,21**, conforme documento (anexo 2) apresentado pelo executivo liderado por Ricardo Pereira Alves e integrado no Relatório de Gestão, Prestação de Contas de Jan de 1995 a Out de 1995. Habilmente, o actual executivo apresenta um outro valor para essa dívida, depois €7.473.881,00, valor incorrecto e viciado da realidade, onde não são considerados os valores das receitas provenientes das despesas financiáveis bem como são considerados valores de despesa contratada e ainda não realizada ou facturada. -----

**Verifica-se assim que a taxa média de crescimento da dívida, durante aqueles doze anos, de Jan 1994 a Dez 2005, foi de 8% ao ano.** -----

Os dados comparativos de crescimento da dívida, no último ano, mais precisamente entre finais de 2008 e de 2009, dados publicitados pelo actual executivo, **apresenta uma taxa de crescimento em cerca de 58% ao ano**, com uma dívida apurada de €7.000.332,00, que em bom rigor, se não tivessem sido recebidos um donativo da ENERNOVA no valor de €650.000,00 e uma comparticipação pela instalação de um parque eólico no valor de €220.000,00, o valor da dívida seria de €7.870.332,00.-----

Como se já não bastasse a preocupante taxa de crescimento da dívida em 58% no último ano, que reproduz o total descontrolo financeiro das despesas e dos





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

investimentos, há a considerar ainda, as afectações naturais ao valor da dívida, que a muito curto prazo penalizarão drasticamente as contas do Município e que estou em crer serem estas a razão do pânico que se está a apoderar do actual executivo, as provenientes das adjudicações de uma obra no valor de €6.000.000,00, faseada por três anos e uma outra no valor aproximado de €1.700.000,00, para o presente ano, bem como, a apresentação dos autos de despesa referentes à construção de pavimentos em estradas e arruamentos, abrangendo a quase totalidade do Concelho, trabalhos estes realizados nos últimos meses do ano de 2009, até Outubro passado, cujas despesas ainda não foram presentes em reunião do executivo. -----

### **3.2 – A Proposta de Pedido de Empréstimo traduz um acto de desespero: -----**

As regras apregoadas por este executivo, de rigor e da transparência, são inconsequentes no próprio estudo apresentado, porquanto tenta baralhar inúmeros valores integrados em inúmeros quadros síntese, repetindo-os várias vezes e deles extrair a mesma explicação, repetidamente, como a querer segurar uma opinião de grande controlo financeiro, o que não é verdade. -----

### **Não são passados quatro anos e a situação é esta; -----**

A evolução financeira, no último ano, não foi própria de trabalho de "economista" mas sim de "despesista", tendo resultado em total descalabro, chegando mesmo o estudo a referir e, por conseguinte, a admitir que "**A autarquia não possui, actualmente, os meios financeiros necessários à regularização do actual desequilíbrio financeiro**", página 25 de 64. -----

### **4 –Considerações finais:**

Constata-se que a Câmara, em termos financeiros, hoje, está bem pior do que estava em 2005. -----

Que o presente pedido de empréstimo, nos termos propostos, compromete seriamente o normal e desejável desempenho da função Autárquica e consequentemente o futuro do Concelho de Arganil. -----

Do exposto levantam-se dúvidas quanto à aprovação do pedido pelo Tribunal de Contas.--

Complementarmente entendo que é reprovável, despropositado e demonstrativo de uma grande falta de Ética, juntar ao estudo, relatório, justificativo da contratação de um empréstimo ( baseado quase exclusivamente nas despesas espontâneas das intempéries do Piódão ), nove páginas que integram recortes da imprensa sobre o falecimento de um turista, vítima de uma enxurrada. "-----

Anexo – 1





# MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL



*91 milhões*

S. R. *Soforico* - 115.549.030 \$  
 + *prim. de Soforico* - 20.000.000 \$  
 = 135.549.030 \$

## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

A receber + 31.000.

### CERTIDÃO

*De Rece.* -  
*Definitos Esf.* -  
*Aut. fin. em*  
*de 1993* -  
*Uniq. data* -  
*cont. G. Arganil* -  
*5 no - 7.12*  
*Soforico* -

—ARMANDO DINIS COSME, Presidente da Câmara Municipal de Arganil:—

—Certifica para os devidos e legais efeitos que a dívida da Câmara Municipal de Arganil em 31 de Dezembro de 1993 era de 765.291.000\$00 (setecentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e noventa e um mil escudos), assim discriminada:—

<i>224.043</i>	Fornecedores e outros <i>em 1994</i>	218 696 000\$00	
	Empreiteiros	114.595 000\$00	<i>333.291.000.00</i>
	Diversos	60 000 000\$00	
	Empréstimos	337 000 000\$00	
	Juros bancários pagos em 1994	35 000 000\$00	
		<u>765.291</u>	

—Paços do Município de Arganil, aos 3 de Janeiro de 1995.—

O Presidente da Câmara,

- Armando Dinis Cosme -

*Pagos to fornecedores em 94 295 - 278.490.016,50 (172.342.203 + 106.147.813)*

*divida por pagar*

*25.853.583,00*

*304.343.999,50*

ASSE -  
Soforico -

Reflexo no funcionamento  
nos dias.

*ver e/ou com*

*15 em novembro*



*Cont. G. Arganil*

Formato A4





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

### Anexo – 2

*Município de Arganil*

*Relatório de Gestão – de 01/01/2005 a 28/10/2005*

#### 4 – Evolução da Dívida

A Lei de Orçamento de Estado para 2005 – Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, em analogia ao acontecido nos anos anteriores, 2003 e 2004, estipulou que, no conjunto das Autarquias, o endividamento Líquido no Final de 2005 não pode ultrapassar o verificado em 31 de Dezembro de 2004, ou seja, impôs endividamento líquido nulo.

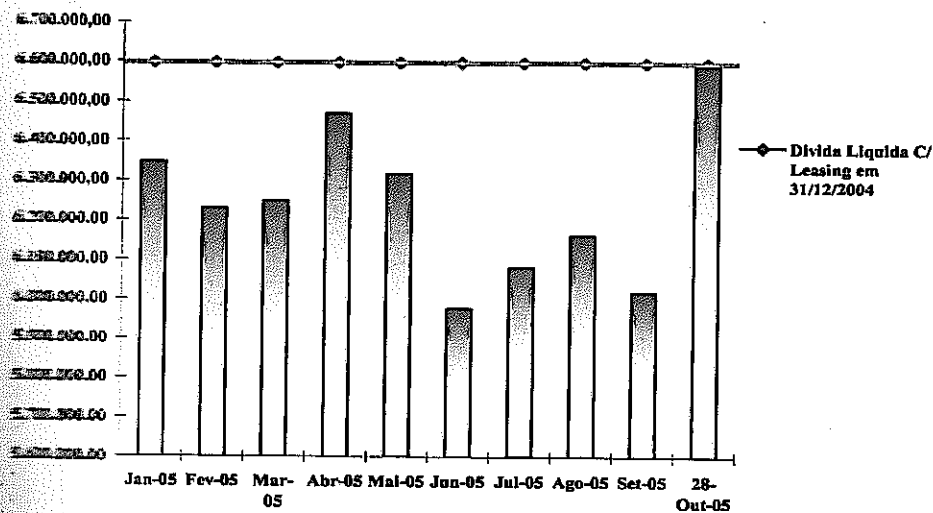
Analisando o período em questão e comparando com o valor de endividamento Equido (incluindo todas as formas de dívida) verificado em 31/12/2004, verifica-se que, este não é ultrapassado pelo valor registado em 28/10/2005.

Ou seja, e como é verificado no gráfico seguinte, o valor de 6.592.604,21€ de endividamento líquido registado em 28/10/2005, é inferior ao registado em 31/12/2004, que era de 6.597.133,68.

Refira-se também que, ao contrário de análises feitas em anos anteriores, neste valor do endividamento líquido está incluída a dívida a fornecedores em sistema de locação financeira.

No gráfico seguinte observa-se a evolução da dívida líquida ao longo do ano de 2005:

**Evolução da Dívida Líquida C/ Leasing**





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Usou novamente da palavra o Senhor **Presidente**, para "dizer ao Senhor Vereador Rui Silva que para além da minha congratulação por ter o dom de prever o futuro, dizer que quanto à sua intervenção, quanto ao conteúdo, não fiquei surpreendido, não podia esperar mais que isso, mas relativamente à forma, entendo que há determinado tipo de palavras que não são próprias de quem exerce funções com responsabilidade pública.-----

-----Relativamente a esse argumento que o Senhor Vereador teima em utilizar de que a Câmara tinha uma capacidade de endividamento que permitia realizar o empréstimo, isso faz-me lembrar aquele filme muito célebre do Titanic, em que o barco se estava a afundar mas a orquestra continuava a tocar alegremente; julgo que é essa a imagem que temos do final do seu Executivo Camarário: o barco estava a ir ao fundo, mas a orquestra continuava a tocar alegremente.-----

-----Por outro lado, também ficámos a saber hoje que o Senhor Vereador Rui Silva é contra a construção das piscinas aquecidas municipais e é contra a requalificação da escola EB1 de Arganil; das suas palavras e da sua intervenção foi isso que retirámos. Fica bem explícito que é contra estes investimentos; aliás, na Cerâmica, o Senhor Vereador queria fazer o Centro de Cultura da Terra, que até hoje ninguém percebeu o que é que esse projecto representava. Ficámos a saber que isso é que era importante e construir as piscinas aquecidas municipais, em 17 concelhos do Distrito só há dois que não têm, isso não era uma obra relevante, como também não é uma obra importante a requalificação da escola EB1 de Arganil; sobre isso estamos esclarecidos".-----

-----O Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** referiu que "vou fazer um documento, depois de ter acesso a este documento do Senhor Vereador Rui Silva, para apresentar na próxima reunião; em primeiro lugar, o Senhor Vereador a nós, não nos dá lições de verdade, nem de correcção; dessa natureza não dá! E por isso só podemos repudiar o tipo de insinuações e de coisas que escreve porque, de facto, não sei se eventualmente está a olhar para algum espelho, porque a nós não se aplicam. Gostaria também de lhe dizer que, apesar de eu estar aqui nestas lides há pouco tempo, ainda tenho memória que o Senhor contraiu um empréstimo para saneamento financeiro; a diferença é que nós contraímos um empréstimo para saneamento financeiro e pagámos a dívida e o Senhor contraiu o empréstimo para saneamento financeiro e continuaram lá as facturas da década de 90; vá-se lá perceber porquê".-----

-----Interveio o Senhor Vereador **António Cardoso**, referindo que "a minha intervenção é para realçar dois pontos: a contradição de todo o seu documento; a partir do princípio em que disse que não contestava os valores que lhe eram apresentados, portanto que não estavam errados, mas depois vem dizer que era um embuste e uma farsa. É bom que veja a maneira como põe os problemas.-----

-----Segunda questão, e para mim, esta é grave: o termo viciado que coloca nesse documento, não sei como é que o deva qualificar, porque isto dá um bocadinho a volta e não sei como é que lhe deva pegar em termos de futuro, para que seja responsável por aquilo que diz e quando o Senhor Presidente disse que no exercício de funções devemos







**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

ter o pudor e a honestidade daquilo que dizemos, é para isso que eu chamo a atenção. Mas não excludo, em termos de próxima reunião, colocar esta mesma questão, sobre os termos e a forma e o contexto em que apresenta o termo viciado".-----

-----O Senhor Vereador **Rui Silva**, dirigindo-se ao Senhor Vereador António Cardoso, perguntou "o Senhor não me está a querer assustar, pois não? De facto eu sou responsável, mas não tenho culpa que o Senhor não interprete as coisas como deve ser; sabe o que é o termo embuste? Vem no dicionário, quer dizer mentira. Embuste é uma mentira premeditada, architectada; não estou aqui a insultar ninguém, um embuste político ou financeiro, é uma mentira architectada, de política, porque não é a dúvida quanto aos números, mas sim a maneira como eles estão a ser justificados – é uma questão de viciar os números, de viciar os factos; estar a pedir com este argumento e este argumento, quanto a mim, não reproduz a verdade. Quando se fala em dois milhões e trezentos mil, não são dois milhões e trezentos mil; os Senhores dizem que são, eu digo que não são; assiste-me o direito, na forma como interpreto as coisas, a dizer que não são; mas quem sou eu, para depois analisar isto em profundidade e dizer se o empréstimo é válido ou não é válido. Quando se fala em farsa, a farsa depende precisamente do contexto; era muito mais leal e lógico, vir para o Executivo e dizer aconteceu isto, vamos tentar fazer isto, mas com dados concretos, do que tentar justificar uma coisa que não é justificável – aí é que está o argumento para o qual eu reclamo; foram buscar uma situação de crítica, buscando fotocópias do falecimento do Senhor, como que a querer colar um sentimentalismo a um empréstimo; estamos a falar de um empréstimo, deixe lá a memória daqueles que faleceram em paz. Eu acho que isto foi despropositado, não é ético, moralmente, apresentar uma coisa dessas, mas esse é o meu entendimento e os Senhores terão o vosso. Mas estamos aqui para discutir mais coisas".-----

-----O Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** referiu que "concedo aqui numa coisa que o Senhor Vereador Rui Silva acabou de dizer; de facto falta aqui uma verdade, falta aqui dizer porque é que aconteceu aquilo que aconteceu no Piódão; falta aqui dizer no documento, a verdade que esteve na origem do que aconteceu no Piódão, de ter lá morrido uma pessoa – esta verdade devia cá estar e o Senhor Vereador tinha obrigação de saber qual é que é essa verdade".-----

-----O Senhor Vereador **Rui Silva** perguntou se "o Senhor está a dizer que eu sou o responsável por essa morte? O senhor deixa essa dúvida no ar e eu gostava que o Senhor esclarecesse".-----

-----O Senhor Vereador **Luis Paulo Costa** referiu que "aquilo que tinha a dizer em relação a este assunto já disse, e constará em acta".

-----Interveio o Senhor **Presidente** dizendo que "gostaria de dizer ao Senhor Vereador Rui Silva que, definitivamente, os nossos padrões de ética e de moral são diferentes. Para além de sermos responsáveis por aquilo que dizemos, também era bom, e isso é algo que





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

em Portugal ainda não é um dado adquirido, era bom que fossemos responsáveis por aquilo que fazemos e, infelizmente em muitos casos, não somos; era bom que isso acontecesse. Finalmente, ouvi com atenção a sua declaração de voto e a ideia que dá é que as opções deste Executivo foram quase todas erradas, mas não consigo compreender que no dia 11 de Outubro, quando confrontados com o trabalho deste Executivo camarário, os Arganilenses, 58,5% dos Arganilenses nos tenham dado a vitória e reforçado a nossa maioria e ao Senhor Vereador deram 17%; os Arganilenses sabiamente, como no passado, pronunciaram-se no dia 11 de Outubro, sobre essa matéria".-----

-----O Senhor Vereador **Rui Silva** disse que "aceito perfeitamente essa crítica, as pessoas optaram da forma como optaram, mas quando se coloca a questão das orientações deste Executivo, lembro que votei contra o Plano para 2010; e isso é por não concordar com uma série de situações que estão aqui neste pedido de empréstimo".-----

-----**QUINTO:** Autorização para **consulta a diversas Instituições de Crédito, para apresentação de propostas para a contratualização de um empréstimo a médio e longo prazo, nos termos do disposto nos nºs 1º e 6º do artº 40º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro. – Aprovação dos termos e condições da mesma.**-----

----- Aprovado que foi o estudo relativo à actual situação financeira e respectivo plano de saneamento financeiro, nos termos do disposto nos nºs 2 e 3º do artº 40 da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro, a Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Miguel Ventura e com o voto contra do Senhor Vereador Rui Silva o seguinte:

----- a) Proceder à realização de uma consulta às Instituições de Crédito abaixo mencionadas a fim de se avaliar as melhores condições para a celebração de um contrato de empréstimo de médio e longo prazo, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 6 do art. 40º, do citado diploma legal.

- Caixa Geral de Depósitos;
- Millennium BCP;
- Caixa de Crédito Agrícola;
- Banco BPI;
- BES – Banco Espírito Santo.

----- b) Tendo por base os seguintes termos e condicionantes que a própria Lei nº 2/2007, de 15 Janeiro, no seu artº 6º impõe:

----- - **Montante Máximo a Contratar:** Até ao montante de 4.100.000,00€ (quatro milhões e cem mil euros)

----- - **Prazo Legalmente Imposto:** 12 anos;

----- - **Período de Utilização e Carência:** 3 anos

----- - **Reembolso:** em 10 prestações anuais, com excepção dos meses de Junho e Novembro, vencendo-se a primeira um mês após o final do período de utilização;





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

----- - **Pagamento de Juros:** Mensais Postecipados;

----- - **Garantias:** As legais de acordo com o tipo de operação;

----- - **Cláusula Particular:** O mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão;

----- - **Proposta a apresentar deverá incluir os seguintes elementos:** Montante, taxas de juros, plano de amortização para o período global do contrato e estimativas anuais de juros.

-----Deliberou ainda, por unanimidade, submetê-lo, para aprovação à digna Assembleia Municipal nos termos do nº 6 artº 38, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, bem como o disposto na al. d), do 2º, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/02, de 11 de Janeiro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Ventura ausentou-se da sala de reuniões deixando de participar nos trabalhos.** -----

### Capítulo Terceiro

#### **Expediente**

-----**PRIMEIRO:** Da **ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses**, com sede na Av. Marnoco e Sousa, 52, Coimbra, ofício a solicitar apoio à Institucionalização do Poder Local Democrático em Timor-Leste.-----

-----Analisado que foi o pedido, deliberou-se, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Rui Silva, atribuir um subsídio no montante de 1.250,00€ (mil duzentos e cinquenta euros), nos termos da al. f), do nº 4 do artº 64, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações.-----

-----Dê-se conhecimento de tal liberalidade à Secção Financeira, com vista à ulterior operacionalização da deliberação.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Silva** proferiu a seguinte declaração de Voto: **"Voto contra, não porque esteja contra a causa em si, mas sim porque é mais um encargo para os Municípios, quando este deveria ser assumido pelo Governo."**-----





**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

-----**SEGUNDO:** Da **Caixa Geral de Aposentações**, com sede em Lisboa, ofício a comunicar o reconhecimento da aposentação do Encarregado Operacional, José Nunes Castanheira, com efeitos a partir de 29.01.2010.-----

-----O Executivo tomou conhecimento da aposentação e deliberou, por unanimidade, desejar as maiores felicidades ao Sr. José Nunes Castanheira, na sua nova condição de aposentado e que esta nova fase da sua vida seja desfrutada com saúde e bem-estar.-----

-----**O Senhor Presidente ausentou-se da sala de reuniões deixando de participar nos trabalhos, passando o Senhor Vice-Presidente a dirigir os trabalhos.**-----

-----**TERCEIRO:** Da **Associação de Bombeiros Voluntários Argus**, com sede na Av. Dos Bombeiros, Arganil, ofício a solicitar apoio financeiro na aquisição de equipamento de protecção individual.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** referiu que "este ponto tem a ver com equipamento de protecção individual, de que os Bombeiros neste momento necessitam, e está relacionado com o fogo urbano e com o fogo de natureza industrial. Tendo sido feito um levantamento, por parte da Associação dos Bombeiros, verificou-se que esse investimento importa no valor de 11.968,13 €. Como temos inscrito no Orçamento e no Plano 11.000,00 € para despesas correntes e 10.000,00 € para cada uma das corporações de Bombeiros para despesas de capital, o que se propõe é a atribuição de um subsídio de 10.000,00 € para fazer face a este investimento".-----

-----Interveio o Senhor Vereador **Rui Silva**, referindo que, "como a Pinewells será, neste momento, a empresa mais "problemática", em termos de combate de incêndios, devido aos materiais utilizados, penso que se deve desafiar esta empresa para comprar este equipamento, pois ele serve precisamente para estes casos específicos".-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** referiu ainda que "tal como acontece com o Associativismo, neste caso também vamos elaborar um Contrato de Desenvolvimento Humanitário, em que fiquem estabelecidas as obrigações das partes pois, segundo as orientações do Tribunal de Contas, é necessário".-----

-----Analisado que foi o pedido, deliberou-se, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de 10.000,00€ ( dez mil euros), nos termos da al. a), do nº 4 do artº 64, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações.-----

-----Dê-se conhecimento de tal liberalidade à Secção Financeira, com vista à ulterior operacionalização da deliberação.-----





**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

-----**O Senhor Presidente regressou à sala de reuniões passando a dirigir os trabalhos.**-----

-----**QUARTO: Do Grupo - Sócio Cultural, Recreativo e Desportivo Mais Além,** com sede em Côja, ofício a solicitar apoio financeiro para participar as despesas inerentes à realização dos Festejos Carnavalescos, em Côja.-----

-----Analisado que foi o pedido, deliberou-se, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de 10.000,00€ ( dez mil euros), nos termos da al. b), do nº 4 do artº 64, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações.-----

-----Dê-se conhecimento de tal liberalidade à Secção Financeira, com vista à ulterior operacionalização da deliberação.-----

Capítulo Quarto

**Requerimentos Diversos**

-----**PRIMEIRO: De Herdeiros de Adriano Rosário Fernandes,** residentes em Rochel freguesia de Arganil, a requerer operação de destaque de uma parcela de terreno, sita em Vale das Carreiras, Rochel, freguesia de Arganil, relativamente ao seu prédio inscrito na respectiva matriz predial rústica sob o artigo nº 11856, com a área de 2658m<sup>2</sup>.-----

-----Foi presente a informação datada de 28/01/2010, elaborada pela Técnica Superior Urbanista, Eduarda Figueiredo, cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais:-----

----- "DEPOIS DE ANALISADO O PEDIDO CUMPRE-ME INFORMAR QUE: -----

----- Os requerentes vêm solicitar à administração, de acordo com a alínea j) do nº 1 do art.º 6º do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, isenção e dispensa de licença ou autorização para a seguinte operação urbanística: destaque de uma única parcela situada em Rochel, Freguesia de Arganil.-----

----- Esta parcela ainda não se encontra descrita na matriz predial urbana.-----

----- Os requerente apresentam a certidão de teor, onde se conclui que o prédio possui 2658m<sup>2</sup>.-----

1. A operação urbanística pretendida, localiza-se em área classificada como espaço agrícola, contudo de acordo com a sua localização, a pretensão poderá enquadrar-se no nº 2 do artº 35º do Regulamento do PDM. Assim o prédio será considerado urbano.





## MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

2. Tanto a parcela a destacar como a sobranse enconfram-se parcialmente condicionadas a sul por RAN (cerca de 35 metros no sentido do arruamento para norte). Quanto à REN, ambas as parcelas não estão condicionadas.

----- Assim se o objectivo desta operação urbanística é a construção, posteriormente deverá ser solicitado parecer à ENRAN.

3. As duas parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos.

4. O pedido de destaque encontra-se de acordo com o n.º 4 e alínea b) do n.º 5 do art.º 6º do RJUE.

----- Em conclusão, em virtude deste acto se enquadrar no n.º 4 do art.º 6º do D.L. 555/99 de 16 de Dezembro com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, propõe-se à Câmara Municipal o seu deferimento. -----

----- À consideração superior. -----

### -----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 29.01.2010; À Reunião de Câmara.**-----

-----A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, concordar com a referida informação. Proceda-se à respectiva emissão de certidão de destaque. Notifique-se.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

-----**SEGUNDO:** De **Maria Isabel das Neves**, residente em Côja, a requerer operação de destaque de uma parcela de terreno, sita à Cova da Fonte, Chãs Grandes, freguesia de Pombeiro de Beira, relativamente ao seu prédio inscrito na respectiva matriz predial rústica sob o artigo nº 4821, com a área de 2765m2. -----

-----Foi presente a informação datada de 14/01/2010, elaborada pela Técnica Superior Urbanista, Eduarda Figueiredo, cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais:-----

----- *O requerente solicitou a esta autoridade administrativa, de acordo com a alínea j) do nº 1 do art.º 6º do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, isenção e dispensa de licença ou autorização para a seguinte operação urbanística: destaque de uma única parcela situada em Cova da Fonte – Chãs Grandes, Freguesia de Pombeiro da Beira.* -----

----- *Em 11/01/2010, o projecto foi analisado, tendo sido proposto a notificação ao requerente para entregar o levantamento topográfico georreferenciado em ficheiro dwg, uma vez que a pretensão só poderá ter viabilidade se enquadrado no aglomerado urbano.* -----

----- *O requerente forneceu aos serviços via e-mail este levantamento topográfico.* -----

----- *Esta parcela ainda não se encontra descrita na matriz predial urbana, apenas nas Finanças, com área de 2765 m<sup>2</sup>.* -----





**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

*----- Verifica-se a partir do levantamento topográfico que a área do prédio é superior, cerca de **70 m<sup>2</sup>**. A área correcta é de **2839.70 m<sup>2</sup>**, devendo assim a requerente proceder à sua correcção. -----*

- 1. A operação urbanística pretendida, localiza-se em área classificada Agro-Silvo-Pastoril. Assim e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do art.º 6º do RJUE, a parcela restante, deve respeitar a área de unidade de cultura – 20000m<sup>2</sup>. No caso em análise esta parcela ficará com 1542.60m<sup>2</sup>, pelo que a condição acima referida não se verifica.*
- 2. Tanto a parcela a destacar como a sobranse não se encontram condicionadas por RAN, contudo ambas estão condicionadas por REN, no seguinte ecossistema: cabeceiras das linhas de água.*
- 3. As duas parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos.*
- 4. O pedido de destaque não se encontra de acordo com a alínea b) do n.º 5 do art.º 6º do RJUE.*

*----- Em conclusão, em virtude deste acto não se enquadrar no n.º 5 do art.º 6º do D.L. 555/99 de 16 de Dezembro com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, propõe-se a Vossa Exa., proceder de acordo com os artigos 100º e seguintes do CPA, audiência ao interessado. -----*

*----- À consideração Superior. -----*

**-----Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 15.01.2010; Proceda-se à audiência ao interessado.-----**

*-----Foi ainda presente a informação datada de 02/02/2010, elaborada pela Técnica Superior Urbanista, Eduarda Figueiredo, cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais:-----*

*----- Em 02/02/2010 compareceu nos Serviços Técnicos, o projectista, onde se procedeu à audiência prévia. -----*

*----- Nada foi acrescentado, pois o prédio não possui área mínima de cultura para haver deferimento, pelo que se propõe o indeferimento da pretensão. Assim propõe-se a V. Exa. o encaminhamento da pretensão à Reunião de Câmara para o seu indeferimento. -----*

*----- À consideração Superior. -----*

**-----Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 02.02.2010; À Reunião de Câmara.-----**

*-----A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, concordar com a referida informação. Indefira-se a pretensão. Notifique-se.-----*

*-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----*





**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

-----**TERCEIRO:** De **Américo Inácio**, residente em S. Domingos de Rana, a requerer a aprovação do pedido de informação prévia para a reconstrução de um edifício de habitação e comércio, sito na Rua Conselheiro Dr. Albino Figueiredo, em Côja. -----

-----Foi presente a informação datada de 01/02/2010, elaborada pela Técnico Superior, Arqº Bruno Dinis, cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais:-----

----- *"Depois de analisado o pedido cumpre-me informar o seguinte:-----*

----- *O requerente solicitou informação prévia para a reconstrução de um edifício de habitação e comércio existente na rua Conselheiro Dr. Albino Figueiredo na Vila de Coja;---*

----- *Em informação de 14.12.2009 e após reunião com os técnicos autores do projecto de arquitectura foi solicitado a estes que procedessem à entrega de elementos (alçados) com a indicação dos materiais a utilizar, tendo ainda sido que procedessem à alteração do desenho proposto para o revestimento a pedra, passando este a ser aplicado apenas ao nível do R/C e em toda a extensão da fachada do edifício. -----*

----- *Os elementos solicitados foram entregues não havendo agora nenhum inconveniente relativamente à solução apresentada. -----*

-----**PROPOSTA:** -----

----- *Perante o exposto, e uma vez que concordo com o dimensionamento interior e com a composição dos alçados propostos, sou da opinião que o presente pedido deverá ser deferido. -----*

----- *À consideração superior. -----*

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 02.02.2010; À Reunião de Câmara.**-----

-----A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, concordar com a referida informação. Notifique-se. -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

-----**QUARTO:** De **VIPMARJUS – Sociedade Construções, Lda**, com sede em Loulé, a requerer a prorrogação do alvará de obra nº 9/2007, por mais 18 meses, referente ao processo de obras nº 78/2005, para construção de um edifício em regime de propriedade horizontal, sito à Barroca, Arganil. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que o processo seja analisado em próxima reunião, sendo o mesmo acompanhado por parecer jurídico.-----

-----**QUINTO:** De **David José Pereira Almeida**, residente na Gândara, Arganil, a requerer o **prolongamento de horário de funcionamento do seu**







**MUNICÍPIO DE ARGANIL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**estabelecimento, denominado "Bodah Bar"**, sito no Chão do Adro, Sub-Paço, Arganil, até às 04.00 h, para os dias 12, 13, 14 e 15 de Fevereiro de 2010. Ratificação do acto praticado pelo Senhor Presidente em 10 de Fevereiro de 2010, nos termos do disposto no nº 3 do artº 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----Analisado que foi o pedido, deliberou-se por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Rui Silva, ratificar o acto praticado pelo Senhor Presidente da Câmara, datado de 10 de Fevereiro de 2010, do deferimento da pretensão, nos termos do disposto no nº 3 do artº 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----**SEXO:** De **Ana Margarida da Silva Fernandes Pereira**, residente no Largo 1º de Dezembro, Arganil, a **requerer o prolongamento de horário de funcionamento do seu estabelecimento, denominado "NYX CAFFÉ"**, sito na Rua Visconde Sanches Frias, Arganil, até às 04.00 h, para os dias 12, 13, e 15 de Fevereiro de 2010. Ratificação do acto praticado pelo Senhor Presidente em 11 de Fevereiro de 2010, nos termos do disposto no nº 3 do artº 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----Analisado que foi o pedido, deliberou-se por unanimidade, ratificar o acto praticado pelo Senhor Presidente da Câmara, datado de 11 de Janeiro de 2010, do deferimento da pretensão, nos termos do disposto no nº 3 do artº 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Capítulo Quinto

**Assuntos Incluídos na Ordem do Dia**

( Artº 83 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e  
ulteriores alterações)

-----**PRIMEIRO: Eólicas.**-----

----- O **Senhor Presidente**, informou que iria remeter o parecer jurídico existente ao Senhor Vereador Rui Silva e, não via qualquer inconveniente em solicitar novo parecer à CCDRC, para que o assunto fique devidamente esclarecido.-----

----- Assim, propôs que este assunto fosse analisado em próxima reunião.-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que o mesmo seja analisado em próxima reunião.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL  
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo Sexto

Comunicações da Presidência

-----O **Senhor Presidente** deu conhecimento do acordo celebrado entre o Município e o Sr. Ernesto Nunes Castanheira, em que este se compromete a não vedar o seu terreno sito em Pomares, junto à ribeira, que normalmente é utilizado por banhistas e pessoas que procuram aquele espaço para descanso, permitindo assim que possa continuar a ser utilizado para esses fins de usufruto público. -----

**ENCERRAMENTO**

-----E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram treze horas e quarenta minutos, para constar se lavrou a presente acta que eu, Carla Maria Conceição Rodrigues, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

---

---





# Operação de Saneamento Financeiro





---

## Índice

1. INTRODUÇÃO .....	7
1.1. Nota Introdutória.....	7
1.2. Âmbito Temporal.....	9
1.3. Objectivos .....	9
1.4. Metodologia .....	9
1.4.1. Estudo e Planeamento .....	9
1.4.2. Obtenção, Tratamento e Análise da Informação.....	10
2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	10
2.1. Situação Financeira.....	10
2.1.1. Estrutura Financeira e Solvabilidade .....	10
2.1.2. Dívidas a Terceiros .....	12
2.1.3. Origens e Aplicações de Fundos.....	14
2.1.4. Transferências da Administração Central .....	17
2.1.5. Fluxos Financeiros .....	18
2.1.6. Prazo Médio de Pagamentos .....	20
2.1.7. Principais Resultados .....	21
2.2. Situação Económica.....	22
2.2.1. Evolução da Despesa .....	22
2.2.2. Evolução da Receita.....	23
2.2.3. Principais Resultados .....	24
3. PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO .....	25
3.1. Factores Determinantes da Operação.....	25
3.2. Passivo a 31 de Dezembro de 2009 .....	26



---

3.2.1. Dívida Programada a Curto, Médio e Longo Prazo .....	26
3.2.2. Compromissos Sem Carência de Meios Para Liquidação.....	27
3.2.3. Compromissos Com Carência de Meios Para Liquidação.....	27
3.3. Medidas a Implementar.....	28
3.3.1. Administração .....	28
3.3.2. Finanças .....	28
3.3.3. Patrimônio.....	29
3.4. Programação Financeira.....	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
Recortes de imprensa .....	61
Contrato DGAL e Homologação QCA III .....	62
Cópias de ofícios relevantes .....	63

---

**Índice de Anexos**

**Quadro I – Evolução da situação financeira**

**Quadro II - Indicadores Financeiros**

**Quadro III – Dívidas a terceiros**

**Quadro IV – Plano de Amortização de Empréstimos a Médio e Longo Prazos**

**Quadro V – Aplicações de Fundos**

**Quadro VI – Origens de Fundos**

**Quadro VII – Transferências da Administração Central**

**Quadro VIII – Fluxos de Tesouraria**

**Quadro IX – Prazo Médio de Pagamentos**

**Quadro X – Evolução das Despesas de Capital**

**Quadro XI – Evolução das Despesas de Capital**

**Quadro XII – Evolução da Despesa Total**

**Quadro XIII – Evolução da Receita de Capital**

**Quadro XIV – Evolução da Receita Corrente**

**Quadro XV – Evolução da Receita Total**

**Quadro XVI – Passivo Reflectido nas Demonstrações Financeiras**

**Quadro XVII – Dívida programa a curto, médio e longo prazos**

**Quadro XVIII – Compromissos sem carência de meios para liquidação**

**Quadro XIX – Compromissos com carência de meios para liquidação**

**Quadro XX – Receita previsional**

**Recorte I – Diário de Coimbra, 15 de Julho de 2006**

**Recorte II - Diário de Coimbra, 16 de Julho de 2006**

**Recorte III – Diário «As Beiras», 17 de Julho de 2006**

**Recorte IV – Diário «As Beiras», 18 de Julho de 2006**



---

Recorte V – A Comarca de Arganil, 18 de Julho de 2006

Recorte VI - Diário de Coimbra, 18 de Julho de 2006

Recorte VII - Diário de Coimbra, 19 de Julho de 2006

Recorte VIII – A Comarca de Arganil, 25 de Julho de 2006

Recorte IX – Jornal de Arganil, 27 de Julho de 2006

Recorte X – Diário «As Beiras», 31 de Janeiro de 2008

Recorte XI – A Comarca de Arganil, 5 de Fevereiro de 2008

Recorte XII – Jornal de Arganil, 7 de Fevereiro de 2008

Recorte XIII - Diário de Coimbra, 02 de Setembro de 2009

Contrato I – Contrato Programa com a DGAL

Contrato II – Comunicação de homologação de candidatura QCA III – P.O.Centro

Ofício I – À Exma. Sra. Directora-Geral da DGAL, em 10 de Novembro de 2008

Ofício II - À Exma. Sra. Directora-Geral da DGAL, em 28 de Novembro de 2008

Ofício III - À Exma. Sra. Directora-Geral da DGAL, em 26 de Fevereiro de 2009

Ofício IV - À Exma. Sra. Directora-Geral da DGAL, em 25 de Março de 2009

Ofício V - À Exma. Sra. Directora-Geral da DGAL, em 10 de Agosto de 2009



---

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Nota Introdutória**

No dia 14 de Julho de 2006 a Aldeia Histórica de Piódão foi assolada por uma grave intempérie. Da chuva torrencial e queda de granizo resultou uma grande enxurrada de pedras e lama, que provocou danos pessoais a lamentar (morte de um turista apanhado na enxurrada), bem como avultadíssimos prejuízos materiais.

Entre obras de reposição de transitabilidade e obras de requalificação dos espaços exteriores da Aldeia Histórica de Piódão tornou-se impreterível investir aproximadamente 2.300.000,00€ (dois milhões e trezentos mil euros).

A Administração Central, primeiro na pessoa do Senhor Governador Civil do Distrito de Coimbra, e depois na pessoa do então Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local manifestaram a sua solidariedade e prometeram ajudar na reparação dos estragos causados.

Tais promessas deveriam consubstanciar-se em dois eixos distintos, em relação aos quais foram criadas elevadas expectativas:

- Candidatura a contrato-programa de cooperação técnica e financeira com a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), tendo em vista repor a transitabilidade da rede viária afectada. Esta candidatura viria a ser aprovada e o respectivo contrato-programa assinado em 30 de Janeiro de 2008.
- Candidatura ao Eixo I do QCA III – P.O.Centro, tendo em vista a requalificação de espaços exteriores e redes viárias de Piódão. Esta candidatura viria a merecer a homologação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

Contudo, e pese embora os múltiplos contactos de sensibilização, a verdade é que das candidaturas acima referidas, o Município de Arganil apenas recebeu cerca de 110.000,00 euros, no âmbito do contrato-programa com a DGAL.

---

Pese embora as diversas empreitadas estejam actualmente fisicamente concluídas, o elevado investimento efectuado não obteve as participações financeiras contratualizadas. Ou seja, face ao incumprimento das expectativas criadas, o Município de Arganil viu-se confrontado com uma situação absolutamente desastrosa para a respectiva tesouraria.

Entre o valor investido e os valores recebidos a título de participações, registou-se um saldo negativo de cerca de 2,2 milhões de euros.

Porque em todo o processo sempre se acreditou que a Administração Central cumpriria com os seus compromissos (o que na prática não se verificou), o Município de Arganil não recorreu a qualquer operação de empréstimo para investimento.

Paralelamente à situação atrás exposta, em 2009 foi necessário iniciar a ampliação da Zona Industrial da Relvinha. Efectivamente, face à expectativa (concretizada) de instalação do maior investimento privado jamais realizado no concelho, tornou-se premente proceder à aquisição de terrenos, bem como proceder à execução de diversas infra-estruturas, como rede viária, águas, saneamento, electricidade e gás.

Considerando que não foi possível arrecadar algumas receitas previstas em orçamento, do esforço financeiro exigido ao Município resultou um claro desequilíbrio de tesouraria. Também nesta capítulo – e estando actualmente a execução física concluída – não houve recurso a qualquer operação de empréstimo para investimento.

Ora, as duas operações atrás relatadas – ao não terem sido suficientemente balanceadas pelas correspondentes receitas – geraram uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Arganil, consciente da imperatividade de sanear as finanças municipais e atento o determinado no artigo 40º da Lei das Finanças Locais, entendeu desenvolver uma operação de saneamento financeiro com o objectivo de reprogramar a dívida e consolidar os seus passivos financeiros.

---

Com vista à implementação desta operação, foi desenvolvido o presente estudo.

## **1.2. Âmbito Temporal**

O quinquénio 2005/2009 constituiu o horizonte temporal de referência do presente estudo. No entanto, o aprofundamento de alguns factos e situações relevantes apurados no decurso da concretização do presente trabalho, relacionados com o financiamento de projectos e com o passivo de curto prazo, justificaram a análise a documentos anteriores a este período.

## **1.3. Objectivos**

O presente estudo visou a prossecução dos seguintes objectivos gerais:

- A identificação das causas do desequilíbrio financeiro do Município de Arganil;
- Apresentação do plano de saneamento financeiro municipal.

## **1.4. Metodologia**

Precederam esta fase de elaboração do estudo agora apresentado, a concretização dos trabalhos de:

- Estudo e planeamento; e
- Obtenção, tratamento e análise da informação.

### **1.4.1. Estudo e Planeamento**

Este ponto constituiu a fase preliminar, tendo sido delineada com vista ao planeamento e programação do estudo. Para tal, concretizaram-se, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Levantamento e avaliação da situação económica, financeira e orçamental;
- Análise da legislação aplicável à autarquia;
- Análise dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas dos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008 e informação do Balanço e demonstração de resultados intercalar, reportados a 30 de Junho de 2009;
- Análise do equilíbrio financeiro da autarquia.

---

### **1.4.2. Obtenção, Tratamento e Análise da Informação**

Nesta fase, procedeu-se à execução dos trabalhos previstos na fase de planeamento.

De entre os procedimentos de análise desenvolvidos, destacam-se os seguintes:

- Análise da situação económica e financeira da autarquia no quinquénio 2005/2009;
- Análise do equilíbrio financeiro.

A fase final do estudo contempla a definição do plano de saneamento financeiro, onde são identificadas as medidas consideradas necessárias ao processo de reequilíbrio, bem como, a definição da sua operacionalização.

## **2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

### **2.1. Situação Financeira**

#### **2.1.1. Estrutura Financeira e Solvabilidade**

Com base nos dados apresentados nos balanços reportados ao quinquénio 2005/2009 (Quadro I), realça-se, quanto à evolução da estrutura financeira, que:

- Em 31/12/2009 (dados provisórios), o património da autarquia, avaliado através do activo total líquido, ascendia a 46,3 milhões de euros, tendo registado um crescimento, face ao período homólogo anterior, de 4,4 milhões de euros (10,4%). Este crescimento foi suportado essencialmente por um acréscimo do imobilizado de 4,36 milhões de euros;
- Na mesma data, o Imobilizado totalizava 44,9 milhões de euros, constituindo a rubrica que, face ao activo total, assumia maior peso ou expressão, atingindo uma percentagem de 97%;
- Por sua vez, os fundos próprios<sup>1</sup> ascendiam ao valor de 21 milhões de euros, tendo

---

<sup>1</sup> Que integram a rubrica "Património", cujo valor resulta da diferença entre o Activo Líquido e o somatório do Passivo, Resultado Líquido do Exercício e Reservas (os resultados negativos apurados neste cálculo são consequência da ausência de registo de todos os valores patrimoniais do imobilizado).

registado um acréscimo, face ao final do ano de 2008, de 0,5 milhões de euros.

- Em 2009 e relativamente ao ano anterior, o passivo total cresceu 28,9%, verificando-se uma alteração acentuada da estrutura de endividamento do município, uma vez que o aumento das dívidas a terceiros de curto prazo (158,7%) foi superior à diminuição das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (12,4%);
- Em termos da estrutura dos capitais alheios, as dívidas a terceiros reembolsáveis a curto prazo assumem o maior peso. À data de 31/12/2009, ascendiam a 5,0 milhões de euros e representavam 29,2% do passivo total. Face a 2008, esta rubrica registou um acréscimo de 3,0 milhões de euros (5,5 %).

## Quadro I

Propriedade da Situação Financeira	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
<b>Activo</b>									
<b>Imobilizado</b>	<b>37.888.725,65</b>	<b>37.872.928,45</b>	<b>-0,04%</b>	<b>38.826.120,70</b>	<b>2,5%</b>	<b>40.594.802,26</b>	<b>4,6%</b>	<b>44.952.804,86</b>	<b>10,7%</b>
Bens do Domínio Público	20.092.995,71	19.829.857,18	-1,31%	20.748.829,18	4,8%	21.242.146,01	2,4%	23.002.105,55	8,3%
Imobilizações Incorpóreas	10.765,28	65.469,39	508,15%	90.204,40	37,8%	136.470,74	51,3%	383.888,57	181,3%
Imobilizações Corpóreas	17.547.807,71	17.738.144,95	1,09%	17.748.730,17	0,1%	18.985.310,52	7,0%	21.335.935,78	12,4%
Investimentos Financeiros	238.356,65	238.356,65	0,00%	238.356,65	0,0%	230.874,98	-3,1%	230.874,88	0,0%
<b>Circulante</b>	<b>839.618,61</b>	<b>1.360.500,44</b>	<b>62,06%</b>	<b>1.074.187,18</b>	<b>-21,0%</b>	<b>1.296.274,03</b>	<b>20,7%</b>	<b>1.310.875,96</b>	<b>1,1%</b>
Existências				174.737,93		150.423,02	-13,9%	99.239,36	-34,0%
Dívidas de Terceiros Médio e Longo Prazo									
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	60.728,65	114.809,62	42,22%	64.117,71	-44,2%	404.852,94	531,4%	649.998,52	60,6%
Titulos Negociáveis									
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	732.932,92	1.212.632,02	65,45%	784.228,35	-35,3%	562.969,99	-28,2%	467.979,06	-16,9%
Acréscimos e Diferimentos	25.857,04	33.058,80	27,85%	51.103,18	54,6%	178.028,08	248,4%	93.659,02	-47,4%
<b>Total do Activo</b>	<b>38.728.242,26</b>	<b>39.233.328,89</b>	<b>1,30%</b>	<b>39.900.307,88</b>	<b>1,7%</b>	<b>41.891.076,28</b>	<b>5,0%</b>	<b>46.263.680,82</b>	<b>10,4%</b>
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>									
<b>Fundos Próprios</b>	<b>25.424.465,70</b>	<b>26.571.687,61</b>	<b>4,51%</b>	<b>27.725.589,56</b>	<b>4,3%</b>	<b>28.604.497,76</b>	<b>3,2%</b>	<b>29.138.114,55</b>	<b>1,9%</b>
Património	26.318.135,61	26.348.083,48	0,11%	26.470.425,88	0,5%	27.410.737,59	3,6%	28.245.700,38	3,0%
Reservas de Reavaliação									
Reservas	263.838,68	265.917,39	0,79%	265.917,39	0,0%	314.851,97	18,4%	358.787,38	14,0%
Resultados Transitados	-400.858,18	-1.157.508,59	188,76%	10.554,73	-100,9%		-100,0%		
Resultado Líquido do Exercício	-758.650,43	1.115.215,33	-247,39%	978.691,56	-12,2%	878.908,20	-10,2%	533.618,79	-39,3%
<b>Passivo</b>	<b>13.304.776,56</b>	<b>12.661.641,28</b>	<b>-4,83%</b>	<b>12.174.718,32</b>	<b>-3,8%</b>	<b>13.286.578,52</b>	<b>9,1%</b>	<b>17.125.566,27</b>	<b>28,8%</b>
Dívidas a Terceiros Médio e Longo Prazo	3.296.359,81	5.479.540,72	68,23%	4.802.342,21	-10,5%	4.360.353,65	-11,1%	3.819.949,93	-12,4%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	4.890.353,84	1.807.101,02	-61,00%	1.728.909,72	-8,3%	1.934.622,13	11,8%	5.000.570,07	158,5%
Acréscimos e Diferimentos	5.118.062,91	5.274.999,54	3,07%	5.543.466,39	5,1%	6.991.702,54	26,1%	8.305.048,27	18,8%
<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>38.728.242,26</b>	<b>39.233.328,89</b>	<b>1,30%</b>	<b>39.900.307,88</b>	<b>1,7%</b>	<b>41.891.076,28</b>	<b>5,0%</b>	<b>46.263.680,82</b>	<b>10,4%</b>

Com base nos dados apresentados no Quadro II, infere-se que os indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade registaram, para o período analisado (2005/2009), uma evolução favorável até 2008 (inclusive) e desfavorável em 2009. Efectivamente, em virtude dos

acontecimentos relatados na introdução do presente documento, em 2009 registou-se uma redução da capacidade do município para solver ou honrar os seus compromissos.

Por outro lado pode-se observar a evolução das rubricas do Activo Total Líquido e dos Fundos Próprios, constatando-se que a solvabilidade da autarquia registou uma evolução favorável ao longo do período analisado (2005/2009);

Quanto aos outros indicadores, salienta-se que:

- A Liquidez Geral relativa a 2009 ascende a 9,9%, registando uma redução relativamente ao ano 2008, reflectindo uma diminuição da capacidade da autarquia para solver os seus compromissos de curto prazo;
- Para cada um dos anos do período analisado (2005/2009), o Fundo de Maneio Total apresenta uma evolução muito favorável de 2005 para 2006. De 2008 para 2009, em virtude dos acontecimentos acima referidos, apresentou uma evolução desfavorável. Em 2009, atingiu o montante negativo de 3,7 milhões de euros, evidenciando uma situação de inadequação entre o grau de liquidez das aplicações e o grau de exigibilidade das origens de fundos. Reflecte, por outras palavras, uma situação financeira desequilibrada.

## Quadro II

Indicadores Financeiros	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
Liquidez Geral	8,4%	16,9%	125,6%	14,8%	-22,0%	14,5%	-1,7%	9,9%	-32,2%
Fundo de Maneio	-4.050.837,2	-546.600,6	-86,5%	-654.722,5	19,6%	-636.248,1	-2,5%	-3.686.694,1	478,1%
Autonomia Financeira	65,8%	67,7%	3,2%	69,5%	2,6%	68,3%	-1,7%	63,0%	-7,8%
Solvabilidade	191,1%	209,9%	8,8%	227,7%	8,5%	215,3%	-5,5%	170,1%	-21,0%
Liquidez Reduzida	17,2%	71,3%	315,6%	52,0%	-27,1%	59,2%	13,9%	24,2%	-58,1%

### 2.1.2. Dívidas a Terceiros

As dívidas a terceiros em geral, mas em particular as dívidas a instituições de crédito e as dívidas a fornecedores de imobilizado, constituem as principais fontes de financiamento da Câmara Municipal de Arganil.

Ao longo do período analisado (quinquénio 2005/2009), verifica-se que o passivo total (dívidas a terceiros de médio e longo prazo e dívidas a terceiros de curto prazo) registou uma redução

sustentada no primeiro quadriénio (de 8,2 milhões de euros em 2005 para 6,3 milhões de euros em 2008). De 2008 para 2009, muito por causa dos acontecimentos ocorridos no Piódão e da ampliação da Z.I. da Relvinha, regista-se um acentuado crescimento.

### Quadro III

Dívidas a Terceiros									
	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
<b>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>	<b>3.296.359,81</b>	<b>5.479.540,72</b>	<b>66,23%</b>	<b>4.902.342,21</b>	<b>-10,5%</b>	<b>4.380.353,85</b>	<b>-11,1%</b>	<b>3.819.949,93</b>	<b>-12,4%</b>
Dívidas a Instituições de Crédito	2.431.029,38	5.479.540,72	125,40%	4.902.342,21	-10,5%	4.380.353,85	-11,1%	3.819.949,93	-12,4%
Fornecedores de Imobilizado (Locação Financ.)	865.330,43		-100,00%						
<b>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</b>	<b>4.880.353,84</b>	<b>1.907.101,02</b>	<b>-61,00%</b>	<b>1.728.909,72</b>	<b>-9,3%</b>	<b>1.834.622,13</b>	<b>11,9%</b>	<b>5.000.570,07</b>	<b>158,5%</b>
Dívidas a Instituições de Crédito		588.487,91		577.306,07	-1,8%	541.988,35	-8,1%	532.155,31	-1,8%
Fornecedores C/C	1.048.584,87	530.955,06	-49,36%	333.987,84	-37,1%	558.388,49	87,2%	988.598,32	73,5%
Fornecedores Imobilizado	3.128.812,84	218.568,22	-93,08%	313.890,18	44,8%	409.881,52	30,7%	3.009.879,97	634,3%
Estado e Outros Entes Públicos	37.656,15	38.575,78	-2,87%	41.327,38	13,0%	38.567,11	-11,5%	37.059,87	1,3%
Administração Autárquica	46.571,47	15.851,48	-66,39%	97.236,70	521,3%	24.434,38	-74,9%	31.919,13	30,8%
Outros Credores	628.928,51	518.854,59	-17,50%	365.361,55	-28,6%	363.262,30	-0,6%	421.159,47	16,9%
<b>Passivo Total</b>	<b>8.186.713,65</b>	<b>7.386.641,74</b>	<b>-9,77%</b>	<b>6.631.251,93</b>	<b>-10,2%</b>	<b>6.294.875,98</b>	<b>-5,1%</b>	<b>8.820.520,00</b>	<b>40,1%</b>
<b>Passivo Remunerado</b>	<b>3.296.359,81</b>	<b>5.479.540,72</b>	<b>66,23%</b>	<b>4.902.342,21</b>	<b>-10,5%</b>	<b>4.380.353,85</b>	<b>-11,1%</b>	<b>3.819.949,93</b>	<b>-12,4%</b>
Passivo Remunerado/ Passivo Total	0,40	0,74	84,23%	0,74	-0,3%	0,69	-8,3%	0,43	-37,5%

Com base nos dados apresentados no Quadro III, é de realçar ainda que, ao longo do período objecto de análise, verificou-se uma melhoria da estrutura de endividamento do município entre 2005 e 2008 e uma deterioração em 2009. Com efeito, a repartição entre o passivo a médio e longo prazo e o passivo de curto prazo, passou, respectivamente, de 40,26% e 59,74%, em 2005, para 74,18% e 25,82%, em 2006 e de 43,29% e 56,71%, em 2008, para 69,27% e 30,73%, em 2009.

Para efeitos de análise do serviço da dívida (capital e juros) de médio e longo prazo até 2018 (10 anos), construiu-se o Quadro IV, do qual se extraem as seguintes conclusões:

- O serviço da dívida atingiu o máximo de 2,5 milhões de euros, em 2006, e vai atingir o mínimo de 0,2 milhões de euros em 2018;
- Para cumprir o serviço da dívida, no quinquénio 2005/2009, a Câmara Municipal de Arganil necessitou, em termos médios anuais, de 1,1 milhões de euros. Se se expurgar a situação de 2006, em que foram amortizados antecipadamente diversos financiamentos

com condições desvantajosas, a média anual do serviço da dívida desce para 0,6 milhões de euros.

- Para cumprir o serviço da dívida, nos próximos 7 anos (2010 a 2018), serão necessários 4,7 milhões de euros.

#### Quadro IV

Plano de Amortização de Empréstimos a Médio e Longo Prazos				
	Reembolso de Capital	Juros	Encargos Anuais	Varição Anual
2005	367.966,38	65.802,67	433.769,05	
2006	2.386.797,07	155.239,31	2.542.036,38	486,03%
2007	588.505,22	248.576,35	837.081,57	-67,07%
2008	577.306,08	259.045,90	836.351,98	-0,09%
2009	550.236,96	142.112,22	692.349,18	-17,22%
2010	532.155,31	49.224,98	581.380,29	-16,03%
2011	525.584,89	51.850,83	577.435,72	-0,68%
2012	521.752,04	66.565,52	588.317,56	1,88%
2013	521.752,04	61.367,02	583.119,06	-0,88%
2014	521.752,03	48.762,27	570.514,30	-2,16%
2015	511.780,38	36.176,93	547.957,31	-3,95%
2016	508.664,26	23.779,92	532.444,18	-2,83%
2017	508.664,29	11.416,55	520.080,84	-2,32%
2018	200.000,00	1.017,50	201.017,50	-61,35%

#### 2.1.3. Origens e Aplicações de Fundos

Da análise do mapa respeitante às origens e aplicações de fundos (Quadros V e VI), salientam-se os seguintes aspectos:

- As principais aplicações de fundos, no triénio (2007/2009) correspondem ao investimento em activos imobilizados;
- As origens de fundos revelam-se, fundamentalmente:
  - Em 2007, por via dos aumentos do capital permanente;
  - Em 2008, por via dos aumentos do capital permanente e do passivo de curto prazo (com principal destaque para a rubrica de acréscimos e deferimentos);
  - Em 2009, os aumentos do passivo de curto prazo assumiram particular destaque;
- Ao longo do período analisado, os meios gerados pela autarquia, medidos através do



---

resultado líquido do exercício, só não foram positivos em 2005. Em termos acumulados, o resultado líquido ascendeu a 2,7 milhões de euros, reflectindo a capacidade do município para gerar excedentes para fazer face, designadamente, ao financiamento dos investimentos realizados em imobilizado corpóreo e à amortização ou reembolso de empréstimos contraídos;

- Os investimentos realizados pelo município em imobilizado, que ascenderam no quinquénio analisado a 17,9 milhões de euros, foram financiados maioritariamente, diga-se adequadamente, através do recurso a fundos próprios. Com efeito, apenas em 2009 e em consequência dos motivos já indicados, o recurso ao passivo de curto prazo assume efectiva relevância
- Ainda quanto às aplicações de fundos, salienta-se que, no período em análise, foram efectuados reembolsos e amortizações de dívidas a terceiros de médio e longo prazo, na ordem dos 4,9 milhões de euros.

**Quadro V**

<b>Aplicações de Fundos</b>					
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
<b>Aumentos do Activo Fixo</b>	<b>2.448.408,35</b>	<b>246.241,36</b>	<b>953.292,25</b>	<b>1.776.163,52</b>	<b>4.358.002,61</b>
Bens do Domínio Público	99.879,74		918.972,02	493.316,83	1.759.959,54
Imobilizações Incorpóreas	0,00	54.704,11	24.735,01	46.266,34	247.417,83
Imobilizações Corpóreas	2.155.494,84	191.537,24	9.585,22	1.236.580,35	2.350.625,24
Investimentos Financeiros	193.033,77	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Aumentos do Activo Circulante</b>	<b>195.833,61</b>	<b>520.983,83</b>	<b>192.782,32</b>	<b>467.660,12</b>	<b>245.145,58</b>
Existências	0,00	0,00	174.737,93	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	26.172,28	34.082,97	0,00	340.735,23	245.145,58
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	169.661,33	479.699,10	0,00	0,00	0,00
Acréscimos e Diferimentos	0,00	7.201,76	18.044,39	126.924,89	0,00
<b>Reduções do Capital Permanente</b>	<b>2.663.845,61</b>	<b>726.722,56</b>	<b>136.523,77</b>	<b>110.338,09</b>	<b>345.291,41</b>
Património	0,00	-29.927,87	0,00	0,00	0,00
Reservas de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	400.858,16	756.650,43	0,00	10.554,73	0,00
Resultado Líquido do Exercício	2.262.987,45	0,00	136.523,77	99.783,36	345.291,41
<b>Reduções do Passivo de Curto Prazo</b>	<b>1.245,33</b>	<b>3.571.750,73</b>	<b>361.652,10</b>	<b>114.979,58</b>	<b>9.833,04</b>
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	1.245,33	3.571.750,73	361.652,10	114.979,58	9.833,04
Dívidas a Instituições de Crédito	0,00	0,00	11.191,84	35.317,72	9.833,04
Fornecedores C/c	0,00	517.629,81	196.967,22	0,00	0,00
Fornecedores de Imobilizado	0,00	2.912.046,62	0,00	0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	1.245,33	1.080,39	0,00	4.760,27	0,00
Administração Autárquica	0,00	30.919,99	0,00	72.802,34	0,00
Outros Credores	0,00	110.073,92	153.493,04	2.099,25	0,00
Acréscimos e Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Aplicações de Fundos</b>	<b>5.309.332,90</b>	<b>5.065.698,47</b>	<b>1.644.250,44</b>	<b>2.469.141,31</b>	<b>4.958.272,64</b>

## Quadro VI

Origens de Fundos					
	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Reduções do Activo Fixo</b>	<b>33.617,63</b>	<b>263.138,55</b>	<b>0,00</b>	<b>7.481,97</b>	<b>0,00</b>
Bens do Domínio Público	0,00	263.138,55	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Incorpóreas	33.617,63	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	7.481,97	0,00
<b>Reduções do Activo Circulante</b>	<b>30.355,77</b>	<b>0,00</b>	<b>479.095,58</b>	<b>245.573,27</b>	<b>230.543,65</b>
Existências	0,00	0,00	0,00	24.314,91	51.183,66
Dívidas de Terceiros Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	0,00	0,00	50.691,91	0,00	0,00
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	0,00	0,00	428.403,67	221.258,36	94.990,93
Acréscimos e Diferimentos	30.355,77	0,00	0,00	0,00	84.369,06
<b>Aumentos do Capital Permanente</b>	<b>3.377.545,76</b>	<b>390.571,48</b>	<b>1.290.425,72</b>	<b>989.246,29</b>	<b>878.908,20</b>
Património	3.213.901,45	29.927,87	122.362,40	940.311,71	834.962,79
Reservas de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	163.644,31	2.078,71	0,00	48.934,58	43.945,41
Resultados Transitados	0,00	0,00	1.168.063,32	0,00	0,00
Resultado Líquido do Exercício	0,00	358.564,90	0,00	0,00	0,00
<b>Aumentos do Passivo de Curto Prazo</b>	<b>2.274.142,74</b>	<b>745.434,54</b>	<b>451.927,65</b>	<b>1.768.828,14</b>	<b>4.389.224,71</b>
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	1.433.870,15	588.497,91	183.460,80	320.591,99	3.075.880,98
Dívidas a Instituições de Crédito	0,00	588.497,91	0,00	0,00	0,00
Fornecedores C/c	364.560,44	0,00	0,00	224.400,65	410.207,83
Fornecedores de Imobilizado	960.894,35	0,00	97.123,96	96.191,34	2.599.798,45
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	0,00	4.751,62	0,00	492,76
Administração Autárquica	497,39	0,00	81.585,22	0,00	7.484,77
Outros Credores	107.917,97	0,00	0,00	0,00	57.897,17
Acréscimos e Diferimentos	840.272,59	156.936,63	268.466,85	1.448.236,15	1.313.343,73
<b>Total das Origens de Fundos</b>	<b>5.715.661,90</b>	<b>1.399.144,57</b>	<b>2.221.448,95</b>	<b>3.011.129,67</b>	<b>5.498.676,56</b>

### 2.1.4. Transferências da Administração Central

As dotações de fundos (FEF, FSM e IRS) atribuídas pelo Estado Central ao Município de Arganil, conforme se infere dos dados apresentados no Quadro VII, verificaram um ligeiro aumento, em termos nominais, no período em análise. Contudo, efectuada uma análise em termos reais, levando em consideração o coeficiente de desvalorização da moeda, entre 2005 e 2009 regista-se uma ligeira redução de tais dotações.

Assim, o aumento de dotações apenas assume alguma relevância quando consideradas as relativas a projectos co-financiados (participação comunitária), e que implicaram um esforço de investimento por parte da Câmara Municipal de Arganil

No quinquénio analisado, o Estado atribuiu ao Município de Arganil 36,7 milhões de euros, dos quais 4,7 milhões de euros respeitam a participações comunitárias.

### Quadro VII

Transferências da Administração Central									
	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
<b>Correntes</b>									
Estado	3.979.182,87	3.782.481,83	-4,94%	3.860.241,38	2,08%	4.152.009,48	7,56%	4.274.951,20	2,96%
Fundo Base Municipal	654.123,00	648.181,00	-0,91%						
Fundo Geral Municipal	2.541.479,00	2.388.065,00	-6,04%						
Fundo Coesão Municipal	526.093,00	551.707,00	4,87%						
FEF				3.385.398,00	4,13%	3.540.913,00	5,22%	3.715.675,00	4,94%
Fundo Social Municipal				222.889,00		221.610,00	-0,57%	232.165,00	4,78%
IRS				148.001,00		155.750,00	5,24%	167.838,00	7,76%
Outras	257.487,87	194.548,83	-24,44%	123.953,38	-36,28%	233.736,48	88,57%	169.243,20	-31,87%
Relativas a Projectos co-financiados (participação portuguesa)									
Relativas a Projectos co-financiados (participação comunitária)	3.305,08	6.535,80	97,75%	38.481,47	488,78%	19.417,31	-49,54%	12.474,74	-35,75%
<b>Total das Transferências Correntes</b>	<b>3.982.487,95</b>	<b>3.789.017,83</b>	<b>-4,88%</b>	<b>3.898.722,85</b>	<b>2,90%</b>	<b>4.171.426,79</b>	<b>6,99%</b>	<b>4.287.425,94</b>	<b>2,78%</b>
<b>Capital</b>									
Estado	2.394.105,33	2.420.460,91	1,10%	2.263.457,60	-6,48%	2.360.608,00	4,29%	2.585.183,85	9,51%
Fundo Base Municipal	465.308,00	432.107,00	-7,14%						
Fundo Geral Municipal	1.471.382,00	1.592.043,00	8,20%						
Fundo Coesão Municipal	321.501,00	367.804,00	14,40%						
FEF				2.243.599,00	-8,20%	2.360.608,00	5,22%	2.477.117,00	4,94%
Cooperação Técnica e Financeira	135.913,33	28.506,91	-79,03%	18.858,60	-30,34%	0,00	-100,00%	108.046,85	
Outras									
Relativas a Projectos co-financiados (participação portuguesa)									
Relativas a Projectos co-financiados (participação comunitária)	976.146,31	487.644,91	-50,04%	316.466,58	-35,10%	1.197.525,16	278,40%	1.635.615,37	36,59%
<b>Total das Transferências Capital</b>	<b>3.370.251,64</b>	<b>2.908.105,82</b>	<b>-13,71%</b>	<b>2.579.924,18</b>	<b>-11,29%</b>	<b>3.558.133,18</b>	<b>37,92%</b>	<b>4.220.779,22</b>	<b>18,62%</b>
<b>Total das Transferências Correntes e de Capital</b>	<b>7.352.739,59</b>	<b>6.697.123,65</b>	<b>-8,92%</b>	<b>6.478.647,03</b>	<b>-3,28%</b>	<b>7.729.559,95</b>	<b>19,31%</b>	<b>8.508.205,16</b>	<b>10,07%</b>

### 2.1.5. Fluxos Financeiros

Com o objectivo de conhecer os fluxos de caixa gerados e utilizados pelo município, no quinquénio 2005/2009, obteve-se a demonstração de fluxos de tesouraria apresentada no Quadro VIII.

Na entrada de fundos registada no triénio 2007/2009 assumem preponderância as receitas correntes, uma vez que o encaixe relativo a receitas de capital tem menor expressão financeira. O único exercício em que tal tendência é invertida é o de 2006; em virtude do empréstimo então contraído.

As receitas correntes representam, em termos médios, cerca de 61,1% do total das verbas recebidas.

Os pagamentos realizados no âmbito do investimento (2005/2009) representam 44,0%, dos montantes envolvidos com pagamentos.

No âmbito das despesas correntes, sobressaem as verbas dispendidas com as rubricas “despesas com o pessoal” e “aquisição de bens e serviços”. No primeiro caso representam,



respectivamente, 29,5% e 52,6% do total dos pagamentos e do total das despesas correntes. Quanto à “aquisição de bens e serviços”, as mesmas representam, respectivamente, 18,4% e 32,9% do total dos pagamentos e do total das despesas correntes.

Analisando os fluxos económicos no mapa de origem e aplicação de fundos, particularmente ao nível do aumento do imobilizado, e cruzando essa informação com o mapa de fluxos de tesouraria constatamos que as despesas de capital são superiores às receitas de capital; ou seja, foi possível libertar receitas correntes para financiar despesas de capital; o que constitui uma prática salutar.

### Quadro VIII

	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
<b>Recebimentos</b>	<b>10.598.141,38</b>	<b>16.713.873,44</b>	<b>48,30%</b>	<b>10.283.337,99</b>	<b>-34,56%</b>	<b>12.037.061,85</b>	<b>17,05%</b>	<b>12.570.103,40</b>	<b>4,43%</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>6.564.194,53</b>	<b>6.747.744,08</b>	<b>2,80%</b>	<b>7.647.444,49</b>	<b>11,88%</b>	<b>7.636.378,87</b>	<b>-0,13%</b>	<b>8.031.312,82</b>	<b>5,17%</b>
Impostos directos	912.526,54	1.079.044,32	16,25%	1.241.489,25	16,06%	1.416.820,35	14,11%	1.166.265,08	-16,26%
Impostos indirectos específicos das Aduanas	16.181,07	48.289,78	298,29%	85.798,45	77,64%	57.628,04	-32,83%	27.156,07	-52,87%
Taxas, multas e outras penalidades	239.088,57	245.967,95	2,88%	259.711,10	5,56%	213.870,65	-17,73%	281.223,26	31,82%
Rendimentos de propriedades	529.381,62	631.209,00	19,23%	657.844,08	4,16%	605.938,09	-7,86%	1.157.585,35	81,04%
Transferências Correntes	4.055.954,84	3.893.449,85	-4,01%	4.255.303,83	9,29%	4.453.163,74	4,65%	4.538.908,41	1,88%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	893.295,30	784.560,34	-13,16%	803.351,91	2,40%	834.032,30	3,82%	809.464,69	-2,94%
Outras Receitas Correntes	117.745,89	65.213,04	-44,82%	244.135,06	274,37%	55.327,70	-77,34%	32.687,76	-40,92%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>4.031.946,86</b>	<b>8.966.129,36</b>	<b>122,38%</b>	<b>2.738.893,50</b>	<b>-69,49%</b>	<b>4.399.496,74</b>	<b>80,81%</b>	<b>4.833.233,21</b>	<b>3,04%</b>
Venda de Bens de Investimento	94.452,48	0,00	-100,00%	31.750,00	-	72.430,71	128,13%	171.687,00	137,01%
Transferências de Capital	3.387.484,38	2.920.065,65	-13,80%	2.612.424,18	-10,54%	4.214.133,18	81,31%	4.333.860,18	2,84%
Passivos Financeiros	550.000,00	6.000.000,00	990,91%	0,00	-100,00%	0,00	-	0,00	-
Outras Receitas de Capital	0,00	48.083,71	-	91.718,32	98,11%	112.932,87	23,13%	27.706,05	-75,47%
Outras	0,00	0,00	-	0,00	0,00%	1.186,34	-	6.667,67	368,46%
Reposições não abatidas nos pagamentos				0,00	0,00%	1.186,34	-	5.557,57	368,46%
<b>Operações de tesouraria</b>	<b>708.616,38</b>	<b>691.817,45</b>	<b>-2,36%</b>	<b>608.187,66</b>	<b>-12,09%</b>	<b>606.679,19</b>	<b>-0,26%</b>	<b>672.041,02</b>	<b>5,69%</b>
<b>Total</b>	<b>11.304.657,76</b>	<b>16.405.890,89</b>	<b>46,12%</b>	<b>10.891.525,65</b>	<b>-33,61%</b>	<b>12.643.641,74</b>	<b>18,09%</b>	<b>13.142.144,42</b>	<b>3,94%</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>10.415.543,30</b>	<b>15.270.439,03</b>	<b>46,81%</b>	<b>10.668.445,85</b>	<b>-30,14%</b>	<b>12.248.382,12</b>	<b>14,81%</b>	<b>12.627.764,39</b>	<b>3,10%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>6.210.286,89</b>	<b>6.944.822,13</b>	<b>11,33%</b>	<b>6.877.544,33</b>	<b>-0,97%</b>	<b>7.278.838,92</b>	<b>5,81%</b>	<b>8.956.298,24</b>	<b>4,40%</b>
Assembleia Municipal	13.493,89	25.426,29	89,45%	21.501,68	-15,44%	22.185,51	3,18%	22.688,61	2,27%
Pessoal	3.482.001,57	3.640.885,88	4,56%	3.549.870,58	-2,50%	3.649.004,00	2,80%	3.699.298,32	1,29%
Aquisição de Bens e Serviços	1.689.102,57	2.205.883,19	18,02%	2.343.074,15	6,26%	2.508.559,21	7,02%	2.334.017,27	-6,98%
Juros e Outros Encargos	274.746,88	237.212,55	-13,66%	248.956,25	4,65%	259.694,08	4,31%	149.405,73	-42,47%
Transferências Correntes	308.280,58	391.452,28	26,98%	333.804,71	-14,70%	352.339,39	5,52%	407.043,56	15,53%
Outras Despesas Correntes	282.658,82	443.980,14	69,03%	379.538,98	-14,51%	484.986,75	27,79%	348.843,75	-28,48%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>4.205.256,41</b>	<b>8.325.616,90</b>	<b>97,98%</b>	<b>3.790.891,52</b>	<b>-64,47%</b>	<b>4.971.543,20</b>	<b>31,14%</b>	<b>6.671.488,16</b>	<b>14,08%</b>
Aquisição de Bens de Capital	2.961.215,58	5.595.257,35	88,98%	2.574.290,19	-53,99%	3.830.538,49	48,80%	4.841.843,16	21,17%
Transferências de Capital	179.079,07	268.809,35	60,11%	612.384,34	127,81%	517.839,33	-15,44%	489.652,01	-5,44%
Activos Financeiros	121.745,00	85.555,00	-48,16%	0,00	-100,00%	0,00	-	0,00	-
Passivos Financeiros	917.968,38	2.371.055,30	158,29%	804.248,99	-74,82%	577.308,05	-4,46%	540.170,88	-8,43%
Outras Despesas de Capital	25.250,37	24.939,90	-1,23%	0,00	-100,00%	45.861,33	-	0,00	-100,00%
<b>Operações de Tesouraria</b>	<b>719.453,12</b>	<b>656.662,76</b>	<b>-8,86%</b>	<b>651.463,47</b>	<b>-0,62%</b>	<b>618.517,38</b>	<b>-5,36%</b>	<b>609.370,96</b>	<b>-1,16%</b>
<b>Total</b>	<b>11.134.998,42</b>	<b>15.926.991,79</b>	<b>43,03%</b>	<b>11.319.909,32</b>	<b>-28,92%</b>	<b>12.864.899,50</b>	<b>13,65%</b>	<b>13.237.135,36</b>	<b>2,89%</b>
Saldo Gerência Anterior	663.271,59	732.932,92		1.212.632,02		784.228,35		662.969,99	
Variação de Tesouraria	169.681,33	479.699,10		-428.403,67		-221.256,36		-84.990,93	
Saldo de Gerência	732.932,92	1.212.632,02		784.228,35		562.969,99		467.979,06	

### 2.1.6. Prazo Médio de Pagamentos

O quadro seguinte indica os montantes envolvidos na aquisição de bens de capital e a posição do saldo das contas de fornecedores de imobilizado, elementos determinantes no processo conducente ao apuramento dos prazos médios de pagamento (PMP)<sup>2</sup>.

Quadro IX

Prazo Médio de Pagamentos					
	2005	2006	2007	2008	2009
Aquisições de Bens de Capital	2.961.215,59	5.595.257,35	2.574.290,19	3.830.536,49	4.641.643,16
Saldo de Fornecedores de Imobilizado	3.128.612,84	216.566,22	313.690,18	409.881,52	3.009.679,97
Prazo Médio de Pagamentos	386	14	44	39	237
Período Referencial (Actividade CMA - dias)	365	365	365	365	365

Conforme se observa, a autarquia apresenta uma evolução muito favorável de 2005 para 2006, reduzindo o PMP de 386 para 14 dias. O Desempenho em 2007 e 2008 foi também extremamente positivo, com registo de PMP de 44 e 39 dias, respectivamente.

Em 2009, contudo, verifica-se uma deterioração significativa do PMP; situação que materializa o elevado investimento que a Câmara Municipal de Arganil se viu obrigada a efectuar para repor as condições de transitabilidade e dos espaços exteriores da Aldeia Histórica do Piódão, bem como com a ampliação da ZI da Relvinha. Por oposição, e pese embora os compromissos assumidos pela Administração Central para com a autarquia, particularmente ao nível do investimento efectuado no Piódão. Desta dicotomia indesejada resultou uma deterioração da tesouraria do Município, materializada na dilatação do PMP.

Estes prazos médios de pagamentos excedem, largamente, as datas de vencimento de grande parte das facturas e autos de medição, cujos prazos de pagamento compreendem, no caso dos autos de medição, cerca de 60 dias para a efectivação do pagamento.

Refira-se que, quanto maior for este prazo maior será o grau de financiamento que os

<sup>2</sup> PMP = (Fornecedores de Imobilizado/ Aquisição de bens de capital) x período de actividade da autarquia

fornecedores de imobilizado, neste caso, proporcionam à actividade do município.

A constatação de um elevado prazo médio de pagamentos, associada à análise de indicadores de liquidez e autonomia financeira anteriormente desenvolvida, indicia as dificuldades de tesouraria na solvência de compromissos e obrigações assumidas pela Câmara Municipal de Arganil.

Esta situação tem como origem a assunção de compromissos no ano de 2009, os quais se revelaram incomportáveis do ponto de vista financeiro, atendendo ao desajustamento entre as condições contratuais previstas inicialmente e a realidade actual do município, o qual está fortemente dependente do novo enquadramento legal imposto pela Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro, relativa às finanças locais.

### **2.1.7. Principais Resultados**

Como principais resultados da análise da evolução da situação financeira do Município de Arganil, destacam-se os seguintes aspectos:

- Apesar dos acontecimentos que provocaram a deterioração do PMP em 2009, já suficientemente explanados, a análise individual dos indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade indicia capacidade de solvência geral da autarquia, reflectindo a capacidade do município para solver ou honrar os seus compromissos;
- O Fundo de Maneio Total, após uma evolução muito favorável de 2005 para 2006, regista uma situação desfavorável de 2008 para 2009, reflectindo assim uma situação financeira desequilibrada;
- Ao longo do período objecto de análise e relativamente à estrutura de endividamento do município:
  - Verificou-se uma melhoria muito significativa de 2005 para 2006 (a repartição entre o passivo a médio e longo prazo e o passivo de curto prazo, passou, respectivamente, de 40,26% e 59,74%, para 74,18% e 25,82%);
  - Nos anos 2007 e 2008 não se registam alterações significativas ao nível da estrutura do endividamento;
  - Em 2009, como já anteriormente foi referido, constata-se uma deterioração da estrutura de endividamento do município (a repartição entre o passivo a médio e

longo prazo e o passivo de curto prazo, passou, respectivamente, de 69,27% e 30,73%, em 2008, 43,29% e 56,71%, em 2009.

- As dívidas a instituições de crédito e a fornecedores de imobilizado constituem a principal fonte de financiamento da Câmara Municipal de Arganil. Para cumprir o serviço da dívida, no quadriénio 2006/2009, a Câmara Municipal de Arganil necessitou de 4,9 milhões de euros (incluindo a amortização antecipada de diversos empréstimos e contratos de locação financeira mobiliária e imobiliária com condições desvantajosas, materializada em 2006, no total de 2,5 milhões de euros. Nos próximos 9 anos (2010 a 2018), serão necessários 4,7 milhões de euros;
- É ainda de salientar que, ao longo do período em análise, foram efectuados reembolsos e amortizações de dívidas a terceiros de médio e longo prazo, na ordem dos 4,9 milhões de euros.

## **2.2. Situação Económica**

### **2.2.1. Evolução da Despesa**

Com base nos valores da despesa apresentados nos Quadros X, XI e XII, realça-se que:

- Relativamente aos anos que imediatamente lhes precedem, a despesa corrente registou um comportamento inconstante, pese embora seja evidente um grande esforço de contenção da mesma. Em 2009 regista-se uma redução significativa de 4,4%
- Em termos de proporção, relativamente à despesa total, a despesa com o pessoal constitui a componente da despesa corrente que assume o maior peso ou expressão, verificando-se, contudo, que a sua importância não regista significativas oscilações. Relativamente ao período em análise, em média, a despesa com o pessoal representou 29,9% da despesa total. A seguir, posiciona-se a “Aquisição de Bens e Serviços”, que, à semelhança da despesa com o pessoal, a sua expressão tem vindo a manter-se, com um peso médio de 18,6% da despesa total;
- A despesa de capital tem vindo a crescer desde, evoluindo de um patamar de 3,8 milhões de euros, em 2007, para 5,7 milhões de euros em 2009. Este facto deveu-se exclusivamente ao aumento da aquisição de bens de capital.



Quadro X

Evolução das Despesas de Capital						
	Aquisição de Bens de Capital	Transferências de Capital	Activos Financeiros	Passivos Financeiros	Outras Despesas de Capital	Total
2005	2.961.215,59	179.079,07	121.745,00	917.966,38	25.250,37	4.205.256,41
2006	5.595.257,35	268.809,35	65.555,00	2.371.055,30	24.939,90	8.325.616,90
Var.	88,95%	50,11%	-46,15%	158,29%	-1,23%	97,98%
2007	2.574.290,19	612.364,34	0,00	604.246,99	0,00	3.790.901,52
Var.	-53,99%	127,81%	-100,00%	-74,52%	-100,00%	-54,47%
2008	3.830.536,49	517.839,33	0,00	577.306,05	45.861,33	4.971.543,20
Var.	48,80%	-15,44%	-	-4,46%	-	31,14%
2009	4.641.643,15	489.652,01	0,00	540.170,98	0,00	5.671.466,15
Var.	21,17%	-5,44%	-	-8,43%	-100,00%	14,08%

Quadro XI

Evolução das Despesas Correntes							
	Assembleia Municipal	Pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Juros e Outros Encargos	Transferências Correntes	Outras Despesas Correntes	Total
2005	13.493,89	3.482.001,57	1.869.102,57	274.749,88	308.280,56	282.858,82	6.210.286,89
2006	25.428,29	3.640.865,88	2.205.883,19	237.212,55	391.452,28	443.960,14	6.944.822,13
Var.	88,45%	4,58%	18,02%	-13,68%	28,98%	69,03%	11,83%
2007	21.501,66	3.549.670,58	2.343.974,15	248.958,25	333.804,71	379.536,98	6.877.544,33
Var.	-15,44%	-2,50%	6,26%	4,95%	-14,70%	-14,51%	-0,97%
2008	22.185,51	3.649.064,00	2.508.559,21	259.894,06	352.339,39	484.666,75	7.276.636,92
Var.	3,18%	2,80%	7,02%	4,31%	5,52%	27,79%	5,81%
2009	22.888,81	3.696.299,32	2.334.017,27	149.405,73	407.043,56	346.843,75	8.956.298,24
Var.	2,27%	1,28%	-6,96%	-42,47%	15,53%	-28,49%	-4,40%

Quadro XII

	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
Despesa de Capital	4.205.256,41	8.326.616,90	97,98%	3.790.901,52	-54,47%	4.971.543,20	31,14%	5.671.466,15	14,08%
Despesa Corrente	6.210.286,89	6.944.822,13	11,83%	6.877.544,33	-0,97%	7.276.636,92	5,81%	8.956.298,24	-4,40%
Despesa Total	10.415.543,30	15.270.439,03	46,81%	10.668.445,85	-30,14%	12.248.180,12	14,81%	12.827.764,39	3,10%

## 2.2.2. Evolução da Receita

Quanto à receita corrente gerada pelo município no quinquénio analisado, com base nos dados apresentados nos Quadros XIII, XIV e XV, destaca-se que:

- As transferências correntes do Orçamento do Estado constituem a principal fonte de obtenção de receitas, variando entre 56,0% e 62% do total de receitas correntes;
- A receita obtida através dos impostos directos apresenta uma evolução favorável entre 2005 e 2008, registando uma inflexão assinalável para 2009, passando para 1,2 milhões de euros;
- Com excepção do ano 2006 (em virtude da contracção de um empréstimo), as

transferências de capital do Orçamento de Estado assumiram-se esmagadoramente como a origem mais relevante do total da receita de capital, representando, em 2009, 95,6% das mesmas;

- Em 2007, verificou-se um decréscimo acentuado da receita de capital, ao qual não será estranho a quase paralisia verificada ao nível da regulamentação e implementação do Quadro de Referência Estratégico Nacional e inerentes participações.

### Quadro XIII

Evolução da Receita de Capital					
	Venda de Bens de Investimento	Transferências de Capital	Passivos Financeiros	Outras Receitas de Capital	Total
2005	94.452,48	3.387.494,38	550.000,00	0,00	4.031.948,86
2006	0,00	2.920.065,65	6.000.000,00	46.063,71	8.966.129,36
Var.	-100,00%	-13,80%	990,91%		122,38%
2007	31.750,00	2.612.424,18	0,00	91.719,32	2.735.893,50
Var.	-	-10,54%	-100,00%	99,11%	-69,49%
2008	72.430,71	4.214.133,16	0,00	112.932,87	4.399.496,74
Var.	128,13%	61,31%	-	23,13%	60,81%
2009	171.667,00	4.333.860,16	0,00	27.706,05	4.533.233,21
Var.	137,01%	2,84%	-	-75,47%	3,04%

### Quadro XIV

	Impostos directos	Impostos indirectos específicos das Autarquias	Taxas, multas e outras penalidades	Rendimentos de propriedades	Transferências Correntes	Venda de bens e prestação de Serviços correntes	Outras Receitas Correntes	Total
2005	612.526,54	18.191,97	238.089,57	629.391,82	4.055.954,64	693.285,36	117.745,89	6.584.194,53
2006	1.079.044,32	48.299,78	245.987,95	631.209,00	3.863.449,65	784.560,34	85.213,04	6.747.744,08
Var.	18,25%	188,28%	2,88%	19,23%	-4,01%	13,18%	-44,82%	2,80%
2007	1.241.489,25	85.789,45	259.711,10	657.844,09	4.255.303,83	603.351,91	244.135,08	7.547.444,49
Var.	15,06%	77,84%	5,59%	4,19%	0,29%	2,40%	274,37%	11,85%
2008	1.418.820,35	57.628,04	213.670,65	605.936,08	4.453.163,74	834.032,30	55.327,70	7.638.378,87
Var.	14,11%	-32,83%	-17,73%	-7,88%	4,85%	3,82%	-77,34%	1,18%
2009	1.188.285,08	27.156,07	281.223,28	1.157.565,35	4.536.808,41	609.484,69	32.887,76	8.031.312,62
Var.	-16,26%	-52,87%	31,62%	91,04%	1,88%	-2,94%	-40,92%	6,17%

### Quadro XV

	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
Receita de Capital	4.031.948,86	8.966.129,36	122,38%	2.735.893,50	-69,49%	4.399.496,74	60,81%	4.533.233,21	3,04%
Receita Corrente	6.584.194,53	6.747.744,08	2,80%	7.547.444,49	11,85%	7.638.378,87	1,18%	8.031.312,62	5,17%
Receita Total	10.596.143,39	15.713.873,44	48,30%	10.283.337,99	-34,56%	12.038.875,61	17,04%	12.564.545,83	4,39%

## 2.2.3. Principais Resultados

Com base no exposto nos pontos 2.2.1. e 2.2.2., conclui-se o seguinte:

- Ao longo do quinquénio em análise (2005/2009), com excepção do ano 2006 (a que não



será alheia a decisão do Governo de aumentar a taxa suportada pelos municípios para a Caixa Geral de Aposentações de 10% para 13% das remunerações), verificou-se sempre uma cobertura adequada da despesa corrente por receita corrente;

- A receita de capital, embora tenha sofrido um decréscimo considerável de 2005 a 2007, evoluiu positivamente de 2007 a 2009;
- A receita obtida através de transferências correntes do Orçamento do Estado constitui a principal fonte de obtenção de receitas, evidenciando uma esmagadora dependência, por parte do município, relativamente às transferências do Estado.

### **3. PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO**

#### **3.1. Factores Determinantes da Operação**

Face ao exposto no ponto 2, conclui-se que a Câmara Municipal de Arganil atravessa neste momento uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural.

A aprovação de investimentos cuja dimensão e responsabilidades se revelaram desproporcionadas face à capacidade financeira do município, aliada à reduzida execução do orçamento da receita, conduziu, em 2009, à acumulação dos níveis de dívida a fornecedores, para montantes in comportáveis.

A autarquia não possui, actualmente, os meios financeiros necessários à regularização do actual desequilíbrio financeiro.

Por outro lado, a receita cobrada é dispendida na totalidade pelo município, não se verificando poupança orçamental, inibindo assim qualquer iniciativa de investimento.

Considerando assim urgente e inadiável a busca por uma solução, entendeu-se recorrer a uma operação de saneamento financeiro com o objectivo básico de ajustar as finanças municipais, permitindo, desta forma, um funcionamento normal da Câmara Municipal, no âmbito das competências que lhe são atribuídas.

### 3.2. Passivo a 31 de Dezembro de 2009

A 31 de Dezembro de 2009 o passivo total do município reflectido nas demonstrações financeiras ascendia a 17,1 milhões de euros, conforme se poderá verificar no Quadro XVI.

Quadro XVI

Passivo Reflectido nas Demonstrações Financeiras		em euros
<b>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>		<b>3.819.949,93</b>
Dívidas a Instituições de Crédito		3.819.949,93
Fornecedores de Imobilizado (Locação Financ.)		0,00
<b>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</b>		<b>5.000.570,07</b>
Dívidas a Instituições de Crédito		532.155,31
Fornecedores C/C		968.596,32
Fornecedores Imobilizado		3.009.679,97
Estado e Outros Entes Públicos		37.059,87
Administração Autárquica		31.919,13
Outros Credores		421.159,47
Acréscimo de Custos		495.536,65
Proveitos Diferidos		7.809.509,62
<b>Passivo Total</b>		<b>17.125.566,27</b>

Para efeitos de análise, os compromissos acima referidos foram subdivididos de acordo com as necessidades de meios para a sua liquidação, não tendo sido considerada a componente relativa a proveitos diferidos, a qual, pela sua natureza não constituiu uma dívida a liquidar.

#### 3.2.1. Dívida Programada a Curto, Médio e Longo Prazo

Incluem-se neste grupo as dívidas a instituições de crédito, devidamente consolidadas e programadas.

Quadro XVII

Dívida programada a curto, médio e longo prazo	
Dívidas a Instituições de Crédito CP	532.155,31
Dívidas a Instituições de Crédito MLP	3.819.949,93
<b>Total</b>	<b>4.352.105,24</b>

### 3.2.2. Compromissos Sem Carência de Meios Para Liquidação

Foram consideradas neste grupo as obrigações decorrentes da retenção na fonte de impostos, e do depósito de cauções, para as quais estão garantidos os respectivos meios monetários.

#### Quadro XVIII

Compromissos sem carência de meios para liquidação	
Estado e Outros Entes Públicos	37.059,87
Credores por depósitos de garantia	290.100,70
Retenções ao Pessoal (sindicatos e outros descontos)	2.095,16
Acréscimo de Custos	495.536,65
<b>Total</b>	<b>824.792,38</b>

### 3.2.3. Compromissos Com Carência de Meios Para Liquidação

O quadro seguinte evidencia todas as obrigações das quais decorre a necessidade de consolidação e reprogramação financeira.

#### Quadro XIX

Compromissos com carência de meios para liquidação	
Fornecedores C/C	968.596,32
Fornecedores Imobilizado	3.009.679,97
Administração Autárquica	31.919,13
Outros Credores	127.915,60
Provisões	119.348,29
<b>Total</b>	<b>4.257.459,31</b>

Neste grupo reuniu-se um total de 4,2 milhões de euros de dívidas a terceiros, as quais assumem a quase totalidade das necessidades actuais de consolidação financeira da Câmara Municipal de Arganil.

Atendendo a que a maior parte da dívida resulta de atrasos significativos no pagamento a fornecedores, será razoável considerar a existência de juros de mora a liquidar pelo município. Assim, foram calculadas provisões no valor global de 119 mil euros, com vista à cobertura destas obrigações.

---

### **3.3. Medidas a Implementar**

O plano de saneamento proposto pressupõe quatro principais áreas de intervenção:

- Administração;
- Finanças;
- Património;

#### **3.3.1. Administração**

Considerando que esta área é responsável por quase metade das despesas em 2009, facilmente se compreende o impacto que a sua redução tem no volume total da despesa do Município.

Pretende-se manter sob controlo as despesas correntes, continuando a sua redução e fazer uma gestão de proximidade de forma a gerar mais eficiência e eficácia dos recursos disponíveis.

#### **Recursos Humanos**

- Manutenção / redução do número de trabalhadores;
- Redução das horas extraordinárias e ajudas de custo.

#### **Fornecimentos e Serviços Externos**

- Possibilidade de recorrer à agência nacional de compras públicas;
- Optimização das despesas com comunicação, electricidade, seguros, conservação e reparação;
- Optimização dos custos com a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e águas residuais.

#### **3.3.2. Finanças**

Além da imperativa redução da despesa, torna-se premente acautelar a credibilidade do Município junto das entidades com que se relaciona, pelo que se propõe as seguintes medidas:

#### **Dívida de curto prazo**

- 
- Negociação de um financiamento de longo prazo no valor de 4,1 milhões de euros, pelo período de 12 anos e com carência de pagamento de capital de 3 anos, com vista à consolidação e reprogramação da dívida de curto prazo (em anexo – Quadro XXII).

Complementarmente, entende-se necessário rever as seguintes situações:

#### **Receitas**

- Revisão da Tabela de Taxas e Licenças do Município;

#### **Subsídios**

- Implementação das medidas preventivas e correctivas preconizadas no Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, nomeadamente ao nível do incumprimento por parte das entidades beneficiárias.

#### **Controlo Interno**

- Aprofundamento das acções de melhoria no sentido de tornar mais eficazes os mecanismos de controlo interno;
- Manutenção e aperfeiçoamento do sistema de contabilidade analítica.

#### **Rentabilização dos recursos próprios**

- Mecenato;
- Potenciar o receitas provenientes dos rendimentos de propriedade,

#### **3.3.3. Património**

Neste âmbito é importante o recurso a receitas extraordinárias através da alienação de imóveis e património não indispensável.

#### **Inventário**

- Conclusão do inventário patrimonial do Município;

## Imobiliário

- Alienação do património não indispensável.

## Habitação Social

- Alienação de habitações.

### 3.4. Programação Financeira

Foram consideradas projecções apenas para os próximos 6 anos, entendendo-se que as previsões para um período mais dilatado comportam níveis de confiança necessariamente baixos, incompatíveis com um plano desta natureza.

Estimaram-se assim as seguintes previsões de receita e despesa.

Quadro XX

Despesa Provisória					
	2010	2011	2012	2013	2014
Impostos Directos	1.242.731,00	1.267.585,62	1.292.937,33	1.318.796,08	1.345.172,00
Impostos Indirectos	57.489,00	58.838,76	59.811,56	61.007,79	62.227,94
Taxas, Multas e Outras Penalidades	243.988,00	248.867,76	253.845,12	258.922,02	264.100,46
Rendimentos de Propriedade	1.138.700,00	1.161.474,00	1.184.703,48	1.208.397,55	1.232.565,50
Venda de Bens e Serviços Correntes	847.593,00	864.544,86	881.835,76	899.472,47	917.461,92
Venda de Bens de Investimento	175.100,34	175.100,34	178.602,35	182.174,39	185.817,88
Transferências Correntes e de Capital	11.748.183,94	10.760.593,14	10.975.805,00	11.524.595,25	11.755.087,15
Outras Recetas Correntes e de Capital	1.711.601,69	113.833,72	116.110,40	118.432,61	120.801,26
Passivos Financeiros	4.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reposições não Abatidas aos Pagamentos	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
<b>Total</b>	<b>21.265.886,97</b>	<b>14.651.138,22</b>	<b>14.944.150,99</b>	<b>15.572.298,15</b>	<b>15.883.734,12</b>

Quadro XXI

Despesa Provisória					
	2010	2011	2012	2013	2014
Assembleia Municipal	31.500,00	32.130,00	32.772,60	33.428,05	34.096,61
Despesa com Pessoal	4.217.098,00	4.301.439,96	4.387.468,76	4.475.218,13	4.564.722,50
Aquisição de Bens e Serviços	3.441.700,00	3.476.117,00	3.510.878,17	3.545.988,95	3.583.716,89
Aquisição de Bens de Capital	11.330.900,00	4.557.518,00	4.648.668,36	4.741.641,73	4.836.474,56
Juros e Outros Encargos					
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	70.000,00	51.850,89	66.565,52	61.367,02	48.762,27
Saneamento Financeiro 2010	20.773,33	49.856,00	49.856,00	49.371,29	45.735,96
Outros	15.500,00	15.810,00	16.126,20	16.448,72	16.777,70
Passivos Financeiros					
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	550.000,00	525.584,89	521.752,04	521.752,04	521.752,03
Saneamento Financeiro 2010	0,00	0,00	0,00	276.987,50	499.918,16
Activos Financeiros	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Transferências Correntes e de Capital	1.058.000,00	1.077.120,00	1.098.662,40	1.120.635,65	1.143.048,36
Outras Despesas Correntes e de Capital	445.000,00	453.900,00	462.978,00	472.237,56	481.682,31
<b>Total</b>	<b>21.228.471,33</b>	<b>14.559.196,68</b>	<b>14.812.955,45</b>	<b>15.331.646,59</b>	<b>15.772.590,73</b>



---

Com base nas previsões apresentadas verifica-se que o município não só disporá de meios suficientes à cobertura dos compromissos já assumidos, como também gerará fluxos extraordinários que poderão vir a financiar novos investimentos no concelho de Arganil.

É de salientar que, em consequência da consolidação financeira, do passivo apresentado no Quadro XIX, e não considerando as medidas correspondentes à redução da despesa e aumento de receita, o município beneficiará de um aumento da sua capacidade financeira. O mesmo acontecerá com os encargos relativos a juros de mora, os quais, por via da obtenção de recursos à liquidação de dívidas a fornecedores.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O plano de saneamento financeiro proposto no âmbito do artigo 40º da Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro, permitirá estabelecer uma actuação mais concreta e programada sobre as finanças municipais, enquadrada numa perspectiva de eficiência económica e desenvolvimento local.

A este dado acresce a definição de um conceito programático de rentabilização dos meios existentes, aumento do investimento em infra-estruturas e, conseqüente, incremento da atractividade do concelho.

Considera-se que o plano de saneamento financeiro adoptado justificar-se-á no tempo se, como previsto, as medidas preconizadas neste documento vierem a ser implementadas no seu todo, estando para já garantido que, com esta operação o município não aumentará o seu endividamento líquido, assegurando desta forma, o cumprimento do previsto no n.1 do artigo 40º da actual Lei das Finanças Locais.

Neste momento de decisão, em que são apresentados os resultados do estudo da situação económica e financeira do Município de Arganil e plano de saneamento financeiro municipal, será importante referir que existe muito ainda a fazer em benefício do desenvolvimento do concelho.



---

Espera-se que os elementos expressos neste estudo constituam um instrumento útil na busca de novas perspectivas de actuação, que conduzam a novos e importantes investimentos no concelho de Arganil.

## ANEXOS

### Quadro I

Município de Arganil - 2005 a 2009									
	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
<b>Activo</b>									
<b>Imobilizado</b>	37.889.725,65	37.872.828,45	-0,04%	38.826.120,70	2,5%	40.594.802,25	4,6%	44.952.804,86	10,7%
Bens do Domínio Público	20.092.895,71	19.828.857,16	-1,31%	20.748.829,18	4,6%	21.242.148,01	2,4%	23.002.105,55	8,3%
Imobilizações Incorpóreas	10.765,28	85.489,39	808,15%	80.204,40	37,8%	138.470,74	51,3%	383.888,57	181,3%
Imobilizações Corpóreas	17.547.607,71	17.738.144,95	1,09%	17.748.730,17	0,1%	18.885.310,52	7,0%	21.335.835,76	12,4%
Investimentos Financeiros	238.356,85	238.356,85	0,00%	238.356,85	0,0%	230.874,98	-3,1%	230.874,98	0,0%
<b>Circulante</b>	839.516,61	1.360.500,44	62,06%	1.074.187,18	-21,0%	1.296.274,03	20,7%	1.310.875,88	1,1%
Existências				174.737,93		150.423,02	-13,9%	99.239,36	-34,0%
Dívidas de Terceiros Médio e Longo Prazo									
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	80.726,65	114.809,82	42,22%	64.117,71	-44,2%	404.852,94	531,4%	649.998,52	60,6%
Tributos Negociáveis									
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	732.932,92	1.212.832,02	65,45%	784.228,35	-35,3%	562.869,89	-28,2%	467.979,06	-16,9%
Acréscimos e Diferimentos	25.857,04	33.058,80	27,85%	51.103,19	54,6%	178.026,08	248,4%	83.859,02	-47,4%
<b>Total do Activo</b>	<b>38.729.242,26</b>	<b>39.233.328,89</b>	<b>1,30%</b>	<b>39.900.307,88</b>	<b>1,7%</b>	<b>41.891.076,28</b>	<b>5,0%</b>	<b>46.263.680,82</b>	<b>10,4%</b>
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>									
<b>Fundos Próprios</b>	<b>25.424.465,70</b>	<b>26.571.687,81</b>	<b>4,51%</b>	<b>27.725.589,68</b>	<b>4,3%</b>	<b>28.604.497,76</b>	<b>3,2%</b>	<b>29.138.114,55</b>	<b>1,9%</b>
Património	28.318.135,81	28.348.063,48	0,11%	28.470.425,88	0,5%	27.410.737,59	-3,6%	28.245.700,38	3,0%
Reservas de Reavaliação									
Reservas	283.838,88	285.917,39	0,79%	285.917,39	0,0%	314.851,97	18,4%	358.797,38	14,0%
Resultados Translados	-400.858,18	-1.157.508,59	188,78%	10.554,73	-100,9%		-100,0%		
Resultado Líquido do Exercício	-758.650,43	1.115.215,33	-247,39%	878.691,56	-12,2%	878.908,20	-10,2%	533.818,79	-39,3%
<b>Passivo</b>	<b>13.304.776,56</b>	<b>12.661.641,28</b>	<b>-4,83%</b>	<b>12.174.718,32</b>	<b>-3,8%</b>	<b>13.286.578,52</b>	<b>9,1%</b>	<b>17.125.568,27</b>	<b>28,9%</b>
Dívidas a Terceiros Médio e Longo Prazo	3.298.359,81	5.478.540,72	66,23%	4.902.342,21	-10,5%	4.360.353,85	-11,1%	3.818.949,93	-12,4%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	4.890.353,84	1.907.101,02	-61,00%	1.728.909,72	-9,3%	1.934.522,13	11,9%	5.000.570,07	168,5%
Acréscimos e Diferimentos	5.118.062,91	5.274.999,54	3,07%	5.543.468,39	5,1%	6.991.702,54	26,1%	8.305.048,27	18,8%
<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>38.729.242,26</b>	<b>39.233.328,89</b>	<b>1,30%</b>	<b>39.900.307,88</b>	<b>1,7%</b>	<b>41.891.076,28</b>	<b>5,0%</b>	<b>46.263.680,82</b>	<b>10,4%</b>

### Quadro II

Município de Arganil - 2005 a 2009									
	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
<b>Liquidez Geral</b>	6,4%	18,9%	125,8%	14,8%	-22,0%	14,5%	-1,7%	9,9%	-32,2%
Fundo de Manéio	-4.050.837,2	-548.800,8	-86,5%	-654.722,5	19,8%	-638.248,1	-2,5%	-3.889.894,1	478,1%
Autonomia Financeira	65,8%	67,7%	3,2%	69,5%	2,6%	68,3%	-1,7%	63,0%	-7,8%
Solvabilidade	181,1%	209,9%	9,8%	227,7%	8,5%	215,3%	-5,5%	170,1%	-21,0%
Liquidez Reduzida	17,2%	71,3%	315,8%	52,0%	-27,1%	59,2%	13,9%	24,2%	-59,1%

### Quadro III

Município de Arganil - 2005 a 2009									
	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
<b>Dívidas a Terceiros</b>									
<b>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>	<b>3.298.359,81</b>	<b>5.478.540,72</b>	<b>66,23%</b>	<b>4.902.342,21</b>	<b>-10,5%</b>	<b>4.360.353,85</b>	<b>-11,1%</b>	<b>3.818.949,93</b>	<b>-12,4%</b>
Dívidas a Instituições de Crédito	2.431.029,38	5.478.540,72	125,40%	4.902.342,21	-10,5%	4.360.353,85	-11,1%	3.818.949,93	-12,4%
Fornecedores de Imobilizado (Locação Financ.)	865.330,43		-100,00%						
<b>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</b>	<b>4.890.353,84</b>	<b>1.907.101,02</b>	<b>-61,00%</b>	<b>1.728.909,72</b>	<b>-9,3%</b>	<b>1.934.522,13</b>	<b>11,9%</b>	<b>5.000.570,07</b>	<b>168,5%</b>
Dívidas a Instituições de Crédito		588.487,91		577.306,07	-1,8%	541.988,35	-6,1%	532.155,31	-1,8%
Fornecedores C/C	1.048.584,87	530.955,08	-48,36%	333.887,84	-37,1%	558.388,49	87,2%	868.596,32	73,5%
Fornecedores Imobilizado	3.128.612,84	216.588,22	-93,08%	313.890,18	44,8%	408.881,52	30,7%	3.009.879,97	634,3%
Estado e Outros Entes Públicos	37.656,15	38.575,78	2,87%	41.327,38	13,0%	38.587,11	-11,5%	37.059,87	1,3%
Administração Autárquica	46.571,47	15.651,48	-66,39%	97.230,70	521,3%	24.434,36	-74,9%	31.919,13	30,6%
Outros Credores	628.928,51	518.854,59	-17,50%	365.381,55	-29,6%	383.282,30	-0,8%	421.159,47	15,8%
<b>Passivo Total</b>	<b>8.188.713,65</b>	<b>7.386.641,74</b>	<b>-9,77%</b>	<b>6.631.251,93</b>	<b>-10,2%</b>	<b>6.294.875,88</b>	<b>-5,1%</b>	<b>8.820.520,00</b>	<b>40,1%</b>
<b>Passivo Remunerado</b>	<b>3.298.359,81</b>	<b>5.478.540,72</b>	<b>66,23%</b>	<b>4.902.342,21</b>	<b>-10,5%</b>	<b>4.360.353,85</b>	<b>-11,1%</b>	<b>3.818.949,93</b>	<b>-12,4%</b>
Passivo Remunerado/ Passivo Total	0,40	0,74	84,23%	0,74	-0,3%	0,69	-8,3%	0,43	-37,5%

### Quadro IV

Plano de Amortização de Empréstimos a Médio e Longo Prazo				
	Reembolso de Capital	Juros	Encargos Anuais	Varição Anual
2005	367.966,38	65.802,67	433.769,05	
2006	2.386.797,07	155.239,31	2.542.036,38	486,03%
2007	588.505,22	248.576,35	837.081,57	-67,07%
2008	577.306,08	259.045,90	836.351,98	-0,09%
2009	550.236,96	142.112,22	692.349,18	-17,22%
2010	532.155,31	49.224,98	581.380,29	-16,03%
2011	525.584,89	51.850,83	577.435,72	-0,68%
2012	521.752,04	66.565,52	588.317,56	1,88%
2013	521.752,04	61.367,02	583.119,06	-0,88%
2014	521.752,03	48.762,27	570.514,30	-2,16%
2015	511.780,38	36.176,93	547.957,31	-3,95%
2016	508.664,26	23.779,92	532.444,18	-2,83%
2017	508.664,29	11.416,55	520.080,84	-2,32%
2018	200.000,00	1.017,50	201.017,50	-61,35%

### Quadro V

Aplicações de Fundos					
	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Aumentos do Activo Fixo</b>	<b>2.448.408,35</b>	<b>246.241,35</b>	<b>953.292,25</b>	<b>1.776.163,52</b>	<b>4.358.002,61</b>
Bens do Domínio Público	99.879,74		918.972,02	493.318,83	1.759.959,54
Imobilizações Incorpóreas	0,00	54.704,11	24.735,01	46.266,34	247.417,83
Imobilizações Corpóreas	2.155.494,84	191.537,24	9.585,22	1.236.580,35	2.350.625,24
Investimentos Financeiros	193.033,77	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Aumentos do Activo Circulante</b>	<b>196.833,61</b>	<b>520.983,83</b>	<b>192.782,32</b>	<b>467.660,12</b>	<b>245.145,58</b>
Existências	0,00	0,00	174.737,93	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	26.172,28	34.082,97	0,00	340.735,23	245.145,58
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	169.661,33	479.689,10	0,00	0,00	0,00
Acréscimos e Diferimentos	0,00	7.201,76	18.044,39	126.924,89	0,00
<b>Reduções do Capital Permanente</b>	<b>2.663.845,61</b>	<b>726.722,56</b>	<b>136.523,77</b>	<b>110.338,09</b>	<b>345.291,41</b>
Património	0,00	-29.927,87	0,00	0,00	0,00
Reservas de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	400.859,16	756.650,43	0,00	10.554,73	0,00
Resultado Líquido do Exercício	2.262.987,45	0,00	136.523,77	99.783,36	345.291,41
<b>Reduções do Passivo de Curto Prazo</b>	<b>1.245,33</b>	<b>3.571.750,73</b>	<b>361.652,10</b>	<b>114.979,58</b>	<b>9.833,04</b>
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	1.245,33	3.571.750,73	361.652,10	114.979,58	9.833,04
Dívidas a Instituições de Crédito	0,00	0,00	11.191,84	35.317,72	9.833,04
Fornecedores C/c	0,00	517.629,81	196.967,22	0,00	0,00
Fornecedores de Imobilizado	0,00	2.912.046,62	0,00	0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	1.245,33	1.080,39	0,00	4.760,27	0,00
Administração Autárquica	0,00	30.919,99	0,00	72.802,34	0,00
Outros Credores	0,00	110.073,92	153.493,04	2.099,25	0,00
Acréscimos e Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Aplicações de Fundos</b>	<b>5.309.332,90</b>	<b>5.065.698,47</b>	<b>1.644.260,44</b>	<b>2.469.141,31</b>	<b>4.958.272,64</b>

## Quadro VI

Origens de Fundos					
	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Reduções do Activo Fixo</b>	<b>33.617,83</b>	<b>263.138,55</b>	<b>0,00</b>	<b>7.481,97</b>	<b>0,00</b>
Bens do Domínio Público	0,00	263.138,55	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Incorpóreas	33.617,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	7.481,97	0,00
<b>Reduções do Activo Circulante</b>	<b>30.355,77</b>	<b>0,00</b>	<b>479.095,58</b>	<b>245.573,27</b>	<b>230.543,65</b>
Existências	0,00	0,00	0,00	24.314,91	51.183,66
Dívidas de Terceiros Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	0,00	0,00	50.691,91	0,00	0,00
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	0,00	0,00	428.403,67	221.258,36	94.990,93
Acréscimos e Diferimentos	30.355,77	0,00	0,00	0,00	84.369,06
<b>Aumentos do Capital Permanente</b>	<b>3.377.545,76</b>	<b>390.571,48</b>	<b>1.290.425,72</b>	<b>989.246,29</b>	<b>878.908,20</b>
Património	3.213.901,45	29.927,87	122.362,40	940.311,71	834.962,79
Reservas de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	163.644,31	2.078,71	0,00	48.934,58	43.945,41
Resultados Transitados	0,00	0,00	1.168.063,32	0,00	0,00
Resultado Líquido do Exercício	0,00	358.564,90	0,00	0,00	0,00
<b>Aumentos do Passivo de Curto Prazo</b>	<b>2.274.142,74</b>	<b>745.434,54</b>	<b>451.927,65</b>	<b>1.768.828,14</b>	<b>4.389.224,71</b>
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	1.433.870,15	588.497,91	183.480,80	320.591,99	3.075.880,98
Dívidas a Instituições de Crédito	0,00	588.497,91	0,00	0,00	0,00
Fornecedores C/c	364.580,44	0,00	0,00	224.400,65	410.207,83
Fornecedores de Imobilizado	960.894,35	0,00	97.123,96	96.191,34	2.599.798,45
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	0,00	4.751,62	0,00	492,76
Administração Autárquica	497,39	0,00	81.585,22	0,00	7.484,77
Outros Credores	107.917,97	0,00	0,00	0,00	57.897,17
Acréscimos e Diferimentos	840.272,59	156.936,63	268.466,85	1.448.236,15	1.313.343,73
<b>Total das Origens de Fundos</b>	<b>5.715.661,90</b>	<b>1.399.144,57</b>	<b>2.221.448,95</b>	<b>3.011.129,67</b>	<b>5.498.676,56</b>

## Quadro VII

Transferências da Administração Central									
	2006	2008	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
<b>Correntes</b>									
Estado	3.979.182,87	3.782.481,83	-4,84%	3.860.241,98	2,06%	4.152.008,48	7,56%	4.274.951,20	2,96%
Fundo Base Municipal	654.123,00	648.161,00	-0,91%						
Fundo Geral Municipal	2.541.479,00	2.388.065,00	-6,04%						
Fundo Coesão Municipal	526.093,00	551.707,00	4,87%						
FEF				3.365.308,00	4,13%				
Fundo Social Municipal				222.889,00		3.540.913,00	5,22%	3.715.675,00	4,94%
IRS				148.001,00		221.610,00	-0,57%	232.195,00	4,78%
Outras	257.487,87	194.548,83	-24,44%	123.953,38	-36,29%	155.750,00	5,24%	167.838,00	7,76%
Relativas a Projectos co-financiados (participação portuguesa)						233.736,48	88,57%	159.243,20	-31,67%
Relativas a Projectos co-financiados (participação comunitária)	3.305,08	8.535,80	97,76%	38.481,47	488,78%	19.417,31	-49,54%	12.474,74	-35,75%
<b>Total das Transferências Correntes</b>	<b>3.982.467,95</b>	<b>3.789.017,83</b>	<b>-4,88%</b>	<b>3.898.722,85</b>	<b>2,90%</b>	<b>4.171.426,79</b>	<b>6,89%</b>	<b>4.287.425,94</b>	<b>2,78%</b>
<b>Capital</b>									
Estado	2.394.105,33	2.420.460,91	1,10%	2.263.457,60	-6,49%	2.360.608,00	4,29%	2.585.163,85	9,51%
Fundo Base Municipal	485.309,00	432.107,00	-7,14%						
Fundo Geral Municipal	1.471.382,00	1.582.043,00	8,20%						
Fundo Coesão Municipal	321.501,00	367.804,00	14,40%						
FEF				2.243.599,00	-6,20%				
Cooperação Técnica e Financeira	135.913,33	28.506,91	-79,03%	19.858,60	-30,34%	2.360.608,00	5,22%	2.477.117,00	4,94%
Outras						0,00	-100,00%	108.046,85	
Relativas a Projectos co-financiados (participação portuguesa)									
Relativas a Projectos co-financiados (participação comunitária)	978.148,31	467.644,91	-50,04%	316.466,58	-35,10%	1.197.525,16	278,40%	1.635.615,37	36,56%
<b>Total das Transferências Capital</b>	<b>3.370.251,64</b>	<b>2.908.105,82</b>	<b>-13,71%</b>	<b>2.579.924,16</b>	<b>-11,28%</b>	<b>3.558.133,16</b>	<b>37,92%</b>	<b>4.220.779,22</b>	<b>18,62%</b>
<b>Total das Transferências Correntes e de Capital</b>	<b>7.352.739,59</b>	<b>6.697.123,65</b>	<b>-8,92%</b>	<b>6.478.647,01</b>	<b>-3,28%</b>	<b>7.729.559,95</b>	<b>19,31%</b>	<b>8.508.205,16</b>	<b>10,07%</b>

### Quadro VIII

	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
<b>Recebimentos</b>	<b>10.698.141,39</b>	<b>15.713.873,44</b>	<b>48,30%</b>	<b>10.283.337,99</b>	<b>-34,56%</b>	<b>12.037.061,95</b>	<b>17,05%</b>	<b>12.570.103,40</b>	<b>4,43%</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>6.594.194,53</b>	<b>6.747.744,08</b>	<b>2,80%</b>	<b>7.547.444,49</b>	<b>11,85%</b>	<b>7.636.376,87</b>	<b>1,18%</b>	<b>8.031.312,82</b>	<b>5,17%</b>
Impostos directos	912.528,54	1.079.044,32	18,25%	1.241.469,25	15,06%	1.416.820,35	14,11%	1.188.285,08	-16,26%
Impostos indirectos especificos das Autarquias	16.191,97	48.299,78	198,29%	85.799,45	77,84%	57.828,04	-32,83%	27.156,07	-52,87%
Taxas, multas e outras penalidades	239.086,57	245.967,95	2,88%	259.711,10	5,59%	213.870,65	-17,73%	281.223,26	31,62%
Rendimentos de propriedades	529.391,62	631.209,00	19,23%	657.844,09	4,19%	805.936,00	-7,86%	1.157.565,35	81,04%
Transferências Correntes	4.055.954,84	3.893.449,85	-4,01%	4.255.303,63	9,29%	4.453.193,74	4,65%	4.536.908,41	1,86%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	893.295,30	784.590,34	-13,16%	803.351,91	2,40%	834.032,30	3,82%	809.484,69	-2,94%
Outras Receitas Correntes	117.745,69	65.213,04	-44,82%	244.135,06	274,37%	55.327,70	-77,34%	32.667,76	-40,92%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>4.031.946,86</b>	<b>8.966.129,36</b>	<b>122,38%</b>	<b>2.735.893,60</b>	<b>-69,49%</b>	<b>4.399.496,74</b>	<b>80,81%</b>	<b>4.533.233,21</b>	<b>3,04%</b>
Venda de Bens de Investimento	84.452,48	0,00	-100,00%	31.750,00	-	72.430,71	128,13%	171.667,00	137,01%
Transferências de Capital	3.367.494,38	2.920.065,65	-13,80%	2.612.424,18	-10,54%	4.214.133,16	61,31%	4.333.860,18	2,84%
Passivos Financeiros	550.000,00	6.000.000,00	990,91%	0,00	-100,00%	0,00	-	0,00	-
Outras Receitas de Capital	0,00	46.063,71	-	91.719,32	99,11%	112.932,67	23,13%	27.708,05	-75,47%
<b>Outras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>1.186,34</b>	<b>-</b>	<b>6.657,67</b>	<b>368,46%</b>
Reposições não abelidas nos pagamentos	-	-	-	-	-	1.186,34	-	5.557,57	368,46%
<b>Operações de tesouraria</b>	<b>708.519,36</b>	<b>691.617,46</b>	<b>-2,36%</b>	<b>608.167,68</b>	<b>-12,09%</b>	<b>606.679,19</b>	<b>-0,25%</b>	<b>572.041,02</b>	<b>-5,69%</b>
<b>Total</b>	<b>11.304.657,75</b>	<b>16.405.690,89</b>	<b>46,12%</b>	<b>10.891.505,66</b>	<b>-33,81%</b>	<b>12.643.641,14</b>	<b>16,08%</b>	<b>13.142.144,42</b>	<b>3,94%</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>10.415.543,30</b>	<b>15.270.439,03</b>	<b>46,81%</b>	<b>10.668.445,88</b>	<b>-30,14%</b>	<b>12.248.382,12</b>	<b>14,81%</b>	<b>12.627.764,39</b>	<b>3,10%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>6.210.286,88</b>	<b>6.944.622,13</b>	<b>11,33%</b>	<b>6.877.544,33</b>	<b>-0,97%</b>	<b>7.276.839,92</b>	<b>5,81%</b>	<b>6.998.298,24</b>	<b>-4,40%</b>
Assembleia Municipal	13.493,69	25.428,29	88,45%	21.501,66	-15,44%	22.185,51	3,18%	22.688,61	2,27%
Pessoal	3.482.001,67	3.640.865,68	4,58%	3.549.670,58	-2,50%	3.649.064,00	2,80%	3.696.299,32	1,29%
Aquisição de Bens e Serviços	1.869.102,57	2.205.883,19	18,02%	2.343.974,15	6,26%	2.508.559,21	7,02%	2.334.017,27	-6,96%
Juros e Outros Encargos	274.749,66	237.212,55	-13,66%	246.956,25	4,95%	259.694,06	4,31%	149.405,73	-42,47%
Transferências Correntes	308.280,58	391.452,28	26,98%	333.904,71	-14,70%	352.339,39	5,52%	467.043,56	15,53%
Outras Despesas Correntes	262.656,82	443.990,14	69,03%	379.536,98	-14,51%	484.896,75	27,79%	346.843,75	-28,46%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>4.205.256,41</b>	<b>8.325.816,90</b>	<b>97,98%</b>	<b>3.790.901,62</b>	<b>-54,47%</b>	<b>4.971.643,20</b>	<b>31,14%</b>	<b>5.671.466,16</b>	<b>14,08%</b>
Aquisição de Bens de Capital	2.961.215,59	5.595.257,35	88,95%	2.574.290,19	-53,99%	3.830.536,49	48,80%	4.641.643,16	21,17%
Transferências de Capital	179.079,07	268.809,35	60,11%	812.364,34	127,81%	517.839,33	-15,44%	489.852,01	-5,44%
Activos Financeiros	121.745,00	85.555,00	-46,16%	0,00	-100,00%	0,00	-	0,00	-
Passivos Financeiros	917.998,58	2.371.055,30	158,29%	804.246,99	-74,52%	577.309,05	-4,46%	540.170,98	-6,43%
Outras Despesas de Capital	25.250,37	24.939,90	-1,23%	0,00	-100,00%	45.861,33	-	0,00	-100,00%
<b>Operações de Tesouraria</b>	<b>719.463,12</b>	<b>655.582,79</b>	<b>-8,88%</b>	<b>661.463,47</b>	<b>0,82%</b>	<b>616.617,39</b>	<b>-5,36%</b>	<b>609.370,96</b>	<b>-1,16%</b>
<b>Total</b>	<b>11.134.996,42</b>	<b>16.925.991,79</b>	<b>43,03%</b>	<b>11.319.909,32</b>	<b>-20,92%</b>	<b>12.864.899,50</b>	<b>13,65%</b>	<b>13.237.135,35</b>	<b>2,89%</b>
<b>Saldo Gerência Anterior</b>	<b>583.271,69</b>	<b>732.932,92</b>	<b>125,64%</b>	<b>1.212.632,02</b>	<b>65,64%</b>	<b>784.228,35</b>	<b>-35,38%</b>	<b>662.969,99</b>	<b>-14,53%</b>
<b>Variação de Tesouraria</b>	<b>168.661,33</b>	<b>479.699,10</b>	<b>284,41%</b>	<b>-426.403,67</b>	<b>-50,82%</b>	<b>-221.259,36</b>	<b>-27,04%</b>	<b>-84.990,93</b>	<b>-38,40%</b>
<b>Saldo de Gerência</b>	<b>732.932,92</b>	<b>1.212.632,02</b>	<b>165,45%</b>	<b>784.228,35</b>	<b>-35,38%</b>	<b>562.968,99</b>	<b>-27,04%</b>	<b>467.979,05</b>	<b>-17,23%</b>

### Quadro IX

#### Prazo Médio de Pagamentos

	2005	2006	2007	2008	2009
Aquisições de Bens de Capital	2.961.215,59	5.595.257,35	2.574.290,19	3.830.536,49	4.641.643,16
Saldo de Fornecedores de Imobilizado	3.128.612,84	216.566,22	313.690,18	409.881,52	3.009.679,97
<b>Prazo Médio de Pagamentos</b>	<b>386</b>	<b>14</b>	<b>44</b>	<b>39</b>	<b>237</b>
<b>Período Referencial (Actividade CMA - dias)</b>	<b>365</b>	<b>365</b>	<b>365</b>	<b>365</b>	<b>365</b>

### Quadro X

Evolução das Despesas de Capital						
	Aquisição de Bens de Capital	Transferências de Capital	Activos Financeiros	Passivos Financeiros	Outras Despesas de Capital	Total
2005	2.961.215,59	179.079,07	121.745,00	917.968,38	25.250,37	4.205.258,41
2006	5.595.257,35	268.809,35	65.555,00	2.371.055,30	24.939,90	8.325.616,90
Var.	88,95%	50,11%	-48,15%	158,28%	-1,23%	97,88%
2007	2.574.290,19	612.364,34	0,00	604.246,99	0,00	3.790.901,52
Var.	-53,99%	127,81%	-100,00%	-74,52%	-100,00%	-54,47%
2008	3.830.536,49	517.839,33	0,00	577.306,05	45.861,33	4.971.543,20
Var.	48,80%	-15,44%	-	-4,46%	-	31,14%
2009	4.641.643,16	489.652,01	0,00	540.170,98	0,00	5.671.466,15
Var.	21,17%	-5,44%	-	-6,43%	-100,00%	14,08%

### Quadro XI

Evolução das Despesas Correntes							
	Assembleia Municipal	Pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Juros e Outros Encargos	Transferências Correntes	Outras Despesas Correntes	Total
2005	13.483,89	3.482.001,57	1.869.102,57	274.749,88	308.280,58	282.858,82	6.210.266,89
2006	25.428,29	3.640.865,88	2.205.893,19	237.212,55	381.452,28	443.860,14	6.944.822,13
Var.	88,45%	4,56%	18,02%	-13,86%	28,88%	68,03%	11,83%
2007	21.501,86	3.549.870,58	2.343.974,15	248.956,25	333.904,71	379.538,88	6.877.544,33
Var.	-15,44%	-2,50%	6,28%	4,85%	-14,70%	-14,51%	-0,97%
2008	22.185,51	3.648.064,00	2.508.559,21	259.894,06	352.339,99	484.896,75	7.278.838,92
Var.	3,18%	2,80%	7,02%	4,31%	5,52%	27,79%	5,81%
2009	22.888,81	3.698.299,32	2.334.017,27	149.405,73	407.043,56	348.843,75	6.956.298,24
Var.	2,27%	1,29%	-8,98%	-42,47%	15,53%	-28,48%	-4,40%

### Quadro XII

Evolução das Despesas Totais									
	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
Despesa de Capital	4.205.258,41	8.325.616,90	97,88%	3.790.901,52	-54,47%	4.971.543,20	31,14%	5.671.466,15	14,08%
Despesa Corrente	6.210.266,89	6.944.822,13	11,83%	6.877.544,33	-0,97%	7.278.838,92	5,81%	6.956.298,24	-4,40%
Despesa Total	10.415.525,30	15.270.439,03	46,81%	10.668.445,85	-30,14%	12.248.382,12	14,81%	12.627.764,39	3,10%

### Quadro XIII

Evolução da Receita de Capital					
	Venda de Bens de Investimento	Transferências de Capital	Passivos Financeiros	Outras Receitas de Capital	Total
2005	94.452,48	3.387.494,38	550.000,00	0,00	4.031.946,86
2006	0,00	2.920.065,65	6.000.000,00	46.063,71	8.966.129,36
Var.	-100,00%	-13,80%	990,91%	46,063,71	122,38%
2007	31.750,00	2.612.424,18	0,00	91.719,32	2.735.893,50
Var.	-	-10,54%	-100,00%	99,11%	-69,49%
2008	72.430,71	4.214.133,16	0,00	112.932,87	4.399.496,74
Var.	128,13%	61,31%	-	23,13%	60,81%
2009	171.667,00	4.333.860,16	0,00	27.706,05	4.533.233,21
Var.	137,01%	2,84%	-	-75,47%	3,04%

### Quadro XIV

	Impostos directos	Impostos indirectos especificos das Autarquias	Taxas, multas e outras penalidades	Rendimentos de propriedades	Transferências Correntes	Venda de bens e prestação de Serviços correntes	Outras Receitas Correntes	Total
2005	912.528,54	18.191,97	239.086,57	529.391,82	4.055.954,64	893.295,30	117.745,89	6.584.194,53
2006	1.079.044,32	48.299,76	245.967,95	631.206,00	3.893.448,85	784.580,34	65.213,04	6.747.744,08
Var.	18,25%	266,29%	2,88%	19,23%	-4,01%	13,16%	-44,82%	2,80%
2007	1.241.499,25	65.789,45	259.711,10	657.844,09	4.255.303,63	803.351,91	244.135,06	7.547.444,49
Var.	15,06%	77,84%	5,59%	4,19%	8,29%	2,40%	274,37%	11,85%
2008	1.416.620,35	57.628,04	213.670,65	605.936,09	4.453.163,74	834.032,30	55.327,70	7.636.378,87
Var.	14,11%	-32,83%	-17,73%	-7,86%	4,65%	3,82%	-77,34%	1,16%
2009	1.168.285,08	27.156,07	281.223,26	1.157.585,35	4.536.808,41	809.484,69	32.687,76	8.031.312,62
Var.	-19,26%	-52,87%	31,62%	91,04%	1,88%	-2,94%	-40,82%	6,17%

### Quadro XV

	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
Receita de Capital	4.031.946,86	8.966.129,36	122,38%	2.735.893,50	-69,49%	4.399.496,74	60,81%	4.533.233,21	3,04%
Receita Corrente	6.584.194,53	6.747.744,08	2,80%	7.547.444,49	11,85%	7.636.378,87	1,16%	8.031.312,62	5,17%
Receita Total	10.696.141,39	15.713.873,44	48,30%	10.283.337,99	-34,56%	12.035.875,61	17,04%	12.564.545,83	4,39%

### Quadro XVI

Passivo Reflectido nas Demonstrações Financeiras		em euros
<b>Dividas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>		<b>3.819.949,93</b>
Dividas a Instituições de Crédito		3.819.949,93
Fornecedores de Imobilizado (Locação Financ.)		0,00
<b>Dividas a Terceiros - Curto Prazo</b>		<b>5.000.570,07</b>
Dividas a Instituições de Crédito		532.155,31
Fornecedores C/C		968.596,32
Fornecedores Imobilizado		3.009.679,97
Estado e Outros Entes Públicos		37.059,87
Administração Autárquica		31.919,13
Outros Credores		421.159,47
Acréscimo de Custos		495.536,65
Proveitos Diferidos		7.809.509,62
<b>Passivo Total</b>		<b>17.125.566,27</b>

### Quadro XVII

Divida programada a curto, médio e longo prazo	
Dividas a Instituições de Crédito CP	532.155,31
Dividas a Instituições de Crédito MLP	3.819.949,93
<b>Total</b>	<b>4.352.105,24</b>



### Quadro XVIII

Compromissos com garantia de meios para liquidação	
Estado e Outros Entes Públicos	37.059,87
Credores por depósitos de garantia	290.100,70
Retenções ao Pessoal (sindicatos e outros descontos)	2.095,16
Acréscimo de Custos	495.536,65
<b>Total</b>	<b>824.792,38</b>

### Quadro XIX

Compromissos com garantia de meios para liquidação	
Fornecedores C/C	968.598,32
Fornecedores Imobilizado	3.008.679,97
Administração Autárquica	31.919,13
Outros Credores	127.915,60
Provisões	119.348,29
<b>Total</b>	<b>4.257.459,31</b>

### Quadro XX

Resultados Financeiros	2010	2011	2012	2013	2014
Impostos Directos	1.242.731,00	1.267.585,62	1.292.937,33	1.318.798,08	1.345.172,00
Impostos Indirectos	57.489,00	58.638,76	59.811,56	61.007,79	62.227,94
Taxas, Multas e Outras Penalidades	243.988,00	248.867,76	253.845,12	258.922,02	264.100,46
Rendimentos de Propriedade	1.138.700,00	1.161.474,00	1.184.703,48	1.208.397,55	1.232.565,50
Venda de Bens e Serviços Correntes	847.593,00	864.544,86	881.835,76	899.472,47	917.461,92
Venda de Bens de Investimento	175.100,34	175.100,34	178.602,35	182.174,39	185.817,88
Transferências Correntes e de Capital	11.748.183,94	10.760.593,14	10.975.805,00	11.524.595,25	11.765.087,15
Outras Receitas Correntes e de Capital	1.711.601,69	113.833,72	118.110,40	118.432,61	120.801,26
Passivos Financeiros	4.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reposições não Abatidas aos Pagamentos	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
<b>Total</b>	<b>21.265.886,97</b>	<b>14.651.138,22</b>	<b>14.944.150,99</b>	<b>15.572.298,15</b>	<b>15.883.734,12</b>

### Quadro XXI

Despesa Provisória	2010	2011	2012	2013	2014
Assembleia Municipal	31.500,00	32.130,00	32.772,60	33.428,05	34.096,61
Despesa com Pessoal	4.217.098,00	4.301.439,96	4.387.468,76	4.475.218,13	4.564.722,50
Aquisição de Bens e Serviços	3.441.700,00	3.478.117,00	3.510.878,17	3.545.988,95	3.583.716,89
Aquisição de Bens de Capital	11.330.900,00	4.557.518,00	4.648.688,36	4.741.641,73	4.836.474,56
Juros e Outros Encargos					
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	70.000,00	51.850,83	66.565,52	61.367,02	48.782,27
Saneamento Financeiro 2010	20.773,33	49.856,00	49.856,00	49.371,29	45.735,96
Outros	15.500,00	15.810,00	16.126,20	16.446,72	16.777,70
Passivos Financeiros					
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	550.000,00	525.584,89	521.752,04	521.752,04	521.752,03
Saneamento Financeiro 2010	0,00	0,00	0,00	278.987,50	499.918,16
Activos Financeiros	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Transferências Correntes e de Capital	1.056.000,00	1.077.120,00	1.098.662,40	1.120.635,65	1.143.048,36
Outras Despesas Correntes e de Capital	445.000,00	453.900,00	462.978,00	472.237,56	481.882,31
<b>Total</b>	<b>21.228.471,33</b>	<b>14.559.196,68</b>	<b>14.812.955,45</b>	<b>15.331.646,59</b>	<b>15.772.590,73</b>



Condições									
Capital	4.100.000,00	Taxas							
Prazo Global do Empréstimo (anos)	121	Índice (valor esperado)	Euribor a 180 dias						0,966%
Período de amortização do capital (anos)	9	Spread (indicativo)							0,250%
Período de carência de capital (anos)	3	Taxa Contratual (com arredondamento a 1/8 sup)							1,216%
Amortização		Imposto Selo sobre Juros - Isento - Art.º 6 do CA							0,00%
Prestações Mensais a Participadas de Juros		Outros Encargos/ Comissões							0,00%
N.º Prestações por ano	10								
N.º Total de Prestações	120								
Período	Saldo Inicial	Utilização Capital	Amortização	Saldo Final	Juros	Prestação	ISJ	Outros Enc.	Encargos Anuais
2010	4.100.000,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	0,00	4.154,67	0,00	0,00	0,00
2011	4.100.000,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	4.154,67	4.154,67	0,00	0,00	0,00
2012	4.100.000,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	4.154,67	4.154,67	0,00	0,00	0,00
2013	4.100.000,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	4.154,67	4.154,67	0,00	0,00	0,00
2014	4.100.000,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	4.154,67	4.154,67	0,00	0,00	0,00
2015	4.100.000,00	4.100.000,00	0,00	4.100.000,00	4.154,67	4.154,67	0,00	0,00	0,00

2016	1M	2.981.111,11	45.555,56	2.915.555,56	3.000,59	48.556,15	0,00	0,00	
2016	2M	2.916.555,56	45.555,56	2.870.000,00	2.954,43	48.509,99	0,00	0,00	
2016	3M	2.870.000,00	45.555,56	2.824.444,44	2.908,27	48.463,82	0,00	0,00	
2016	4M	2.824.444,44	45.555,56	2.778.888,89	2.862,10	48.417,66	0,00	0,00	
2016	5M	2.778.888,89	45.555,56	2.733.333,33	2.815,94	48.371,50	0,00	0,00	
2016	6M	2.733.333,33	0,00	2.733.333,33	2.769,78	48.325,33	0,00	0,00	
2016	7M	2.733.333,33	45.555,56	2.687.777,78	2.723,61	48.279,17	0,00	0,00	
2016	8M	2.687.777,78	45.555,56	2.642.222,22	2.677,45	48.233,01	0,00	0,00	
2016	9M	2.642.222,22	45.555,56	2.596.666,67	2.631,29	48.186,84	0,00	0,00	
2016	10M	2.596.666,67	45.555,56	2.551.111,11	2.585,13	48.140,68	0,00	0,00	488.839,05
2016	11M	2.551.111,11	0,00	2.551.111,11	2.538,96	48.094,52	0,00	0,00	
2016	12M	2.551.111,11	45.555,56	2.505.555,56	2.492,80	48.048,36	0,00	0,00	
2017	1M	2.505.555,56	45.555,56	2.460.000,00	2.446,64	48.002,19	0,00	0,00	
2017	2M	2.460.000,00	45.555,56	2.414.444,44	2.400,47	47.956,03	0,00	0,00	
2017	3M	2.414.444,44	45.555,56	2.368.888,89	2.354,31	47.909,87	0,00	0,00	
2017	4M	2.368.888,89	45.555,56	2.323.333,33	2.308,15	47.863,70	0,00	0,00	
2017	5M	2.323.333,33	45.555,56	2.277.777,78	2.261,99	47.817,54	0,00	0,00	
2017	6M	2.277.777,78	0,00	2.277.777,78	2.215,82	47.771,38	0,00	0,00	
2017	7M	2.277.777,78	45.555,56	2.232.222,22	2.169,66	47.725,21	0,00	0,00	
2017	8M	2.232.222,22	45.555,56	2.186.666,67	2.123,50	47.679,05	0,00	0,00	
2017	9M	2.186.666,67	45.555,56	2.141.111,11	2.077,33	47.632,89	0,00	0,00	
2017	10M	2.141.111,11	45.555,56	2.095.555,56	2.031,17	47.586,73	0,00	0,00	
2017	11M	2.095.555,56	0,00	2.095.555,56	1.985,01	47.540,56	0,00	0,00	
2017	12M	2.095.555,56	45.555,56	2.050.000,00	1.938,84	47.494,40	0,00	0,00	
2018	1M	2.050.000,00	45.555,56	2.004.444,44	1.892,68	47.448,24	0,00	0,00	
2018	2M	2.004.444,44	45.555,56	1.958.888,89	1.846,52	47.402,07	0,00	0,00	
2018	3M	1.958.888,89	45.555,56	1.913.333,33	1.800,36	47.355,91	0,00	0,00	
2018	4M	1.913.333,33	45.555,56	1.867.777,78	1.754,19	47.309,75	0,00	0,00	
2018	5M	1.867.777,78	45.555,56	1.822.222,22	1.708,03	47.263,59	0,00	0,00	
2018	6M	1.822.222,22	0,00	1.822.222,22	1.661,87	47.217,42	0,00	0,00	
2018	7M	1.822.222,22	45.555,56	1.776.666,67	1.615,70	47.171,26	0,00	0,00	
2018	8M	1.776.666,67	45.555,56	1.731.111,11	1.569,54	47.125,10	0,00	0,00	
2018	9M	1.731.111,11	45.555,56	1.685.555,56	1.523,38	47.078,93	0,00	0,00	
2018	10M	1.685.555,56	45.555,56	1.640.000,00	1.477,22	47.032,77	0,00	0,00	
2018	11M	1.640.000,00	0,00	1.640.000,00	1.431,05	46.986,61	0,00	0,00	
2018	12M	1.640.000,00	45.555,56	1.594.444,44	1.384,89	46.940,44	0,00	0,00	
2019	1M	1.594.444,44	45.555,56	1.548.888,89	1.338,73	46.894,28	0,00	0,00	
2019	2M	1.548.888,89	45.555,56	1.503.333,33	1.292,56	46.848,12	0,00	0,00	
2019	3M	1.503.333,33	45.555,56	1.457.777,78	1.246,40	46.801,96	0,00	0,00	
2019	4M	1.457.777,78	45.555,56	1.412.222,22	1.200,24	46.755,79	0,00	0,00	
2019	5M	1.412.222,22	45.555,56	1.366.666,67	1.154,08	46.709,63	0,00	0,00	
2019	6M	1.366.666,67	0,00	1.366.666,67	1.107,91	46.663,47	0,00	0,00	
2019	7M	1.366.666,67	45.555,56	1.321.111,11	1.061,75	46.617,30	0,00	0,00	
2019	8M	1.321.111,11	45.555,56	1.275.555,56	1.015,59	46.571,14	0,00	0,00	
2019	9M	1.275.555,56	45.555,56	1.230.000,00	969,42	46.524,98	0,00	0,00	
2019	10M	1.230.000,00	45.555,56	1.184.444,44	923,26	46.478,81	0,00	0,00	
2019	11M	1.184.444,44	0,00	1.184.444,44	877,10	46.432,65	0,00	0,00	
2019	12M	1.184.444,44	45.555,56	1.138.888,89	830,93	46.386,49	0,00	0,00	
2020	1M	1.138.888,89	45.555,56	1.093.333,33	784,77	46.340,33	0,00	0,00	
2020	2M	1.093.333,33	45.555,56	1.047.777,78	738,61	46.294,16	0,00	0,00	
2020	3M	1.047.777,78	45.555,56	1.002.222,22	692,44	46.247,99	0,00	0,00	
2020	4M	1.002.222,22	45.555,56	956.666,67	646,28	46.201,83	0,00	0,00	
2020	5M	956.666,67	45.555,56	911.111,11	600,12	46.155,67	0,00	0,00	
2020	6M	911.111,11	0,00	911.111,11	553,96	46.109,51	0,00	0,00	
2020	7M	911.111,11	45.555,56	865.555,56	507,79	46.063,35	0,00	0,00	
2020	8M	865.555,56	45.555,56	820.000,00	461,63	46.017,19	0,00	0,00	
2020	9M	820.000,00	45.555,56	774.444,44	415,47	45.970,99	0,00	0,00	
2020	10M	774.444,44	45.555,56	728.888,89	369,30	45.924,86	0,00	0,00	
2020	11M	728.888,89	0,00	728.888,89	323,14	45.878,70	0,00	0,00	
2020	12M	728.888,89	45.555,56	683.333,33	276,98	45.832,53	0,00	0,00	
2021	1M	683.333,33	45.555,56	637.777,78	230,81	45.786,37	0,00	0,00	
2021	2M	637.777,78	45.555,56	592.222,22	184,65	45.740,21	0,00	0,00	
2021	3M	592.222,22	45.555,56	546.666,67	138,49	45.694,04	0,00	0,00	
2021	4M	546.666,67	45.555,56	501.111,11	92,33	45.647,88	0,00	0,00	
2021	5M	501.111,11	0,00	501.111,11	46,16	45.601,72	0,00	0,00	
2021	6M	501.111,11	45.555,56	455.555,56	0,00	45.555,56	0,00	0,00	
2021	7M	455.555,56	45.555,56	410.000,00	0,00	45.555,56	0,00	0,00	
2021	8M	410.000,00	45.555,56	364.444,44	0,00	45.555,56	0,00	0,00	
2021	9M	364.444,44	45.555,56	318.888,89	0,00	45.555,56	0,00	0,00	
2021	10M	318.888,89	45.555,56	273.333,33	0,00	45.555,56	0,00	0,00	
2021	11M	273.333,33	0,00	273.333,33	0,00	45.555,56	0,00	0,00	
2021	12M	273.333,33	45.555,56	227.777,78	0,00	45.555,56	0,00	0,00	
2022	1M	227.777,78	45.555,56	182.222,22	0,00	45.555,56	0,00	0,00	
2022	2M	182.222,22	45.555,56	136.666,67	0,00	45.555,56	0,00	0,00	
2022	3M	136.666,67	45.555,56	91.111,11	0,00	45.555,56	0,00	0,00	
2022	4M	91.111,11	45.555,56	45.555,56	0,00	45.555,56	0,00	0,00	
2022	5M	45.555,56	45.555,56	0,00	0,00	45.555,56	0,00	0,00	



## Tabela I - Saldos de Fornecedores e Outros Credores em 31 de Dezembro de 2009

		em euros
<b>Dívidas a Terceiros Médio e Longo Prazo</b>		<b>4.352.105,24</b>
<b>Dívidas a Instituições de Crédito</b>		<b>4.352.105,24</b>
23121109	Empréstimo nº 9015/000817/48710019 CGD	34.277,39
23121110	Empréstimo nº 9015/000885/98700019 CGD	69.314,11
23121111	Empréstimo nº 9015/000886/787/0019 CGD	2.737,55
23121113	Empréstimo nº 9015/001211/287/0019 CGD	11.498,57
23121114	Empréstimo nº 9015/001212/087/0019 CGD	34.277,62
2312202	Empréstimo nº 108033761 Millennium	4.200.000,00
<b>Dívidas a Terceiros Curto Prazo</b>		<b>4.963.951,41</b>
<b>Fornecedores C/C</b>		<b>968.596,32</b>
221000001	ADSE - D.G.Prot.Func.Agen.Adm.Publica	37.584,69
221000004	3M Portugal- Minnesota(3M) Portugal, Ld. <sup>a</sup>	884,66
221000007	Agregor Agregados - Extracção de Inertes, S.A.	442,06
221000020	AIRC - Associação Informática da Região Centro	21.489,25
221000025	Almeidas & Amaral, Ld. <sup>a</sup>	359,31
221000028	Foto Brandão	0,00
221000029	CUNFIL - Indústria de Carroçarias, Lda - Carroçari	1.932,00
221000032	Diário de Coimbra	422,00
221000035	Global Notícias	369,84
221000036	Amma - Indústrias de Confecções, SA	0,00
221000041	Dieselbeira - Peças Acessórios Auto, Ld. <sup>a</sup>	105,40
221000046	Gomape de António Mário Dias Marques	14.391,66
221000047	Gonfil - Armaz. Imp. Material Eléctrico, Lda	1.630,34
221000048	Gráfica Ideal	865,49
221000050	Empresa de " A Comarca de Arganil", Lda.	0,00
221000052	Global Notícias	105,58
221000057	Jornal de Arganil - Francisco C. Carv. & Filhos, L	3.107,21
221000064	Armazéns Mont'Alto	0,00
221000070	A.T.A.M. - Associação de Técnicos Administrativos	780,00
221000071	Deco - Associação Portuguesa de Defesa do Consumid	498,80
221000074	José Garcia , Ld. <sup>a</sup>	569,52
221000078	José Marques Simplício, Ld. <sup>a</sup>	198,60
221000082	Frialva - Equip. Ind. Hoteleiros de Fernando H. Ca	12,00
221000083	Correio da Manhã PRESSLIVRE - Imprensa Livre, S.A.	0,00
221000090	Cooperativa Agro-Pecuária da Beira Central, C.R.L.	1.019,14
221000091	Auto F. D. F. Acessórios	2.767,20
221000101	Auto Reparadora Ideal da Gândara, Ld. <sup>a</sup>	84,00



221000108	Avelino Oliveira Paiva Castanheira	28,51
221000118	Euromadeira - Empresa Mad. Industriais, Ld. <sup>a</sup>	0,00
221000120	Hidrocentro - Óleo Hid. Metal. Centro, Ld. <sup>a</sup>	624,18
221000125	Higiene das Beiras - Esmeralda Adelaide L. C. Mend	451,80
221000126	Hotel de Arganil	937,50
221000128	Humberto Poças, S.A.	25.618,45
221000134	César Castelão & Filhos, Lda. - Imprensa Municipal	213,60
221000136	Sodicentro - Comércio de Veículos, Ld. <sup>a</sup>	498,18
221000140	Livraria Almedina	0,00
221000141	Centro de Férias Inatel Piódão	4.625,50
221000143	Café Argus Pastelaria (Gonçalves & Brandão, Lda.)	309,18
221000152	Rádio Clube de Arganil	2.596,00
221000159	Isidoro Correia da Silva, Ld. <sup>a</sup>	11.681,20
221000165	J. Mendes, Lda.	643,08
221000169	Cecoral - Centro Comercial Regional de Arganil, Ld	514,15
221000171	Resopre - Soc. Rev. Aparelhos Precisão, S.A.	1.515,52
221000174	Centro Social Paroquial de Coja	11.241,22
221000184	Agrupamento de Escolas de Coja	0,00
221000191	Típoiauto - Sob. e Aces. Automóveis, Ld. <sup>a</sup>	2.084,18
221000195	Cercol - Comércio Materiais de Construção de Coja,	4.563,37
221000200	Utilar- António Alves de Almeida	4,06
221000203	Vidreira Ideal de Arganil, Ld. <sup>a</sup>	109,08
221000214	Sergauto - Máquinas, Lda	405,42
221000221	Rodoviária da Beira Litoral, S.A.	310.697,33
221000225	Rodrigues & Jacob, Lda.	4.476,46
221000226	Romão Gonçalves Mateus	0,00
221000228	Mário Gonçalves, Lda.	5.771,63
221000230	Silvino & Rainho, Ld. <sup>a</sup>	0,00
221000232	Santa Casa da Misericórdia de Arganil	15.881,72
221000238	Marthas & C. Ld. <sup>a</sup>	2.852,92
221000246	Otis, Elevadores, SA	212,83
221000249	Ourivesaria Costa	290,00
221000252	Pavicer - Pavimentos Cerâmicos, Ld. <sup>a</sup>	10.653,12
221000254	Morgados & C. <sup>a</sup> , Lda.	4.893,58
221000262	Nicrodur- Ac. Equip. Man. Industrial, Ld. <sup>a</sup>	2.057,41
221000271	Ferreira Morais & Morais	1.651,45
221000272	Ferroalva - Ferrag. e Mat. Constr. Alva, Ld. <sup>a</sup>	100,98
221000279	Madeljor - Metalúrgica Saraiva Ribeiro, Lda.	4.781,28
221000280	Socialva - Fábrica de Produtos de Cimento, Lda.	774,00
221000286	Raúl Correia Representações, Ld. <sup>a</sup>	1.930,04
221000288	Cejur - Centro de Estudos Jurídicos Minho	135,00
221000297	Jorge Pires, Lda.	0,00
221000317	Motobessa, Ld. <sup>a</sup>	32,56
221000320	Restaurante "Charles"	140,00
221000321	IncM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A.	36,86
221000323	Beirastexto - Sociedade Editora, SA	76,80
221000326	Stet - Sociedade Técnica Equipamento e Tratores, S	0,00



221000327	Moto Arganilense - Com. e Rep. de Veiculos, Lda.	338,06
221000332	Super Matriz - Loja Alimentar/Bernardo & Ventura,	538,20
221000340	Bp Portugal - Comércio de Combustíveis Lub., S.A.	2.169,50
221000341	Estação de Serviço "A Paragem" Ld. <sup>a</sup>	78,00
221000342	CTT- Correios de Portugal, S.A.	5.600,14
221000348	Schindler - Ascenc./Esc. Rolantes	79,68
221000363	Desibeira - Emp. Desinfecção das Beiras, Ld. <sup>a</sup>	219,46
221000375	Guilherme Martins Pinheiro	80,48
221000391	Reauto-Rep. Eléctricas Auto, de: António José dos S	3.023,84
221000396	Spormex - Soc. Port. de Montagem de Exposições, Ld	2.220,00
221000399	Humberto Mendes Marques	387,12
221000400	Ana Maria Pimenta Mateus Teixeira	520,00
221000419	Viasolar - Energia Solar e Aquecimento, Ld. <sup>a</sup>	178,42
221000434	Tribunal de Contas	15,19
221000436	APPACDM de Coimbra - Associação Portuguesa Pais e	0,00
221000470	Publiotel - Emp. Publ. Turísticas e Hoteleiras, Ld	0,00
221000475	ORTOPÉDIA, LDA.	0,00
221000482	Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	4.840,99
221000495	Corceal - Comércio e Distribuição Gás, Lda.	304,30
221000500	Ersuc - Resíduos Sólidos Centro, S.A.	38.143,22
221000505	PT Comunicações, S.A.	3.254,19
221000525	Esmeralda Adelaide L. C. Mendes Higiene Beiras	480,60
221000539	PT Prime - Sol. Emp. Telec. Sistemas, S.A.	895,57
221000541	Bcp - Banco Comercial Português	54,63
221000545	Direcção Regional do Centro do Ministério da Econo	170,76
221000547	Optimus - Telecomunicações, S.A.	0,00
221000548	SCHMITT - ELEVADORES, LDA.	1.276,67
221000553	António Rodrigues Lagoa	132,00
221000560	Serra do Açor - Associação Desenvolvimento Regiona	17.207,67
221000566	Cáritas Diocesanas de Coimbra	11.720,00
221000568	Auto Sueco - (Coimbra), Ld. <sup>a</sup>	640,82
221000576	Otto Multiservei-Soluções Ambientais, S.A.	72,00
221000587	Centro de Estudos da Beira Serra	420,00
221000597	Wurth-Portugal: Técnicas Montagem, Lda	0,00
221000603	Edições Gailivro.SA	82,63
221000606	Sousa & Martins, Lda	134,40
221000673	Associação Industrial Portuguesa	1.823,67
221000680	Lavandaria e Tinturaria "Cinderela" de:Élio Joaqui	323,00
221000685	LIDL & CIA LOJAS ALIMENTARES	31,32
221000686	Superarganil - Supermercados, S.A. (Intermarché)	7,50
221000693	Nuno Jeremias - Autorectificadora Motores, Ld. <sup>a</sup>	355,68
221000702	Tesoureiro Municipal	0,00
221000741	Guarda Nacional Republicana	3.063,52
221000820	Abal - Areias e Britas de Arganil, Lda	1.396,82
221000823	Alvalabor- Medicina do Trabalho, Lda.	1.710,00
221000840	Mind - Software Multimédia Industrial, SA	715,20
221000866	O Solar dos Pachecos - Restaurante Snack-Bar, Lda.	825,00



221000871	Pincelarte de Abel Lourenço Dinis, Unipessoal, Lda	0,00
221000906	Joaquim Marques Fernandes	35,00
221001088	Argocoja - Comércio de Materiais de Construção, Ld	2.269,57
221001100	Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	5.456,98
221001117	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	0,00
221001139	Luís António Calinas Marques	0,00
221001153	Cmat - Heitor Oliveira, Unipessoal, Lda.	0,00
221001231	Assoc. Humanitária e Social Casa do Povo do Barril	0,00
221001267	Auto Eléctrica Bobinadora de: Marina Vila Nova	606,32
221001270	Motivo - Comércio e Motivação de Mercados, S.A.	0,00
221001520	Soltráfego-Soluções de Trânsito, Estac. e Comunicaç	0,00
221001539	Cinov-Industria e Comercio, SA	567,60
221001542	Farmácia Moderna	68,00
221001570	Quimigal Grupo CUF	2.953,03
221001572	Campeão das Províncias	300,00
221001573	Restaurante "A Grelha"	421,00
221001583	Propesados - Peças e Acessórios, Lda	110,96
221001618	PIRÂMIDE - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	1.838,71
221001639	N.F.Pegado-Empresa Sinalização Publicidade Unipess	379,38
221001660	ALGECO-CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS, S.A.	40.104,40
221001665	EFACEC - Sistemas de Electrónica, SA	1.225,60
221001679	Assoc.Prod. Florestais do Conc. de Arganil	1.381,80
221001685	Talho Boa Carne de Arganil	200,61
221001707	O Vaso de: Carlos Manuel Silva Pereira Almeida	531,19
221001797	LATECMA Lab. Téc.Prod. Man. Segurança, Lda	861,60
221002005	Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A.	60,16
221002014	Tmn-telecomunicacoes Moveis Nacionais	0,00
221002019	Maria Teresa Castanheira Carvalho Fernandes	25,00
221002129	A. Antunes - Comércio M. F. Miudezas, Lda	332,40
221002136	Zorelor, S.A	0,00
221002348	Águas do Mondego-S.Mult.Abast.Água, San.B.Mondego,	59.797,51
221002367	OXICENTRO - MÁQUINAS, LDA.	727,47
221002379	Previchama Prevenção de Incêndios	626,32
221002410	Paulo Teixeira Guerra, Herdeiros	144,10
221002445	PAUTA EM MOVIMENTO - De: Tiago Miguel Antunes Mate	0,00
221002446	Alvalabor-Higiene e Segurança no Trabalho, Ldª	584,40
221002456	Associação de Compartes da Freguesia de Piódão	0,00
221002473	Armando José Rodrigues, Unipessoal, Ldª	1.128,00
221002504	MARCOLINO MOREIRA E SILVA, LDA.	0,00
221002514	António Manuel de Jesus Quaresma	234,00
221002519	DISPROAGRO - PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS, LDA.	0,00
221002539	KONICA MINOLTA B.S.PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA	2.839,42
221002565	David Reis Unipessoal, Lda	0,00
221002619	Tipografia Viseense - Marcelino Gonçalves de Lima	2.226,00



221002642	Consispro-Diagnóstico e Conceção Sistemas Informá	294,00
221002647	BDO bdc & Associados	0,00
221002658	Vipargus - António José Silva Carvalho	345,74
221002676	Eurotubo - Sociedade Materiais para Construção Civ	0,00
221002679	Quimitécnica - Comércio e Indústria Quífmica, SA	1.065,60
221002687	Paulo André da Costa Pinheiro	0,00
221002703	SEILIMP - COMÉRCIO DE PROD.DE HIGIENE E LIMPEZA	3.450,70
221002732	J.N.P. COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, LDA.	0,00
221002734	Lugar à Arquitectura	0,00
221002738	IMPORSEAL, LDA.	910,25
221002754	Gonçalves & Filhos, Lda	316,74
221002767	Lousamel-Coop. Ag. de Ap. da Lousã e Conc. Lim,CRL	0,00
221002775	Centropack - Comércio de Embalagens, Lda	1.737,68
221002787	VAB - Veículos Automóveis das Beiras, Lda	0,00
221002822	Anibal Francisco Carvalho Santos - O Forninho da P	43,00
221002828	Pintucar-Serviço de Reparação de Automóveis,Lda	0,00
221002829	Grafibeira Tipografia e Artes Gráficas, Lda	2.382,00
221002836	Sérgio Oliveira Unipessoal, Lda	776,25
221002849	Restaurante o Manjar-Pérola dos Sabores, Lda	2.962,40
221002853	EDNI - EMP. DIST.DE MAT. INFORMÁTICO, LDA.	535,68
221002868	ITS - Ibérica, Lda	0,00
221002879	Manuel Rui Azinhais Nabeiro,Lda	578,83
221002884	GIGACENTRO - Comércio e Reparação Equip. Escritór	6,41
221002900	Henrique Manuel Varandas André	80,00
221002904	ReciNature	222,00
221002909	Trenmo	6.480,00
221002911	Ricardo José Brito Mendes	30,00
221002922	Bobicentro - Bobinagens do Centro, Lda.	1.386,12
221002929	Eliseu & Sousa, Lda - ELIARTE	30,90
221002936	SERI DOIS Publicidade e artes Gráficas, Lda	288,00
221002938	Síntese, Consultoria em Planeamento, Lda	6.000,00
221003035	Centro de Saúde de Arganil	0,00
221003049	Globalvest	285,12
221003058	Lusavouga - Máquinas e acessórios industriais, S.A	258,00
221003060	Altronix - Sistemas electrónicos	147,60
221003069	ABS - Loja das chaves De: Adelino Brandão Sérgio	62,40
221003082	Cegasa - Comércio de Pilhas, Lda	115,69
221003096	Michaelis & Martins, Lda	0,00
221003102	Climábitus - Manutenção e Climatização,Lda	145,20
221003107	Arte & Meios - publicidade	405,00
221003131	Corbroker Correctores de Seguros, Lda	97,00
221003145	Enkrott Centro - Gestão e Tratamento de Águas, Lda	696,86
221003160	Talho do Sapatinho de: Acácio Luis Dias Reis	0,00
221003164	Impressão Original	0,00





221003189	A. M. Cacho & Bras, Lda	0,00
221003250	REMSA - Aluguer de Máquinas, Lda	7.647,22
221003254	HPG - Tecnologias de Informação, Lda	0,00
221003255	Informa D & B Sociedade Unipessoal, lda	1.680,00
221003256	P.J. Quimicos de Paulo Alexandre Espingarda Jorge	571,12
221003264	José de Almeida Gomes & Filhos, Lda	0,00
221003274	A Beltrónica II Lda	0,00
221003279	José Manuel Martins Fernandes	3.103,20
221003292	Movex III Alug.Venda Mod.Pré-Fabricados Mob.Urbano	0,00
221003301	Produções Editoriais, Lda	0,00
221003313	O Pão Quente 1 Artebolos, Lda	922,10
221003316	Rui Marques Veloso Unipessoal,Lda	58,03
221003330	Farmácia Galvão,Lda	166,20
221003334	EDP - Serviço Universal,S.A.	59.980,09
221003336	Sojormédia Beiras, S.A	1.061,40
221003339	Prosegur Activa	156,00
221003357	Ricoh Portugal, Unipessoal Lda.	1.885,61
221003367	O Sol é Essencial, S.A.	453,60
221003383	Jornal O Castanheirense-Editora:Prazilândia-T.e Am	0,00
221003389	Carlos Manuel Silva Pereira Almeida	0,00
221003402	José Álvaro Neves, Unipessoal, Lda.	900,00
221003418	Leiritrónica - Comércio Material Electrónico, Lda	46,01
221003422	Centro de Acolhimento de Penacova - Associação de	0,00
221003427	Civilinsp Inspecções Técnicas de Gás, Lda	0,00
221003428	Cepsa Portuguesa de Petróleos, S.A.	22.103,32
221003430	Gráfica Santo António de J.T. Oliveira	0,00
221003443	Manuel Silva Pereira, Lda	0,00
221003448	Iberogestão	0,00
221003450	Atrél - Reparadora Agro-Técnica, Lda.	668,21
221003451	ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico	1.600,00
221003455	Simoes & Almeida, Lda	0,00
221003461	Resilei - Tratamentos de Resíduos Industriais, S.A	0,00
221003462	ITCenter, Sousa & Castro, Lda	132,00
221003475	Prieto & Reis, Lda	441,20
221003489	AGECOP - Associação Gestão Cópia Privada	32,45
221003506	ITeCons Instituto de Invest. e Desenv.Tec. C. da C	2.256,00
221003509	Care Cleaning de Maria Alice dos Santos Marques P	1.224,00
221003590	A. Fontes Pereira, Lda	83,05
221003606	LUXOPRINT - Comércio de Material de Papelaria e Ar	492,00
221003613	Jetstand - Montagem de Stands, Feiras e Expos., ld	27.759,60
221003627	Tipografia Beira Alta, Lda	396,00
221003630	Vistas Largas Soluções de Imagem e Publicidade	942,00
221003647	HR Protecção, SA	15,38
221003657	Papelaria Campanário de: Andreia Patrícia Marques	148,15
221003674	BDR - Bandeiras e Mastros, S.A.	155,66
221003680	Urvinapor	426,24



221003682	« O Fontinha » de: António Lopes Fontinha	175,00
221003688	Sandra Maria Babo Moreira	17,50
221003695	Blanche	1.200,00
221003702	Trans Serrano - Aventuras, Lazer e Turismo, Lda	1.400,00
221003706	Digirule Lda	204,00
221003708	Relva Duvitor Produção, Lda	326,48
221003709	Viduedo Desportos	46,20
221003711	Restaurante Aroma Parque de: Maria Celestina Silva	1.596,00
221003719	Biostrument - Consultoria de Desenv. Proj. Bioquím	409,32
221003722	Beira Jardins - Manutenção de Jardins, Lda	7.466,52
221003728	Instituto Nacional de Administração, I.P.	1.500,00
221003729	Gotas Reciclagem e Reparações	27,50
221003733	Inokem Soluções em Químicos, Lda	3.666,00
221003734	Abel Lourenco Dinis-Unipessoal, Lda	48,80
221003741	Luis Augusto Amaro	720,00
221003744	Loja das Máquinas de Costura de Ivone Maria C. Var	13,80
221003748	O Bichinho de Conto - Arte e Livros, Lda	189,12
221003751	Papelaria Campanário de: Fernando M.da Costa Covas	361,95
221003757	Fios de Lua, Unipessoal, Lda. - Restaurante Aroma	238,70
221003769	Mário J. Oliveira & Irmão, Lda.	1.684,32
221003771	ADARTE - Associação Desenvolvimento Musical de Coi	1.200,00
221003788	PARAMÁQUINAS - Comércio de Máquinas e Ferramentas,	303,62
221003790	Casa Torres - Iluminações Decorativas, Lda	16.620,00
221003791	Elevadores Padrão	244,80

**Fornecedores Imobilizado**

		<b>3.009.679,97</b>
2611000007	Agregor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	3.597,41
2611000010	Areia Centro - Construções, SA	177,01
2611000020	AIRC - Associação Informática da Região Centro	6.098,50
2611000029	CUNFIL - Indústria de Carroçarias, Lda - Carroçari	3.646,08
2611000047	Gonfil - Armaz. Imp. Material Eléctrico, Lda	0,00
2611000060	Argoquadros - Fáb. de Caixas e Quadros Eléctricos	102,00
2611000082	Frialva - Equip. Ind. Hoteleiros de Fernando H. Ca	129,60
2611000091	Auto F. D. F. Acessórios	92,04
2611000122	Betão Liz, SA	0,00
2611000128	Humberto Poças, S.A.	0,00
2611000139	Cabena- Cabinas de Benavente, Lda	106.608,00
2611000144	Público - Comunicação Social, SA.	16,34
2611000159	Isidoro Correia da Silva, Ld. <sup>a</sup>	1.093.802,47
2611000169	Cecoral - Centro Comercial Regional de Arganil, Ld	22,70
2611000171	Resopre - Soc. Rev. Aparelhos Precisão, S.A.	4.435,20
2611000195	Cercol - Comércio Materiais de Construção de Coja,	849,96
2611000228	Mário Gonçalves, Lda.	0,00
2611000252	Pavicer - Pavimentos Cerâmicos, Ld. <sup>a</sup>	625,68
2611000272	Ferroalva - Ferrag. e Mat. Constr. Alva, Ld. <sup>a</sup>	0,00
2611000279	Madeljor - Metalúrgica Saraiva Ribeiro, Lda.	5.269,20



2611000280	Socialva - Fábrica de Produtos de Cimento, Lda.	36,00
2611000286	Raúl Correia Representações, Ld. <sup>a</sup>	6.470,36
2611000399	Humberto Mendes Marques	0,00
2611000501	Hidrobomba - Indústria e Comércio de Bombas, Ld. <sup>a</sup>	0,00
2611000503	Etc - Estudos e Trabalhos de Construção, Ld. <sup>a</sup>	0,00
2611000518	EDP - Distribuição Energia, SA	0,00
2611000524	Fonseca & Fonseca, Ld. <sup>a</sup>	13.513,31
2611000588	Areal Editores	20.138,21
2611000676	Luís Alfredo Brito Costa	0,00
2611000820	Abal - Areias e Britas de Arganil, Lda	2.003,45
2611000840	Mind - Software Multimédia Industrial, SA	120,00
2611001088	Argocoja - Comércio de Materiais de Construção, Ld	602,59
2611001107	Fnac Fórum Coimbra	255,98
2611001121	Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda.	57.449,17
2611001145	EDP - Distribuição Energia, SA	646,04
2611001147	Alor - Instalações Técnicas Especiais, Lda	84.968,19
2611001198	Seixas & Simões, Lda.	28.446,00
2611001520	Soltráfego-Soluções de Trânsito, Estac. e Comunicaç	1.464,00
2611001527	Espectro-Sistemas de Informação, Lda	248,16
2611001535	António José & Filhos, LDA	960,66
2611001605	CENTRO DE COMÉRCIO AGRÍCOLA DE SANTARÉM, LDA	443,52
2611001626	Carlos tomás-Cerâmica Artesanal de: José Carlos B.T	0,00
2611001639	N.F.Pegado-Empresa Sinalização Publicidade Unipess	1.759,52
2611001665	EFACEC - Sistemas de Electrónica, SA	346,68
2611001707	O Vaso de: Carlos Manuel Silva Pereira Almeida	1.080,00
2611002115	OMS-Tratamento de águas, Ld <sup>a</sup>	0,00
2611002199	Editorial do Ministério da Educação	115,20
2611002367	OXICENTRO - MÁQUINAS, LDA.	1.292,15
2611002410	Paulo Teixeira Guerra, Herdeiros	112,50
2611002420	Lusogolfe-Soc. Portuguesa de Minigolfe, Ld <sup>a</sup>	0,00
2611002442	Nautilus - Indústria e Comércio de Mobiliário, S.A	0,00
2611002539	KONICA MINOLTA B.S.PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA	0,00
2611002703	SEILIMP - COMÉRCIO DE PROD.DE HIGIENE E LIMPEZA	191,52
2611002726	Construções Castanheira & Joaquim, Ld <sup>a</sup>	24.961,97
2611002734	Lugar à Arquitectura	14.100,00
2611002754	Gonçalves & Filhos, Lda	50,23
2611002853	EDNI - EMP. DIST.DE MAT. INFORMÁTICO, LDA.	39.612,83
2611002862	António Oliveira Fernandes & Filhos, Lda	32.016,73
2611002868	ITS - Ibérica, Lda	52,44
2611002920	Lojas Hello Electrodomésticos	1.729,98
2611002925	Manuel Teixeira da Silva Moreira	0,00
2611003055	Digiconta - Comércio equipamentos de escritório, L	870,00
2611003057	GHESA Ingeniería y Tecnología, SA	1.012,20
2611003058	Lusavouga - Máquinas e acessórios industriais, S.A	258,00



2611003161	Joaquim Fernandes Marques & Filhos, S.A.	580.738,87
2611003251	Liebherr - Máquinas Construção Portugal, Lda.-	4.258,22
2611003290	Manutan -Unipessoal Lda	144,60
2611003339	Prosegur Activa	7.375,19
2611003389	Carlos Manuel Silva Pereira Almeida	0,00
2611003396	Ramal Pombeiro - Construções, Lda	42.473,25
2611003398	Gabimarão - Construções SA	547.935,44
2611003429	Pr'Hotel - Equipamentos Hoteleiros, Lda.	24.325,09
2611003446	Lúcia Almeida Alves Martins	0,00
2611003449	Socitop Transportes Unipessoal, Lda	0,00
2611003453	Vortal - Comércio Electrónico, Consultadoria e Mul	0,00
2611003456	Larus Artigos para Construção e Equipamentos, Lda	0,00
2611003473	José Manuel Vieira da Silva	0,00
2611003484	MOFASE-Gabinete de Obras e Arquitectura, Lda	158.400,00
2611003485	Polave, Construções, L.da	48.593,73
2611003486	Projecto Alba, Unipessoal, Lda	2.006,40
2611003590	A. Fontes Pereira, Lda	2.174,27
2611003592	Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, SA	4.515,00
2611003595	LRP - Britas do Centro, SA	2.707,09
2611003600	Minfo - Comércio de Micro Informática, Lda.	414,92
2611003661	Luis Coelho Unipessoal, Lda	1.517,37
2611003667	Schröder Iluminação, S.A.	4.846,06
2611003675	Papelaria Universal, Lda.	204,00
2611003699	Musicsom - Instrumentos Musicais de Luis Filipe C	456,01
2611003701	Oferqual, Lda	288,00
2611003710	O Som e a Fúria	17,50
2611003713	J. P. Sá Couto, S.A.	950,83
2611003715	Casa Pinheiro	63,78
2611003722	Beira Jardins - Manutenção de Jardins, Lda	1.763,68
2611003727	Gamalusa - Sistemas Inovação A. E. Alternativas, L	2.079,60
2611003758	RIS 2048 Sistemas Informáticos e Comunicações, Lda	812,47
2611003781	Matos e Ribeiro, Lda.	394,80
2611003783	Cerâmica Vale da Gândara, S.A.	7.173,24
2611003803	K de Livro - Livraria e Papelaria, Lda.	250,78
<b>Retenções ao Pessoal</b>		<b>2.095,16</b>
26201	Pensão de Alimentos	205,05
26202	Sentença Judicial	741,36
26203	Seguro de Grupo	40,44
26205	Abono de Família (desconto)	36,23
2631	STAL	913,31
2634	ATAM	49,89
2637	S.I.N.T.A.P.	108,88
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>		<b>37.059,87</b>
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	15.376,13
2421	Trabalho dependente	15.016,13



2422	Trabalho independente	360,00
244	Restantes Impostos	245,86
2441	Imposto Selo Cobrado	245,86
244103	Outros Contratos (08.0.0.0)	85,00
244105	Outras Licenças	160,86
24410501	Outras Licenças (12.5.1.0)	37,11
24410502	Outras Licenças (12.5.2.0)	27,75
24410505	Outras Licenças (12.5.1.0)	96,00
245	Contribuições para a Segurança Social	21.229,36
2451	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	2.420,47
245101	Retenções dos Funcionários (ADSE)	2.420,47
2452	Caixa Geral de Aposentações	13.638,10
245201	Retenções dos Funcionários (CGA)	13.638,10
2453	Segurança Social - Regime Geral	5.170,79
245301	Retenções dos Funcionários TSU	5.170,79
249	Outras tributações	208,52
24901	Receitas do Estado	80,50
2490107	SEF	3,50
249010701	Taxa de Registo cidadãos estrangeiros	3,50
249011	Direcção Geral das Florestas	77,00
2490111	Cartas de Caçador	77,00
24901114	Renovação	77,00
24904	Instituto Português da Qualidade	128,02
2490401	Taxas de Aferição	38,70
2490402	Taxas de Aferição (passagem)	89,32
<b>Administração Autárquica</b>		<b>31.919,13</b>
2641000538	Associação de Municípios da Beira Serra	5.186,54
2642000422	Câmara Municipal de Penacova	227,31
2642000423	Câmara Municipal de Tábua	179,70
2642002969	Município de Oliveira do Hospital	524,75
2645002395	Associação de Freguesias de Direito Público de Arg	2.000,00
2646000045	Freguesia do Sarzedo	4.509,54
2646000089	Freguesia de Anseriz	1.995,19
2646000092	Freguesia de Arganil	39,90
2646000099	Freguesia da Benfeita	3.748,20
2646000100	Freguesia de Cerdeira	299,28
2646000103	Freguesia de Moura da Serra	430,24
2646000106	Junta de Freguesia do Piódão	2.000,18
2646000107	Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça	1.698,13
2646000109	Junta de Freguesia de Teixeira	3.693,56
2646000390	Freguesia de Pombeiro da Beira	4.774,49
2646000571	Freguesia de Barril de Alva	612,12
<b>Outros Credores</b>		<b>128.963,61</b>
2681000068	Assistência Folquense	3.256,28
2681000318	Associação Atlética de Arganil	10.000,00



2681000585	Centro de Ciclismo da Benfeita	0,00
2681000619	Rancho Infantil e Juvenil de Coja	1.250,00
2681001538	Comissão de Melhoramentos de Pardieiros	145,00
2681001748	ASSOCIAÇÃO RANCHO FOLCLÓRICO DA RIBEIRA DE CELAVIS	2.500,00
26841000232	Santa Casa da Misericórdia de Arganil	21.280,01
26841000410	Centro Social Paroquial de Benfeita	0,00
26841000560	Serra do Açor - Associação Desenvolvimento Regiona	3.000,00
26841000689	Associação dos Bombeiros Voluntários Argus	250,00
26841000785	A. E. M. - Associação Europeia Montanha	1.700,00
26841003469	Associação de Desenvolvimento Turístico "Aldeias H	0,00
26841003801	K & Batuna - Tuna Académica da Escola Superior de	50,00
26842000449	Comissão de Melhoramentos e Beneficência do Pisão	780,00
26843000184	Agrupamento de Escolas de Coja	3.830,08
26843000415	Agrupamento de Escolas de Arganil	5.250,00
26843002468	ESA - ESCOLA SECUNDÁRIA ARGANIL	15.704,64
26844000633	Filomena Maria Fernandes Albuquerque	37,88
26844001321	Carlos Alberto Pereira Nunes	42,40
26844001496	Rosalina Travassos Almeida Castanheira	40,76
26844001619	Maria Helena do Nascimento Campaniço	40,76
26844001812	Maria de Fatima Coelho Melo	33,67
26844001882	Maria de Lurdes Antunes Marques Fernandes	16,84
26844001888	Anabela Piedade Rodrigues	37,88
26844001890	Maria Esmeralda Rosa Correia Augusto	20,38
26844001904	Elsa Maria Marques da Fonseca Augusto	11,26
26844001917	Teresa Maria Oliveira Dias	39,32
26844001932	Maria Adelaide Dias André Cunha	14,16
26844001961	Adília Maria Antunes Rosa Torgal	18,94
26844001962	Virginia Maria Jorge Esteves Carvalho	14,16
26844002167	António Neves Duarte	4.802,00
26844002315	Paula Cristina Guedes Francisco Lopes	16,84
26844002320	Ana Cristina Quaresma Alves	16,84
26844002321	Maria Alice Batista Dias Ricardo	20,38
26844002357	Silvina de Jesus Coisinha	42,40
26844002620	Luisa Maria Costa Rodrigues	14,16
26844002631	Paula Maria dos Santos Marques	37,88
26844002652	Maria Otilia Batista Dias Ferreira	14,16
26844002892	Isabel Margarida Moniz Cordeiro	33,67
26844002972	Lucília Lopes D. Martins	20,38
26844002983	Rosa Maria de Jesus Alves	37,88
26844002989	Maria do Rosario Gomes Neves Marques	28,32
26844002991	Carla Sofia de Jesus Veiga	40,76
26844002993	José Carlos Carvalho Rodrigues	20,38
26844002994	Maria Ivone Oliveira Henriques	20,38
26844003118	António Mário Conceição Soares	0,40
26844003128	Anabela Correia das Neves Fernandes	37,88
26844003171	Sofia Catarina Martins da Costa Domingues Ribeiro	70,00
26844003207	Florbela Costa Piedade	40,76



26844003228	Elisabete S. Manaia Duarte	37,88
26844003240	Maier Melanie Rosa	42,40
26844003241	Maria Isabel Costa Reis	22,52
26844003442	Ana Maria Brito - Produção de Doces e Licores, Lda	70,00
26844003515	Ana Lúcia Simões Sérgio	16,84
26844003523	Ana Cristina Henriques da Silva	18,94
26844003525	Rute Isabel Martins Silva Pereira	66,20
26844003528	Ana Paula Silva Rosa	18,94
26844003532	Liliana Alexandra Simões Carvalho	40,76
26844003537	Júlia Adelaide N R Mota Ferreira	40,76
26844003540	Ana Paula Sobral dos Santos Florêncio	28,32
26844003541	Helena Maria Fernandes Monteiro	28,32
26844003552	Cristina Maria Fernandes Baião	33,67
26844003555	Maria Elisa Fidalgo Duarte Teixeira	33,67
26844003557	António Carlos Dias da Cunha Nogueira	16,84
26844003562	Catarina Alexandra Batista Simões	16,84
26844003566	Paulo Jorge Martins Silva	14,16
26844003570	Maria de Fátima Albino Marques Pereira	21,20
26844003574	Teresa Maria Dias Pinto Santos	16,84
26844003575	Claudia Sofia Gaspar Trindade Pereira	16,84
26844003580	Madalena Maria Mota	22,52
26844003581	Isabel Maria Vieira Lourenço	22,52
26844003584	Carlos Manuel de Almeida Gonçalves	23,33
26844003587	Jason Richard Wincott	22,52
26844003589	Ana Margarida Martinho A. L. Miranda	16,84
26844003612	António Alves Pombo	30,00
26844003735	Augusto Manuel Das Neves Filipe	40,00
26845000174	Centro Social Paroquial de Coja	15.615,00
26845000582	Centro Social Paroquial do Sarzedo	6.565,75
26846003423	Confraria do Bucho de Arganil	1.000,00
268601000668	Caixa Geral de Depósitos	29.953,51
268603000541	Bcp - Banco Comercial Português	0,00
26881002149	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Arganil	283,00
26881002814	Argobeiras - Construção Civil, Lda	51,60
26881003691	Construtora Barrilense, Lda	2,40
26881003808	Laura Maria Santos Bento Ventura	32,79
26881003478	Armando Rodrigues Dias	0,00
<b>Credores por depósitos de garantia</b>		<b>290.100,70</b>
268511000053	Argoconstrutora - Construção Civil, Ld.ª	509,10
268511000094	Construções Santos Nunes	0,00
268511000127	C. A. Construtora do Alva, SA	0,00
268511000159	Isidoro Correia da Silva, Lda	0,00
268511000217	Serlux - Ilumin. Sinal. e Obras Públicas, Ld.ª	96,10
268511000239	Sopovico- Soc. Port. Vias Comunicação, S.A.	0,00
268511000485	Tricivil - Obras Públicas e Construção Civil, S.A.	4.613,21
268511000486	Construções Alfredo Rodrigues José, Ld.ª	12.463,67



268511000487	Pereira & Fragoso, Ld. <sup>a</sup>	1.989,47
268511000488	José Ramiro Moreira Dias	1.658,00
268511000489	Antonino Madeira Gouveia & Filhos, Lda.	17.332,84
268511000490	Energicentro- Energia Renovável, Ld. <sup>o</sup>	1.282,00
268511000491	José Nogueira Elias, Ld. <sup>a</sup>	13.490,13
268511000503	Etc - Estudos e Trabalhos de Construção, Ld. <sup>a</sup>	209,21
268511000524	Fonseca & Fonseca, Ld. <sup>a</sup>	0,00
268511000611	Carlos Gil, Lda. - Obras Públicas	122,61
268511000613	José A. Guardado Carvalho & Filhos, Lda.	1.184,82
268511000616	Redevias - Sociedade Construções e Vias, SA	8.981,51
268511000802	Construções J. Ramiro, Lda	22,59
268511000870	Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Ld. <sup>o</sup>	0,00
268511001121	Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda.	2.097,71
268511001208	Construções Eduardo Nunes Ferreira, Lda	0,00
268511001265	Hidrosado Comércio Ind.Equip.Ind.Ag.Lda	488,00
268511001540	Construções da Urgueira, Lda.	0,37
268511001616	Paulo Jorge Peres Pereira - Loja do Xisto	1.197,11
268511002025	Electrificadora Taveirense, L.da	0,00
268511002115	OMS - Tratamento de águas,Lda	0,00
268511002260	Paulo & Filhos , Lda	0,00
268511002436	José Agostinho Jesus Nunes, Lda	0,00
268511002682	Terserra	2.063,44
268511002726	Construções Castanheira & Joaquim,Lda	0,00
268511002871	Neves & Martinho, Lda	0,00
268511003189	A. M. Cacho & Brás	0,00
268511003396	Ramal Pombeiro - Construções, Lda	0,00
268511003398	Gabimarão - Construções, S.A	0,00
26851200005301	Argocons.- Construção Pousada Piódão	310,91
26851200005302	Argocons.- Parque Viaturas B.V. Arganil	518,68
26851200005305	Argocons.- Remodelação Campo Dr. Eduardo Ralha	914,27
26851200009401	Const. Santos Nunes-Cabeça Rede Posto Transf.Piódã	385,00
26851200009402	Const. Santos Nunes-Muros Prot. Reposição Linha Ág	172,00
26851200009403	Const. Santos Nunes-Prolongamento Dreno ETAR Piódã	241,00
26851200009404	Const. Santos Nunes-Benef. Muros Vedações ETAR Pio	1.014,00
26851200012701	C.A.Construtora Alva-Benef. Gândara/Sobreiral/EN17	70.142,25
26851200012702	C.A.Construtora Alva-Benef. Cam.Rural Sarnadela/Al	2.151,20
26851200015901	Isid. Correia Silva-Ben.LigS.Mart.Pomb.Beira Vilari	11.464,02
26851200015903	Isid. Correia Silva-Ben.Arrum.Est.Cam.Mun.ParteIII	5.412,91
26851200015904	Isid. Correia Silva-Caminho das Areias	2.149,13
26851200015905	Isid. Correia Silva-Reab.Est.Acess.Sant.Montalto	4.532,66
26851200015906	Isid. Correia Silva-Sinalização Horizontal	180,00
26851200015907	Isid. Correia Silva-Reab. Lig. Vinhó/ Casal S.João	3.252,53
26851200023901	Sopovico-Const. Passeios Variante Sobreiral	4.842,99
26851200023902	Sopovico-Reg. Mistura Betuminosa EN342-4	963,31
26851200023903	Sopovico-Tratamento Superf. EM522 Urgueira e EM 52	147,73





26851200048501	Tricivil- Praia Fluvial Peneda Talhada	292,51
26851200048601	Const.Alf.Rod.José-Arranjos Ext. Esc. Primária Ben	748,17
26851200048602	Const.Alf.Rod.José-Depósito Circ Descoberto StQuit	412,63
26851200048603	Const.Alf.Rod.José-Req. Frentes Fluviais 2.ª Fase	3.481,70
26851200048604	Const.Alf.Rod.José-Calçamento Sarzedo	25,00
26851200048605	Const.Alf.Rod.José-Depósitos Circul. Esculca Medas	1.962,14
26851200048606	Const.Alf.Rod.José-Reconstrução Muro Anceriz	225,75
26851200048607	Const.Alf.Rod.José-Reservatórios Água Potável Bice	4.915,96
26851200048701	Pereira&Fragoso-Água, Sanear Esc. Primária Folques	335,75
26851200048702	Pereira&Fragoso-Requalificação Largo Casal S. João	2.362,57
26851200048703	Pereira&Fragoso-Requalificação Largo da Fonte	972,66
26851200048704	Pereira&Fragoso-Req. Largo Igreja Matriz S. Mart.	1.729,42
26851200048705	Pereira&Fragoso-Arranjos Escola Primária Folques	3.474,25
26851200048706	Pereira&Fragoso-Arranjos Complem. Igr. Matriz S.Ma	587,82
26851200048901	AntoninoMadGouv-Trab. Complementares	386,00
	Frent.Fluvia	
26851200048902	AntoninoMadGouv-Calçadas granito Benfeita	145,08
26851200048903	AntoninoMadGouv-Arranjos Ext. Cent. Activ. Juvenis	3.399,86
26851200061301	JoséA.Guardado-Mov. Terras Sub-Paço	3.013,53
26851200061302	JoséA.Guardado-Mov. Terras Zona Ind. Relvinha	4.455,42
26851200061601	Redevias- Benef. Estrad. Ac. Arruamentos Freg. Arg	3.846,75
26851200087001	AmadeuGonçalvesCura-Acesso Parq. Est. Piódão	438,65
26851200087002	AmadeuGonçalvesCura-Escola Pombeiro Beira	469,49
26851200112101	CiprianoPereiraCarvalho-Etar Cortiça 2.ª Fase	2.901,70
26851200112102	CiprianoPereiraCarvalho-Forn.Mont. Etar	760,96
	CompactNog	
26851200112103	CiprianoPereiraCarvalho-Acess. Piódão Parte III	3.565,63
26851200120802	Const.EduardoNunesFerreira-Vedação Escola Coja	1.453,50
26851200154002	ConstruçõesUrguerira-Reparações Esc. Secun. Argan.	1.116,91
26851200202501	ElectrificadoraTaveirense-Capela Póvoa Rainh.Santa	229,88
26851200211501	OMS-Forn. Concep. ETAR Zona Ind. Vale Fojo	63,62
26851200211502	OMS-Forn. Montagem ETAR Nogueira	1.648,73
26851200243601	JoséAgosJesusNunes-Imóveis Particulares 5.ª fase	1.317,56
26851200243602	JoséAgostJesusNunes-Imóveis Part. 4.ª fase	1.173,90
26851200243603	JoséAgosJesusNunes-Imóveis Particulares 3.ª Fase	830,50
26851200268201	Terserra-Arr.EStr.Caminhos Munci. Parte I	2.042,80
26851200268202	Terserra-Benef. Acessibilidades Piódão Parte I	1.140,18
26851200268203	Terserra-Tratamento Superficial Troço CM1333// Cov	24,00
26851200268204	Terserra-Pav. Centro Social do Sarzedo	915,81
26851200272601	ConstCastanheira&Joaquim-Reconst Muro Chãs	2.289,52
	D'Égua	
26851200272602	ConstCastanheira&Joaquim-Mini campo Polidesp.	582,20
	Coja	
26851200287101	Neves&Martinho-Sede J. Freg. Pomb. Beira	336,08
26851200288001	Const. J.J.R.&Filhos-Benef.Estr.PortTeixeirRelvCart	487,87
26851200316101	JoaquimFernandesMarques-Centro Empresarial	852,57
26851200339601	RamalPombeiro-Demolição Imóveis Ruínas	615,00
26851200339602	RamalPombeiro-Arranj. Exteriores Jardim Inf. Paço	1.536,16



---

26851200339603	RamalPombeiro-Pavimento Ruas Concelho CubosGranito	2.375,25
26851200344701	ERESERV- Relva Sintética Jardins Infância	632,50
26851200359201	Tecnovia-Relva Sintética Campo Futebol Dr. Ed. R.	12.852,28
268513	Cauções Diversas	21.471,61
268514	Empreitadas e Fornecimentos - conta de passagem	8.397,79
268522	Loteamentos - Publicidade	170,80
268524	Execuções Fiscais	0,00
268527	Honorários Peritos/ Vistorias	2.037,80
<b>Acréscimo de Custos</b>		<b>495.536,65</b>
2739	Acréscimo de Custos	495.536,65



Município de Arganil					
BALANÇO					
ANO : 2009					
Codigo das Contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2009			2008
		AB	AP	AL	AL
	<b>Imobilizado</b>				
	<b>Bens de domínio público</b>				
451	Terrenos e recursos naturais	585.525,11	90.620,21	454.578,90	583.925,94
452	Edifícios	19.171,23	1.243,71	17.527,52	18.342,93
453	Outras construções e infra-estruturas	4.276.010,99	595.274,26	3.680.736,73	3.719.806,53
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público	22.077.831,06	7.111.580,09	14.566.251,03	15.958.210,35
445	Imobilizações em curso	3.842.211,37		3.842.211,37	921.859,86
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		36.833.823,76	7.798.718,23	23.032.185,55	21.242.145,01
	<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
431	Despesas de instalação	569.155,12	243.355,83	325.763,29	108.021,01
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	161.635,78	103.514,50	58.125,28	28.449,73
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		730.790,90	346.870,33	383.888,57	136.470,74
	<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	2.639.716,07		2.639.716,07	2.445.569,10
422	Edifícios e outras construções	17.235.163,29	2.228.210,65	15.007.942,56	15.167.639,33
423	Equipamento básico	2.492.433,97	2.171.448,73	318.885,24	310.727,52
424	Equipamento de transporte	1.835.146,65	1.247.410,55	587.735,95	569.941,43
425	Ferramentas e utensílios	55.026,54	35.383,73	18.644,81	20.984,73
426	Equipamento administrativo	1.059.866,00	999.930,11	60.957,89	103.233,65
427	Taras e vestígame				
429	Outras imobilizações corpóreas	3.943,35	1.279,55	663,76	876,66
442	Imobilizações em curso	2.701.285,47		2.701.289,47	366.839,10
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		28.021.559,26	6.685.663,50	21.335.835,75	18.985.310,52
	<b>Investimentos Financeiros</b>				
411	Partes de capital	230.874,98		230.874,98	230.874,98
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		230.874,98	0,00	230.874,98	230.874,98
	<b>Circulante</b>				
	<b>Existências</b>				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	99.239,36		99.239,36	150.423,02
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos				
33	Produtos acabados e intermédios				



Município de Arganil					
BALANÇO					
ANO : 2009					
Código das Contas POCAL		Exercício			
		AB	2009 AP	AL	2008 AL
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		99.239,36	0,00	99.239,36	150.423,02
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>				
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	22.656,46		22.656,46	14.657,57
212	Contribuintes, c/c	9.710,87		9.710,87	7.661,85
213	Utentes, c/c	4.625,23		4.625,23	2.319,81
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança devidos				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2519	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	34.237,65		34.237,65	35.437,97
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	578.708,31		578.708,31	340.775,74
		649.998,52	0,00	649.998,52	404.952,94
	<b>Títulos negociáveis</b>				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
16	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>				
12	Depósitos em instituições financeiras	459.792,21		459.792,21	561.392,25
11	Caixa	5.186,89		5.186,89	1.577,74
		467.979,09		467.979,09	562.969,99
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
271	Acréscimos de proveitos	46.714,66		46.714,66	153.153,24
272	Custos diferidos	46.944,36		46.944,36	24.877,94
		93.659,02		93.659,02	178.029,08
	<b>Total de amortizações</b>		14.831.252,06		
	<b>Total de proveitos</b>		0,00		
	<b>Total do activo</b>	61.094.972,68	14.831.252,06	46.263.680,82	41.891.076,26



Município de Arganil			
BALANÇO			
ANO : 2009			
Codigo das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2009	2008
	<b>Fundos próprios</b>		
51	Património	28.246.700,35	27.410.737,55
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	<b>Reservas</b>		
571	Reservas legais	356.718,67	312.773,25
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	2.078,71	2.078,71
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transferido		
88	Resultado líquido do exercício	533.616,75	878.928,20
		29.128.114,55	28.604.487,76
	<b>Passivo</b>		
292	Provisões para riscos e encargos		
		0,00	0,00
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>		
2312	Dívidas a instituições de crédito	3.619.549,93	4.360.353,65
2612	Fornec. Imob. em Sist. Locação Financeira		
		3.619.549,93	4.360.353,65
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>		
2311	Empréstimos de curto prazo	532.155,31	541.988,38
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	568.696,32	558.388,45
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Ciêntias e utentes c/ caução		
219	Adiantamentos de ciêntias, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	3.009.679,97	405.881,52
24	Estado e outros entes públicos	37.059,87	36.567,14
264	Administração autárquica	38.519,15	24.434,36
262 + 263 + 257 + 268	Outros credores	421.159,67	363.262,30
216	Consumidores de Água		
		5.000.570,07	4.534.522,13
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273	Acréscimos de custos	495.536,55	402.794,96



Município de Arganil			
BALANÇO			
		ANO : 2009	
Codigo das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2009	2008
274	Provetos diferidos	7.809.509,62	6.988.977,56
		8.305.046,27	6.951.702,54
	Total dos fundos próprios e do passivo	44.263.603,82	41.694.076,28
<p style="text-align: center;"><b>ORGÃO EXECUTIVO</b></p> Em .. de ..... de .....		<p style="text-align: center;"><b>ORGÃO DELIBERATIVO</b></p> Em .. de ..... de .....	



---

## **Recortes de imprensa**

**Recorte I – Diário de Coimbra, 15 de Julho de 2006**

**Recorte II - Diário de Coimbra, 16 de Julho de 2006**

**Recorte III – Diário «As Beiras», 17 de Julho de 2006**

**Recorte IV – Diário «As Beiras», 18 de Julho de 2006**

**Recorte V – A Comarca de Arganil, 18 de Julho de 2006**

**Recorte VI - Diário de Coimbra, 18 de Julho de 2006**

**Recorte VII - Diário de Coimbra, 19 de Julho de 2006**

**Recorte VIII – A Comarca de Arganil, 25 de Julho de 2006**

**Recorte IX – Jornal de Arganil, 27 de Julho de 2006**

**Recorte X – Diário «As Beiras», 31 de Janeiro de 2008**

**Recorte XI – A Comarca de Arganil, 5 de Fevereiro de 2008**

**Recorte XII – Jornal de Arganil, 7 de Fevereiro de 2008**

**Recorte XIII - Diário de Coimbra, 02 de Setembro de 2009**

# Homem desapareceu devido a enxurradas

Um indivíduo de Oliveira do Azeméis foi ontem arrastado pelas enxurradas que se verificaram em Piódão. As buscas para encontrar o homem prosseguem hoje, mas, segundo os bombeiros, há pouca probabilidade de ser encontrado com vida

MARGARDA ALVAREZ

Um indivíduo está desde ontem desaparecido da aldeia de Piódão, concelho de Arganil, na sequência das fortes chuvas e trovoadas que asso-

laram a região durante a tarde. O alerta foi dado cerca das 16h40, pouco depois do início do mau tempo e, até às 21h00 de ontem, o indivíduo continuava desaparecido.

Segundo o comandante dos Bombeiros Voluntários de

Coja, o homem encontrava-se à beira da piscina natural de Piódão, quando foi «apanhado pelas enxurradas» e levado pelo pequeno ribeiro que atravessa a aldeia. Ontem, até às 21h00, o homem continuava desaparecido e, segundo Paulo Tavares, «será difícil encontrá-lo com vida».

O alerta para o desaparecimento foi dado por trabalhadores da Câmara Municipal de Arganil que procediam a

trabalhos de alargamento na estrada de Piódão. «Aperceberam-se que o homem foi levado pela enxurrada», disse o comandante. No local estiveram 49 bombeiros apoiados por nove viaturas, das corporações de Coja, Arganil e Oliveira do Hospital, para além de um helicóptero que sobrevoou, com dificuldade, a zona. «Percorremos seis quilómetros ao longo do leito do ribeiro»,

explicou Paulo Tavares, informando que hoje as operações de busca recomeçam pelas 8h30.

O desaparecido, de Oliveira do Azeméis, estaria com a família a passar férias em Piódão. O homem foi levado pelas águas de um «ribeiro estreito» que desagua no rio Alva.

Para além das operações de busca, a tarefa dos bombeiros estendeu-se à desobstrução de estradas que ficaram com-

pletamente intransitáveis, tal era a quantidade de terra e de lama. Aliás, disse Paulo Tavares, só ao final da tarde é que os veículos «com alguma dificuldade» conseguiram circular.

Foram cerca de 15 minutos de «enormes» chuvas (entre as 16h30 e as 16h45) que foram suficientes para obstruir estradas, soterrar dois veículos e destruir metade do parque de estacionamento do Piódão. ■

in: Diário de Coimbra  
no 25617, pag. 22  
15 julho 2006



# Homem levado pela enxurrada continua desaparecido

**As buscas para encontrar o indivíduo que ontem foi levado pela enxurrada em Plódão revelaram-se infrutíferas. Os trabalhos recomeçam hoje a jusante, no rio Alva**

**MARICIA ALVES**  
O indivíduo que na sexta-feira foi levado pelas enxurradas na aldeia do Plódão continua

desaparecido, apesar das intensas buscas a que ontem se procedeu no terreno. O homem, de 34 anos, foi levado pelas águas da ribeira que atravessa a aldeia, poucos minutos depois das fortes chuvadas e granizo que caíram sobre a região.  
Ontem, durante todo o dia, quatro equipas, num total de 12 homens, percorreram a pé as margens da ribeira para onde o

homem terá sido levado, num total de 12 quilómetros. Também uma equipa de busca e salvamento, composta por dois homens e dois cães, «percorreu todo o percurso da ribeira», mas não encontrou «nenhum vestígio», disse o comandante dos Bombeiros Voluntários de Coja. Os trabalhos dos bombeiros de Coja, Arganil e Oliveira do Hospital, estenderam-se à remoção

do entulho da piscina natural, onde o homem se encontraria no momento da tempestade. «Removemos cerca de 500 metros cúbicos de pedra e terra na esperança que o homem estivesse soterrado», afirmou Paulo Tavares que, até final do dia, esperava ter todo o entulho retirado da piscina.  
Até às 21h00 de ontem, o indivíduo continuava desapare-

cido e «com poucas possibilidades de ser encontrado com vida». Hoje as buscas prosseguem «mais a jusante», já no rio Alva, onde desagua a ribeira, informou o comandante.  
O homem, de Oliveira de Azeméis, de 34 anos, está desaparecido desde as 16h40 de sexta-feira, pouco depois do início do mau tempo que se verificou na aldeia do Plódão.

Segundo o comandante, o homem encontrava-se à beira da piscina natural de Plódão, quando foi «apanhado pelas enxurradas» e levado pelo pequeno ribeiro. O alerta para o desaparecimento foi dado por trabalhadores da câmara de Arganil que procediam a trabalhos de alargamento na estrada de Plódão. «Aperceberam-se que o homem foi levado pela enxurrada», contou.

in Diário de Coimbra  
no 25618, Pág. 11  
16 julho 2006

# Bombeiros não encontram vítima da enxurrada no Piódão

As buscas para encontrar o homem arrastado sexta-feira por uma enxurrada no Piódão prosseguiram ontem, sem êxito, pelo terceiro dia consecutivo.

**A** meio da tarde de ontem, os bombeiros continuavam sem qualquer indício do desaparecido arrastado pela enxurrada de pedras e lama quando estava junto às piscinas naturais da aldeia do Piódão.

O incidente que vitimou o homem, de 34 anos, residente em Oliveira de Azeméis, ocorreu pelas 16H30 de sexta-feira, na sequência de chuva torrencial e queda de granizo.

"Até agora não encontramos nada, nenhum indício", declarou o comandante dos Bombeiros Voluntários de Coja, Paulo Tavares.

Os bombeiros e elementos da GNR que participam nas buscas centraram ontem a sua atenção nos cursos de água a montante e jusante de Vide, depois de nos dois últimos dias terem percorrido a pé, por quatro vezes, os

12 quilómetros do leito da ribeira do Piódão.

"Iniciámos as buscas em Vide em direcção à Ponte das Três Entradas (no rio Alva, afluente do Mondego) e em direcção ao Piódão (rio Alvoco)", explicou o comandante dos bombeiros.

Por seu turno, as piscinas naturais da aldeia do Piódão e também uma represa junto a Vide foram limpas de entulho e detritos acumulados, igualmente sem resultados quanto ao desaparecido.

Durante o dia de ontem, as equipas de busca percorreram, segundo Paulo Tavares, um total de 22 quilómetros.

Nos trabalhos de busca participam ontem 30 bombeiros de três corporações, auxiliados por sete viaturas, duas escavadoras e três elementos da GNR com dois cães.

"Não encontramos nem uma peça de roupa, nem um sapato, nada que nos pudesse dar uma pista", diria ainda o comandante Paulo Tavares, salientando que já foi percorrida por três vezes a zona do leito da ribeira do Piódão, que se estende por cerca de 12 quilómetros.

Envolvidos nas buscas, têm



A ALDEIA histórica foi atingida na passada sexta-feira por chuva torrencial

estado as corporações de bombeiros de Coja, Arganil e Oliveira do Hospital. Esteve ainda en-

volvido um helicóptero do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

in Diário AS Beiras  
n.º 3825, Pág. 12  
17 julho 2006

ARGANIL ✓

## Buscas infrutíferas no Piódão

As operações de busca para encontrar o homem desaparecido na passada sexta-feira, numa enxurrada no Piódão, foram retomadas ontem de manhã ao fim de três dias sem resultados. Os trabalhos foram retomados durante a manhã de ontem. Para o local foram mobilizados 19 bombeiros e quatro viaturas, que concentram as buscas na mesma zona, sobretudo entre o Piódão e a Aldeia das Dez (Oliveira do Hospital), num total de sobre 22 quilómetros. O homem desaparecido, de 34 anos, é o mundo de Oliveira de Azeméis.

in Diário AS BEIRAS  
n.º 3925, P. 21  
18 Junho 2005

## PIODÃO

### Turista desapareceu na enxurrada

O mau tempo, provocado pela trovoadas, chuvas fortes e queda de raios, estiveram na origem da enxurrada que, na passada sexta-feira, pelas 16-30 horas, fez a água da ribeira transbordar, arrastando consigo um indivíduo de 45 anos.

Ao que tudo indica este homem, natural de Oliveira de Azeméis, estava a visitar a aldeia histórica, acompanhado pela mulher e por um filho, quando o mesmo desapareceu no momento em que passeava perto da ribeira, na praia natural, arrastado pela enxurrada, juntamente com pedras e lama.

Para o local deslocaram-se os Bombeiros de Góia, Arganil, Oliveira do Hospital, um helicóptero do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil. No entanto, os elementos da GNR, de forma a reunirem esforços para encontrarem o último destes elementos naturais, da qual não se encontrou nenhum vestígio.

Os incêndios que atormentaram no ano passado, e o facto de estes não terem sido limpos de modo a contribuir também para que as águas fossem arrastadas pela torrente, e cujas águas ficaram submersas.

As buscas feitas não tinham parado na noite desta madrugada e os corpos apurados foram percorridos vários quilómetros ao longo do rio da ribeira de Piodão e foram centradas nos cursos de água permanentes e jussantes do rio, mas como se revelaram infrutíferas as buscas passaram a ser efectuadas em direcção à Ponta das Três Entradas, no rio Alva, em direcção ao Piodão, no Alvo.

No terreno para além de 30 bombeiros de três corporações auxiliados por sete viaturas, duas escavadoras e por três elementos da GNR, acompanhados por dois cães, esteve presente o presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves.

in Comercio de Arganil  
nº 1864, Pag 2  
18 julho 2006

Homem desaparecido no Piódão

## Quarto dia sem resultados

Ao fim de quatro dias de intensas buscas, continua sem aparecer o corpo do homem que sexta-feira foi levado pelas enxurradas na aldeia do Piódão, concelho de Arganil. No terreno estiveram ontem 19 homens, apoiados por quatro viaturas, que patrulharam, uma vez mais, a ribeira que atravessa a aldeia, entre o Piódão e Vide.

Foram 12 quilómetros de buscas com pessoal apeado sem êxito, informou o comandante dos Bombeiros Voluntários de Coja, que coordena as operações. Ontem também, disse Paulo Tavares, «foi feito um levantamento exaustivo do que foi feito e do que poderá ainda ser feito» para encontrar o homem de 34 anos, de Oliveira

de Azeméis, desaparecido sexta-feira passada em Piódão.

«Não há novidade nenhuma», declarou Paulo Tavares, sublinhando que o trabalho de ontem foi feito «nos pontos que, à partida, seriam os mais propícios» para encontrar o homem, mas «não resultou».

Os trabalhos de busca começam hoje, com equipas apeadas, um bote e duas equipas da GNR com cães que, segundo o comandante, deverão centrar-se «em pontos mais difíceis», até à zona da Ponte das Três Entradas. Nas zonas «mais inacessíveis» deverão trabalhar equipas com máquinas, motos, serras, pás e enxadas. Ainda segundo o comandante, os últimos destroços das enxurradas

foram localizados em Vide, pelo que, abaixo deste local «será difícil encontrar alguma coisa».

O homem desaparecido encontrava-se à beira da piscina natural de Piódão quando foi arrastado pelas enxurradas, na sequência das fortes chuvadas e granizo que caiu sexta-feira na região. A tempestade verificou-se cerca das 16h30, e pouco depois era dado o alerta para o desaparecimento do homem, por trabalhadores da Câmara de Arganil que se encontravam na zona. Logo depois tiveram início os trabalhos de salvamento, sem êxito, bem como os trabalhos de limpeza e desobstrução de vias provocados pelo mau tempo.

in: Diário de Coimbra  
n.º 25620, Pág. 28  
28 julho 2006

Homem desaparecido no Piódão

## Mais cães reforçam equipas de busca

As operações de busca que ontem, pelo quinto dia, voltaram a colocar no terreno uma vasta equipa, constituída por mais de 30 bombeiros e soldados da GNR acompanhados por cães "pisteiros" revelaram-se infrutíferas. Entre as 7h30 e as 19h00 as equipas palmilharam, de acordo com o comandante dos Bombeiros de Coja, a área entre o Piódão e a Ponte das Três Entradas, mas não registaram «qualquer indício» do homem de 34 anos, de Oliveira de Azeméis, que foi arrastado pela enxurrada, resultante da tempestade que se fez sentir na passada sexta-feira, quando estava junto às piscinas naturais, no Piódão. «Já percorremos a ribeira cerca de 12 vezes, com pessoal apeado, nas margens, com um bote e com a ajuda de cães e não encontramos qualquer indício», afirmou Paulo Tavares.

O único "achado" digno de registo, localizado ontem, aconteceu na zona da Foz da Égua, a três quilómetros do Piódão, onde rebentou uma represa e foram localizado os restos de uma das duas viaturas que desapareceu do parque de estacionamento.

Hoje, de acordo com o comandante Paulo Tavares, as

bustas vão recomeçar, "batendo" o rio Alvoço, contando com a colaboração dos bombeiros e da GNR, sendo de realçar o reforço da presença de cães especializados em buscas e salvamentos. Com efeito, desde o início das operações têm estado no terreno um ou dois cães da GNR e hoje esse número vai elevar-se a quatro, de acordo com o responsável dos bombeiros de Coja, que superintende as operações.

«Vamos tentar mais uma vez», refere Paulo Tavares, sublinhando que o facto de ao quinto dia de buscas não ter sido encontrado qualquer vestígio do homem desapreciado «só demonstra a violência da enxurrada». Um facto a que se junta o carácter cortante da pedra de xisto que, por exemplo, deixou as viaturas arrastadas transformadas numa amálgama de chapa. Paulo Tavares coloca ainda a hipótese do corpo estar soterrado num dos inúmeros poços que a ribeira de Alvoco possui, com profundidades de quatro/cinco metros, «onde não conseguem chegar nenhuma máquina».

As operações de busca recomeçam por volta das 7h30.●

in : Diário de Coimbra  
nº 25621, Pág A  
19 julho 2006

## PIÓDÃO

### Encontrado o corpo que se presume ser do homem desaparecido na enxurrada

Foi encontrado anteontem, na ribeira de Piódão, o corpo de uma pessoa, que se presume ser do homem desaparecido na enxurrada do passado dia 14.

O corpo foi localizado perto das 19 horas, a cerca de 1,5 km da Praia Fluvial do Piódão por elementos da Junta de Freguesia que, como os Bombeiros, nunca desistiram de o encontrar, apesar das dificuldades de acesso e da muita vegetação e terra existentes no local.

Na operação do resgate, a vítima estiveram envolvidos os Bombeiros Voluntários de Coja, GNR, Câmara Municipal e Junta de Freguesia, tendo o corpo seguido imediatamente para o Instituto de Medicina Legal, em Coimbra, a fim de ser autopsiado.

in: Comarca de Aveiro  
nº 92646, 25 julho 2006  
Pag. 2

Após dez dias

## Corpo encontrado

Já com as buscas encerradas, mas que os bombeiros e a Junta de Freguesia do Piódão nunca desistiram de encontrar o corpo desaparecido desde o dia 14, que fora arrastado pelas enxurradas, foi encontrado no passado domingo, pelas 19 horas, a cerca de quilómetro e meio da praia fluvial. O resgate da vítima só terminou cerca da 1.30 horas da madrugada, face às dificuldades de acesso e à muita vegetação e terra existentes no local. Estiveram envolvidos os Bombeiros Voluntários de Côja, GNR, Câmara Municipal de Arganil e Junta de Freguesia do Piódão.

O copo seguiu imediatamente para o Instituto de Medicina Legal, em Coimbra, a fim de ser autopsiado.

in jornal de Arganil  
na 4051 Res. 1  
27 julho 2006



# Governo apoia obras na rede viária do Piódão

A Câmara de Arganil assegurou o apoio financeiro do Estado para as obras de beneficiação da rede viária de acesso Piódão, deteriorada com os incêndios florestais em 2005 e as enxurradas de 2006.



NA SESSÃO, Ricardo Pereira Alves, Eduardo Cabrita e Henrique Fernandes

## Lurdes Gonçalves

O secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, deslocou-se ontem a Arganil para celebrar um contrato-programa com a Câmara Municipal, tendo em vista a beneficiação da rede viária de acesso ao Piódão, deteriorada pelas intempéries.

Denominado "Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão", este protocolo resultou de uma candidatura elaborada pela autarquia arganilense a um contrato-programa, relativa à beneficiação da rede viária, que obteve a aprovação do Governo, com a comparticipação de 50 por cento do valor do investimento, sendo o restante assegurado pela câmara.

No total, a obra exige um montante de 764.339 euros e inclui a reposição da transitabilidade das ligações Piódão-Chãs d'Égua e Foz d'Égua-Piódão, bem como a beneficiação da ligação Formarigo-Penedos Altos-Piódão. É ainda necessário proceder à requalificação do Vale Cadoiço e da Praia Fluvial, um investimento no valor de 1,2 milhões de euros, tendo a Câmara Municipal efectuado uma candidatura ao Programa Operacional da Região Centro, ainda no âmbito do QCA III, da qual "se aguarda uma decisão final". Em suma, de acordo com o presidente da Câmara de Arganil, as intervenções prioritárias no Piódão requerem um montante de cerca de dois milhões de euros. Quanto ao contrato-programa

estabelecido ontem com o secretário de Estado da Administração Local, no salão nobre da câmara, Ricardo Pereira Alves recordou que foi "um compromisso assumido com Arganil e os municípios", aquando da inauguração da FICABEIRA e Feira do Mont'Alto 2007. "O grande incêndio de 2005 e as enxurradas que atingiram a freguesia do Piódão em 2006 deixaram um rasto de destruição e devastação", afirmou o autarca na sessão, que contou também com a presença do governador civil de Coimbra, Henrique Fernandes, e do presidente da Junta de Freguesia de Arganil, entre outras entidades.

Considerando que o Piódão é "uma referência turística incontornável no concelho", o pre-

sidente da Câmara de Arganil explicou que, tendo em conta a "dimensão da catástrofe", que afectou "as estruturas viárias de acesso à aldeia histórica", o município não possuía capacidade financeira para fazer face às intervenções para "repor a normalidade". Por isso, elaborou as duas candidaturas, tendo já garantido o apoio do Governo na beneficiação da rede viária do Piódão.

## Melhorar a qualidade de vida

"Conseguimos transformar um problema numa oportunidade", disse o edil, revelando que a celebração do protocolo permite "melhorar a qualidade de vida das pessoas", que usufruem de melhores acessos, bem como "desenvolver e fortalecer o turismo no concelho", melhorando em particular a acessibilidade "ao seu destino mais procurado: a aldeia do Piódão".

O autarca realçou a colaboração do governador civil de Coimbra, que "logo após a grande enxurrada de 14 de Julho de 2006 se deslocou ao terreno, onde se inteirou dos prejuízos". Ricardo Pereira Alves sublinhou ainda que o concelho de Arganil "necessita de fortes investimentos nos próximos anos".

Já o secretário de Estado referiu que "é nestes casos que continua a justificar-se a figura excepcional que é hoje o contrato-programa". Constatando que os custos para a beneficiação dos acessos ao Piódão são "financeiramente incompatíveis para a autarquia", o apoio por parte do Governo é, no seu entender, "um dever de solidariedade nacional para com as populações afectadas".

## Interesse turístico

DE ACORDO com Ricardo Pereira Alves, a empreitada de beneficiação da rede viária vai também contribuir para "ligar zonas de interesse turístico fundamental", como a Benfeita, Praga da Pena, Mata da Margarça, Piódão ou o Centro de Interpretação de Arte Rupestre que "abrirá em Chãs d'Égua no próximo mês de Março". Para o efeito, estão também em curso os trabalhos de beneficiação e pavimentação do traçado Mata da Margarça-Monte Rio, e outras intervenções em Côja, que "melhoram significativamente as condições de mobilidade em todo o alto concelho", frisou. Para Eduardo Cabrita, este investimento também se justifica na medida em que o Piódão "é uma jóia turística do país", sendo uma aldeia com características únicas que, por sua vez, constitui uma "mais valia" para o concelho de Arganil.



in "Diário do Beiras", n.º 4303

de 31 de Janeiro de 2008

pag. 11

# COM A PRESENÇA DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

## Assinado contrato-programa para a beneficiação da rede viária de acesso ao Piódão



Sob o olhar do Secretário de Estado Eduardo Cabrita, o presidente da Câmara e os representantes da Direcção-Geral das Autarquias Locais assina o contrato-programa para a beneficiação das acessibilidades ao Piódão

Foi assinado na passada quarta-feira, 30, entre a Direcção Geral das Autarquias Locais e a Câmara Municipal de Arganil, um contrato-programa denominado "Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão", que têm em vista a beneficiação da rede viária de acesso aquela aldeia do nosso concelho, prejudicada pelas intempéries.

A cerimónia de assinatura decorreu no salão nobre dos Paços do Concelho e foi presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita. O contrato-programa resultou de uma candidatura elaborada pela autarquia arganilense e prevê a comparticipação financeira de 50% do valor do investimento por parte do Governo, sendo o restante assegurado pela Câmara. A obra está orçada no valor de 764 mil euros e abrange designadamente a reposição da transitabilidade das ligações Piódão-Chãs d'Égua e Foz d'Égua-Piódão, assim como a beneficiação da ligação Formarigo-Penedos Altos-Piódão. A aguardar "uma decisão final" está outra candidatura efectuada pela Câmara Municipal ao Programa Operacional da Região Centro, ainda no âmbito do QCA III, que visa proceder à requalificação do Vale Cadoiço e da praia fluvial, um investimento no valor 1 milhão e 200 mil euros.

De acordo com o presidente da Câmara de Arganil, Ricardo Alves, as intervenções prioritárias no Piódão abarcam num montante bastante próximo dos dois milhões de euros, intervenções estas que se

tornaram necessárias após o grande incêndio decorrente na freguesia do Piódão e das enxurradas de 2006, que segundo recordou o edil, "deixaram um rasto de destruição e devastação, afectando significativamente as estruturas viárias de acesso àquela aldeia histórica". Dado que a catástrofe assumiu grandes dimensões e uma vez que "o município, por si só, não tinha capacidade para contornar as inúmeras intervenções que eram necessárias para repor a normalidade" tal como explicou o presidente, foram elaboradas candidaturas para fazer face à situação.

### **O protocolo "tem um significado muito especial para o nosso concelho, muito particularmente para as gentes do Piódão" (realçou Ricardo Alves)**

A vinda do Secretário de Estado ao concelho de Arganil foi, como lembrou Ricardo Alves "um compromisso assumido com Arganil e os nossos municípios, aquando da inauguração da XXVI FICABEIRA e Feira do Mont'Alto 2007". Dirigindo-se ao Secretário de Estado, o edil realçou a importância da celebração do contrato, que "tem um significado muito especial para o nosso concelho, muito particularmente para as gentes do Piódão", destacou, acrescentando que através da parceria realizada entre a Câmara e o Go-

verno foi possível "transformar um problema numa oportunidade". "A oportunidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas", que agora poderão gozar de melhores acessos e a oportunidade de "desenvolver e fortalecer o turismo no concelho", melhorando assim a acessibilidade ao seu destino mais procurado, "a aldeia do Piódão". Destaque-se que o contrato-programa, para além da vertente da reconstrução e beneficiação, "integra-se numa visão estratégia mais abrangente", como referiu Ricardo Alves, isto é, visa "ligar zonas de interesse turístico fundamental", como sejam a Benfeita (Aldeia de Xisto), a Fraga da Pena, a Mata da Margaraça, o Piódão ou o Centro de Interpretação de Arte Rupestre que, tal como avançou, "abrirá em Chãs d'Égua já no próximo mês de Março".

Ricardo Alves, agradeceu ao representante do Governo, em nome dos arganilenses, o seu "empenho pessoal e permanente na realização deste contrato-programa", bem como ao Governador Civil de Coimbra, Henriques Fernandes, recordando a sua colaboração pronta, "logo após a grande enxurrada de 14 de Julho de 2006 se deslocou ao terreno, onde se inteirou dos prejuízos" transmitindo ao Governo a dimensão do problema.

Problema esse que Ricardo Alves fez questão de reforçar "se transforma hoje numa oportunidade de melhorar a qualidade de vida dos nossos municípios e de reforçar a apetência turística do nosso conce-

lho", sendo certo que, segundo o autarca, o concelho de Arganil "necessita de fortes investimentos nos próximos anos", traduzindo-se num desafio colectivo para o Governo, autarquia e inúmeros agentes privados, "num relacionamento de cooperação institucional que tem existido e estou certo, continuará a existir".

### **Governo apoia nas obras de beneficiação ao Piódão e deixa desafios aos autarcas**

Para o Secretário de Estado, Eduardo Cabrita, "é nestes casos que continua a justificar-se a figura excepcional que é hoje o contrato-programa" uma vez que pelas circunstâncias anómalas que assumem uma dimensão que os torna "financeiramente incomportáveis para as autarquias", sendo que no seu entender o apoio por parte do Governo é "um dever de solidariedade nacional para com as populações afectadas".

O representante do Governo deixou também três "princípios muito básicos" aos autarcas locais que compreende serem fundamentais para o crescimento, referindo que "as autarquias agarrem as oportunidades no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), que o "Simplex" seja uma prioridade local e que se agarre o espírito de descentralização".

SUSANA DUARTE

in "A comarca de Arganil", n.º 11.801  
de 05 de Fevereiro de 2008  
última página

■ PIODÃO

## Governo ajuda freguesia

**E**m virtude do grande incêndio de 2005 e das enxurradas que se seguiram no ano seguinte, afectando as estruturas viárias de acesso à aldeia, o Município de Arganil e a Direcção Geral das Autarquias Locais, procederam à assinatura de um contrato-programa que visa a participação financeira para fazer face à beneficiação da mesma rede viária. Durante a sessão, Ricardo Pereira Alves, presidente da autarquia, admitiu que a dimensão da catástrofe "não permitia" que o Município por si só tivesse a capacidade financeira para fazer face às diversas intervenções para repor a normalidade, nomeadamente a reposição da transitabilidade das ligações Piódão-Chãs d'Égua e Foz d'Égua-Piódão, à beneficiação da ligação Formiço-Penedos Altos-Piódão e a requalificação do Vale Cadoiço e da Praia Fluvial, em cujo processo está envolvido um montante que se aproxima dos 2.000.000 euros.

Definindo as situações mais prioritárias, a Câmara Municipal elaborou duas candidaturas, uma ao Programa Operacional da Região Centro, relativa à requalificação do Vale Cadoiço e Praia Fluvial, aguardando-se resposta, e a segunda, a um contrato-programa, relativo à beneficiação da rede viária, aprovado com a participação de 50% do valor do investimento, para um montante elegível de 764.339,00 euros. Deste modo,



o autarca agradeceu a Eduardo Cabrita, Secretário de Estado Adjunto e da Administração Central, presente na cerimónia, regozijando-se pelo cumprimento do compromisso que este assumiu aquando da inauguração da XXVI FICABEIRA e Feira do Mont'Alto. O agradecimento foi ainda extensivo ao Governador Civil, igualmente presente na sessão, pela transição do problema ao Governo, verificado por si após se deslocar ao terreno, onde tomou nota das consequências provocadas pela enxurrada de 14 de Julho de 2006. "A celebração deste contrato-programa tem um significado muito especial para o nosso concelho,

especialmente para as gentes da freguesia do Piódão", enalteceu o edil, classificando o acto como uma oportunidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas, já que, segundo disse, vai possibilitar o desenvolvimento e fortalecimento do turismo no concelho. No entender do edil, o concelho necessita de fortes investimentos nos próximos anos, pelo que este é um "desafio colectivo", tanto para o Governo como para a autarquia e agentes privados, "num relacionamento de cooperação institucional", sobre o qual reiterou a confiança de que continuará a existir.

Eduardo Cabrita lamentou os incêndios, enxurradas e a con-

sequente perda da vida humana decorrente da tragédia, referindo que continua a justificar-se, da parte do Governo, a celebração de contratos-programas com as autarquias, admitindo que estas não podem comportar as dimensões financeiras fruto de situações anómalas do género. Tal como em Setembro, o Secretário de Estado lançou três desafios à Administração Local, designadamente, albergar projectos que consigam obter fundos do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), descentralização de competências e aplicação administrativa, adoptando o «simplex».

Diana Duarte

in "Journal de Arganil", nº 4131

de 07 de Fevereiro de 2008

pág. 3



---

## **Contrato DGAL e Homologação QCA III**

**Contrato I – Contrato Programa com a DGAL**

**Contrato II – Comunicação de homologação de candidatura QCA III – P.O.Centro**



Presidência do Conselho de Ministros  
SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL  
**DGAL** DIRECÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS

*1111*

*TP1  
by RPMS*

*At Luis rodrigues  
para tratar pedido de  
pagamento e adianta-  
mento.  
urgente.  
16.2.2008*

**CONTRATO-PROGRAMA**  
**"BENEFICIAÇÃO DE ACESSIBILIDADES AO PIÓDÃO",**  
**NO MUNICÍPIO DE ARGANIL**

Aos 30 dias do mês de Janeiro de 2008, entre a Directora-Geral das Autarquias Locais e o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, da parte da Administração Central, e o Município de Arganil, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, é celebrado um contrato-programa de cooperação técnica e financeira, integrado no regime estabelecido pelo Decreto-Lei nº 384/87, de 24 de Dezembro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª**  
**OBJECTO DO CONTRATO**

Constitui objecto do presente contrato-programa a "Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão", no Município de Arganil, cujo investimento elegível ascende a € 764 339.

**CLÁUSULA 2ª**  
**PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

1- O presente contrato produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e cessa em 31.12.2008.

2- São elegíveis as despesas realizadas desde 1 de Janeiro de 2007.



Presidência do Conselho de Ministros  
SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL  
**DGAL** DIRECÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS

nº 13 536/98 (2ª série), do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território publicado no D. R. nº 179 - II Série de 05 de Agosto;

- d) Colocar, no local de realização das obras, painel de divulgação do financiamento obtido, nos termos do disposto no Despacho nº 11/90 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, de 15 de Abril, publicado no Diário da República II Série de 4 de Maio;
- e) Fiscalizar a execução dos trabalhos, podendo, para o efeito, solicitar o apoio técnico da CCDRC, de acordo com o disposto neste contrato;
- f) Elaborar os autos de medição dos trabalhos executados e, uma vez visados, proceder ao pagamento na proporção correspondente à participação financeira de sua responsabilidade;
- g) Elaborar a conta final e proceder à recepção provisória e definitiva da obra.

**CLÁUSULA 4ª**  
**INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RESPONSABILIDADE DE**  
**FINANCIAMENTO**

1 - A participação financeira da Presidência do Conselho de Ministros, dotação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, contempla os encargos da Câmara Municipal de Arganil com a execução do empreendimento previsto no presente contrato, até ao montante global de € 382 170, a atribuir na totalidade em 2008.

2 - Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, poderá o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local autorizar a concessão de adiantamentos, na observância das disponibilidades orçamentais do momento.



Presidência do Conselho de Ministros  
SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL  
**DGAL** DIRECÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS

**CLÁUSULA 7ª**  
**RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

O incumprimento do objecto do presente contrato e da respectiva programação, constitui motivo suficiente para a sua resolução, autorizando o município a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais, até à integral restituição das verbas recebidas.


**A DIRECTORA-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS**

  
Maria Eugénia Santos

*Pel* **O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL DO CENTRO**

  
Alfredo Rodrigues Marques

  
**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ARGANIL**

  
Ricardo Pereira Alves



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**

Linha de Atendimento ao Cidadão  
 Telefone: 808 202 777  
 e-mail: [cidadao@ccdr.pt](mailto:cidadao@ccdr.pt)  
 Horário: 9.30 - 12.30  
 14.00 - 17.00

Exmo. Senhor  
 Presidente da Câmara Municipal  
 de Arganil

3304-954 ARGANIL c/c Sr. M. Carlos Neves  
 e/c Luis Rodrigues



A Eng.ª Carla  
 c/c conhecimentos de  
 Sr. Vereador  
 Luís Paes

Sua referência Sua comunicação de

30.05.08  
 RPN

Nossa referência

915678

Data

27 MAI 2008

ASSUNTO: QCA III - P.O.CENTRO

Eixo I - Apoio ao investimento municipal e intermunicipal  
 Secção Equipamento, Infra-Estruturas e Valorização Territorial  
 Consulta Escrita - 2008-03-11  
 Comunicação de homologação

Nos termos do nº 8 do artigo 7º do Regulamento Interno da Unidade de Gestão do Eixo Prioritário I do PO Centro, tenho o prazer de comunicar a V. Exa. que, após Consulta Escrita acima mencionada, foi (foram) homologado(s) pelo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional em 2008-05-09, o(s) seguinte(s) projecto(s) de investimento candidato(s) ao PO Centro, apoiado(s) no âmbito do FEDER, cujo(s) montante(s) e taxa(s) de participação se anexam:

- *Requalificação de Espaços Exteriores e Redes Viárias de Piodão.*

Devem ainda ser tidas em consideração as orientações expressas no Regulamento CE(1159), de 30 de Maio de 2000, relativo às acções de informação e publicidade.

Com os meus melhores cumprimentos,

O Gestor do P. O. Centro,

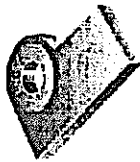
(Prof. Doutor Alfredo Marques)

Anexo: Decisão de homologação.  
 .../MA

Por favor, na sua resposta faça referência ao nosso ofício e indique o seu NIF

Rua Bernardim Ribeiro, 80 3000-069 Coimbra  
 Tel: 808 202 777 Fax: 239 400 115  
 www.ccdrc.pt geral@ccdr.pt





PROGRAMA  
OPERACIONAL  
DA REGIÃO CENTRO

Consulta Escrita de 11 de Março 2008

Programa Operacional Centro

Eixo I - Apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal

Secção I - Equipamentos, Infra-estruturas e Valorização Territorial

Pinhal Interior

Executor	Designação do Projecto	Medida	Investimento		Taxa (%)	FEDER	Investimento		Fundo	
			Total	Elegível			2.007	2.008	2.007	2.008
<b>Medida I.1. Equipamentos e Infraestruturas Locais</b>										
C.M. Arganil	Requalificação de Espaços Exteriores e Redes Viárias de P	I.1	1.103.100,00	1.103.100,00	65,00	717.015,00		1.103.100,00		717.015,00
	<b>Total</b>		<b>1.103.100,00</b>	<b>1.103.100,00</b>		<b>717.015,00</b>		<b>1.103.100,00</b>		<b>717.015,00</b>

Coimbra, 11 de Março de 2008

O Gestor do P.O. Centro

Prof. Doutor Alfredo Marques

**Candidatura: Requalificação de Espaços Exteriores e Redes Viárias de Piodão**

**Promotor: Câmara Municipal de ARGANIL**

**Un.: euros**

**RECOMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL**

	<b>Valor (s/ IVA)</b>	<b>IVA</b>	<b>Valor (c/ IVA)</b>
*Intenção de Adjudicação (relatório final 8/11/2007)	1.016.000,00	50.800,00	1.066.800,00
*Projecto	30.000,00	6.300,00	36.300,00
<b>Sub-total INVESTIMENTO TOTAL</b>	<b>1.046.000,00</b>	<b>57.100,00</b>	<b>1.103.100,00</b>

**INVESTIMENTO ELEGÍVEL**

**1.046.000,00 57.100,00 1.103.100,00**

### **3. Análise das condições de elegibilidade**

O investimento total desta candidatura ascende a 1.103.100,00 € ultrapassando o limite mínimo de investimento de 250.000 €.

Verifica-se que a obra cumpre o Despacho n.º 4286/2003 (2ª série) de 5 de Março de 2003 (custos padrão) que define os valores de referência.

A candidatura cumpre os restantes requisitos formais, a regulamentação específica para o sector, possui inscrição em Plano de Actividades e Orçamento e apresenta os custos de manutenção e operação associados, bem como compromisso de responsabilidade por parte do promotor.

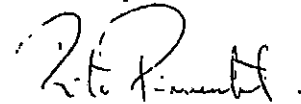
### **4. Enquadramento do projecto nos objectivos do Programa Operacional**

Em conclusão, o projecto enquadra-se nos objectivos específicos da medida I.1 – INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS LOCAIS do Eixo Prioritário I do Programa Operacional da Região Centro.

Dado que cumpre as condições de elegibilidade, propõe-se a aprovação da Unidade de Gestão do referido Eixo, Secção Equipamento, Infra-estruturas e Valorização Territorial.

Coimbra, 31 de Janeiro de 2008

A Técnica Superior da EAT,



(Rita Pimentel)



---

## **Cópias de ofícios relevantes**

**Ofício I - À Exma. Sra. Directora-Geral da DGAL, em 10 de Novembro de 2008**

**Ofício II - À Exma. Sra. Directora-Geral da DGAL, em 28 de Novembro de 2008**

**Ofício III - À Exma. Sra. Directora-Geral da DGAL, em 26 de Fevereiro de 2009**

**Ofício IV - À Exma. Sra. Directora-Geral da DGAL, em 25 de Março de 2009**

**Ofício V - À Exma. Sra. Directora-Geral da DGAL, em 10 de Agosto de 2009**



RPA

R/AR

Exma. Senhora  
Directora Geral da DGAL – Direcção Geral das  
Autarquias Locais  
Dra. Eugénia Santos  
Rua José Estêvão, 137 – 6.º  
1169 – 058 Lisboa

Sua referência:

Sua Comunicação de:

Nossa Referência:  
Gabinete QREN

Ofício nº \* Data:

13230/10.NOV.2008

Assunto: Contrato-Programa "Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão", no Município de Arganil

Exma. Senhora Directora,

Na sequência das devastadoras intempéries que assolaram a região do Piódão no ano de 2006, as quais tornaram praticamente intransitáveis as vias de acesso ao local, o Município de Arganil, não podendo suportar em exclusivo o avultado investimento associado à sua beneficiação, submeteu uma candidatura, enviada em 31 de Outubro de 2006 à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, para co-financiamento das intervenções através da celebração de um Contrato-Programa.

A referida candidatura foi aprovada e em 30 de Janeiro de 2008 o Município de Arganil celebrou Contrato Programa de Cooperação Técnica e Financeira com a DGAL (Direcção Geral das Autarquias-Locais) e a CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), ao qual corresponde um investimento elegível de 764.339,00 €, co-financiado em 50% (382.170,00 €) pela Presidência do Conselho de Ministros. Na cláusula sexta (Dotação Orçamental) do Contrato Programa celebrado ficou estipulado que *"As verbas que asseguram a execução dos investimentos previstos neste contrato-programa são inscritas anualmente nos orçamentos do Município de Arganil e da Presidência do Conselho de Ministros, dotação da Direcção Geral das Autarquias Locais, de acordo com a participação estabelecida na cláusula 4.ª."*

Em 18 de Março de 2008, o Município de Arganil, remeteu o Pedido de Pagamento n.º 1, acompanhado da respectiva Lista de Documentos Justificativos de Despesa e Documentos de Suporte, à CCDRC. O montante de despesa justificado no 1.º Pedido de Pagamento foi de 177.366,46 €. Em 18 de Julho de 2008, o Município de Arganil remeteu à CCDRC o Pedido de Pagamento n.º 2, no valor de 23.943,68 €. Em 09 de Setembro de 2008, seguiu para a CCDRC o Pedido de Pagamento n.º 3, n valor de 14.783,55 €. Neste momento o valor da despesa efectuada e efectivamente paga, em exclusivo através do orçamento do Município de Arganil, é de 216.093,69 €.

Na sequência dos contactos telefónicos que entretanto têm sido estabelecidos, quer com a DGAL quer com a CCDRC, o Município de Arganil tem conhecimento que, à data, todos os Pedidos

Praça Simões Dias  
Apartado 10 " 3304-954 Arganil  
Tel.: 235 200 150 " Fax 235 200 158  
geral@cm-arganil.pt

www.cm-arganil.pt



de Pagamento remetido foram já visados pela CCDRC, encontrando-se neste r pagamento, pela DGAL, uma verba de 108.046,85 €.

É pois neste âmbito, e no seguimento dos contactos telefónicos estabelecidos em 16 de Junho, 05 de Agosto, 27 de Agosto, 06 de Outubro e 04 de Novembro de 2 dirigimos a V. Exa. Efectivamente, temos sido informados de que não existe verba dis uma data definida ou prevista para a realização dos referidos pagamentos.

Queremos acreditar que essa informação não corresponderá à realidade.

Efectivamente, seria estranho que a entidade que tutela as autarquias locais e q respectivo endividamento fosse materialmente responsável por eventuais ilegalidades i parte dos municípios.

Como certamente compreenderá, os atrasos nos pagamentos por parte da DC provocar sérios problemas de tesouraria a este Município, podendo, inclusivament situação se mantenha, provocar a ruptura de tesouraria desta autarquia e a violação d endividamento.

Face ao exposto, solicitamos a colaboração de V. Exa., no sentido de asseg pedidos de pagamento pendentes são pagos em breve e que os que futuramente serão serão pagos num prazo razoável.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara,

*Ricardo Pereira Alves*

- Ricardo Pereira Alves, Eng.º -

(MCN)



R/AR

Exma. Senhora  
Directora Geral da DGAL – Direcção Geral das  
Autarquias Locais  
Dra. Eugénia Santos  
Rua José Estêvão, 137 – 6.º  
1169 – 058 Lisboa

Sua referência:

Sua Comunicação de:

Nossa Referência:  
Gabinete QREN

Ofício nº \* Data:

12800 - 28. NOV. 2008

Assunto: Contrato-Programa "Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão", no Município de Arganil

Exma. Senhora,

No seguimento do nosso ofício referência 12238 (Gabinete QREN), enviado em 10 de Novembro de 2008, relativamente ao qual ainda não obtivemos qualquer resposta, e após tentativa de esclarecimentos via telefone, vimos pelo presente solicitar uma vez mais informações acerca dos pedidos de pagamento pendentes no âmbito do contrato programa identificado em assunto, no valor total de 108.046,85 € (cento e oito mil e quarenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos).

Mais uma vez informamos que os atrasos nos pagamentos por parte da DGAL poderão provocar sérios problemas de tesouraria a este Município, podendo, inclusivamente e caso a situação se mantenha, provocar a ruptura de tesouraria desta autarquia e a violação dos limites ao endividamento. Efectivamente, seria estranho que a entidade que tutela as autarquias locais e que controla o respectivo endividamento fosse materialmente responsável por eventuais ilegalidades incorridas por parte dos municípios.

Certos de uma resposta breve por parte de V. Exa., com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara,

*Ricardo Pereira Alves*

- Ricardo Pereira Alves, Eng.º -

(MCN)

Praça Simões Dias  
Apartado 10 " 3304-954 Arganil  
Tel.: 235 200 150 " Fax 235 200 158  
geral@cm-arganil.pt

www.cm-arganil.pt



R/AR

Exma. Senhora  
Directora Geral da DGAL - Direcção Geral das  
Autarquias Locais  
Dra. Eugénia Santos  
Rua José Estêvão, 137 - 6.º  
1169 - 058 Lisboa

Sua referência:

Sua Comunicação de:

Nossa Referência:  
Gabinete QREN

Ofício n.º Data:

2008-02-26 FEV/2009

Assunto: **Pedidos de Pagamento** - Contrato-Programa "Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão", no Município de Arganil

Exma. Senhora,

No seguimento dos nossos ofícios referência 12238, datado de 10 de Novembro de 2008, e 12800, datado de 28 de Novembro de 2008, relativamente aos quais ainda não obtivemos qualquer resposta, e após várias tentativas de esclarecimento via telefone, vimos pelo presente solicitar uma vez mais informações acerca da data prevista para regularização dos pedidos de pagamento pendentes no âmbito do contrato programa identificado em assunto, no valor total de 108.046,85 € (cento e oito mil e quarenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos). Os pedidos de pagamento em questão, num total de três, foram remetidos à CCDRC em 18 de Março de 2008 (pedido de pagamento n.º 1), 18 de Julho de 2008 (pedido de pagamento n.º 2) e 09 de Setembro de 2008 (pedido de pagamento n.º 3).

Mais uma vez informamos que os atrasos nos pagamentos por parte da DGAL poderão provocar sérios problemas de tesouraria a este Município, podendo, inclusivamente e caso a situação se mantenha, provocar a ruptura de tesouraria desta autarquia e a violação dos limites ao endividamento.

Certos de uma resposta breve por parte de V. Exa., com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara,

*Ricardo Pereira Alves*

- Ricardo Pereira Alves, Eng.º -

(MCN)

Praça Simões Dias  
Apartado 10 " 3304-954 Arganil  
Tel.: 235 200 150 " Fax 235 200 158  
geral@cm-arganil.pt

www.cm-arganil.pt





R/AR

Exma. Senhora  
Directora Geral da DGAL – Direcção Geral das  
Autarquias Locais  
Dra. Eugénia Santos  
Rua José Estêvão, 137 – 6.º  
1169 – 058 Lisboa

Sua referência:

Sua Comunicação de:

Nossa Referência:  
Gabinete QREN

Ofício nº \* Data:

3057 \* 25. MAR 2009

Assunto: Contrato-Programa "Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão", no Município de Arganil

Exma. Senhora,

No seguimento dos nossos officios, relativamente aos quais ainda não obtivemos qualquer resposta, e após tentativa de esclarecimentos via telefone, vimos pelo presente solicitar uma vez mais informações acerca dos pedidos de pagamento pendentes no âmbito do contrato programa identificado em assunto, no valor total de 108.046,85 € (cento e oito mil e quarenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos).

Mais uma vez informamos que os atrasos nos pagamentos por parte da DGAL poderão provocar sérios problemas de tesouraria a este Município, podendo, inclusivamente e caso a situação se mantenha, provocar a ruptura de tesouraria desta autarquia e a violação dos limites ao endividamento.

Certos de uma resposta breve por parte de V. Exa., com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara,

Ricardo Pereira Alves

- Ricardo Pereira Alves, Eng.º -

(MCN)

Praça Simões Dias  
Apartado 10 " 3304-954 Arganil  
Tel.: 235 200 150 " Fax 235 200 158  
geral@cm-arganil.pt

www.cm-arganil.pt



R/AR  
C/C Sua Excelência O Primeiro-Ministro  
C/C Sua Excelência O Ministro de Estado e das Finanças  
*C/C Sua Excelência o Secretário de  
Estado Adjunto e da Administração Local*

Exma. Senhora  
Directora Geral da DGAL – Direcção Geral das  
Autarquias Locais  
Dra. Eugénia Santos  
Rua José Estêvão, 137 – 6.º  
1169 – 058 Lisboa

Sua referência:

Sua Comunicação de:

Nossa Referência:  
Gabinete QREN

Ofício nº \* Data:

2113-10.AGO.2009

**Assunto: Contrato-Programa "Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão", no Município de Arganil**  
**Pedidos de Pagamento por Regularizar**

Exma. Senhora,

No seguimento dos nossos ofícios referência 12238, datado de 10 de Novembro de 2008, 12800, datado de 28 de Novembro de 2008, 2035, datado de 26 de Fevereiro de 2009 e 3057, datado de 25 de Março de 2009, relativamente aos quais ainda não obtivemos qualquer resposta, e após várias tentativas de esclarecimento via telefone, vimos pelo presente solicitar uma vez mais informações acerca da data prevista para regularização dos pedidos de pagamento pendentes no âmbito do contrato programa identificado em assunto, os quais ascendem a um valor total elegível de 272.216,89 € (duzentos e setenta e dois mil, duzentos e dezasseis euros e oitenta e nove centésimos). A esta verba corresponde uma comparticipação da DGAL de 36,07% no valor de 98.188,63 € (noventa e oito mil, cento e oitenta e oito euros e sessenta e três centésimos).

Os pedidos de pagamento em questão, num total de quatro, foram remetidos à CCDRC em 18 de Março de 2008 (pedido de pagamento n.º 1), 18 de Julho de 2008 (pedido de pagamento n.º 2), 09 de Setembro de 2008 (pedido de pagamento n.º 3) e 16 de Junho de 2009 (Pedido de Pagamento n.º 4).

Acresce que no decurso do corrente mês de Agosto todas as intervenções ficarão concluídas; situação que corresponde a um investimento total elegível de 1.059.506,18€ e a uma comparticipação da DGAL de 382.170,00 €.

Como certamente V. Exa. compreenderá, um contrato-programa em que esta autarquia efectua um investimento de 677.336,18 € implica um esforço financeiro muito significativo. Esta situação torna-se particularmente gravosa porque os pedidos de pagamento que temos vindo a apresentar ainda não foram objecto da devida comparticipação.

Mais uma vez informamos que os atrasos nos pagamentos por parte da DGAL estão a provocar sérios problemas de tesouraria a este Município, podendo, inclusivamente e caso a situação se mantenha, provocar a ruptura de tesouraria desta autarquia, a violação dos limites ao endividamento e penalizações a título de juros de mora.

Praça Simões Dias  
Apartado 10 " 3304-954 Arganil  
Tel.: 235 200 150 " Fax 235 200 158  
geral@cm-arganil.pt

[www.cm-arganil.pt](http://www.cm-arganil.pt)



Na sequência do exposto, aproveitamos para suscitar três questões muito sintéticas:

1. É provável que a dívida da DGAL seja paga no decurso do mês de Agosto?
2. Relativamente aos pedidos de pagamento que serão apresentados em Agosto e Setembro, qual a data provável de pagamento?
3. Caso a resposta ao ponto 1 seja negativa e o prazo questionado no ponto 2 superior a dois meses, pode esta autarquia desencadear um procedimento de cessão destes créditos a uma entidade financeira?

Certos de uma resposta breve por parte de V. Exa., com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara,

*Ricardo Pereira Alves*

- Ricardo Pereira Alves, Eng.º -

(MCN)

